

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1965

ARTIGOS

	<i>Págs.</i>
Paisagens Físicas da Guanabara, ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA	539
Evolução Política e Crescimento da Cidade do Rio de Janeiro, THEREZINHA DE CASTRO	569
Caruaru: A Cidade e sua área de influência, MARIA FRANCISCA T. C. CARDOSO	587

COMENTÁRIOS

Origens e Evolução do Comércio Carioca, JESSÉ PINTO FREIRE	615
Proposição de uma nova Divisão Política do Brasil, J. C. PEDRO GRANDE	625
Quadro Provisório de Superfície de Erosão e Aplainamento no Brasil, OCTÁVIO BARBOSA	641

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

O vendedor de palha, JOÃO DE MELO MORAIS	643
---	-----

NOTICIÁRIO

VIAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DO CNG	646
CURSO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS	646
CURSO DE FÉRIAS PARA APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO	646
CICLO DE CONFERÊNCIAS SÓBRE GEOGRAFIA ECONÔMICA DA GUA- NABARA	647

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, no período 1939/1965, publicou com referência a CIDADE DO RIO DE JANEIRO, os seguintes trabalhos:

- 1939 — “GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL”, (as duas grandes cidades) Prof. P. Deffontaines. RBG n.º 2, ano I, pág. 34/45.
“TEMPERATURAS MÁXIMAS NO RIO DE JANEIRO” PERÍODO 1879/1938”, J. de Sampaio Ferraz. RBG n.º 3, ano I, pág. 3.
“GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL”, Moacyr M. F. Silva. RBG n.º 3, ano I, pág. 70 alínea “e”.
- 1940 — “GEOGRAFIA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O URBANISMO”, Eng.º Jerônimo Cavalcanti. RBG n.º 4, ano II, pág. 524/525.
- 1941 — “GEOGRAFIA URBANA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE TRÁFEGO”, Eng.º Jerônimo Cavalcanti. RBG n.º 3, ano III, pág. 498.
- 1944 — “EVOLUÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA BAÍA DE GUANABARA”, Francis Ruellan. RBG n.º 4, ano VI, pág. 445.
- 1944 — “COMÉRCIO AMBULANTE E OCUPAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO”, Everardo Beckeuser. RBG n.º 1, ano VI, pág. 1 a 34.
- 1945 — “ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO”. Moacyr Malheiros F. Silva. RBG n.º 4, ano VII, pág. 547/572.
- 1947 — “MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS A LUZ DA CIÊNCIA”, Christovam Leite de Castro. RBG n.º 2, ano IX, pág. 279.
- 1951 — “ESTUDO SUMÁRIO DE ALGUMAS FORMAÇÕES SEDIMENTARES DO DISTRITO FEDERAL”, Alfredo José Domingues. RBG n.º 3, ano XIII, pág. 443.
- 1954 — “TIPOS CLIMÁTICOS DO DISTRITO FEDERAL”, Ariadne Soares Souto Maior. RBG n.º 2, ano XVI, pág. 267.
- 1958 — “PESCADORES DA PONTA DO CAJU”, Lysia Maria Cavalcante Bernardes. RBG n.º 2, ano XX, pág. 181.
“UMA ZONA AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL — O MENDANHA”, Hilda Silva. RBG n.º 4, ano XX, pág. 429.
- 1959 — “ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL EM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE BASE”, Myrian Gomes Coelho Mesquita. RBG n.º 2, ano XXI, pág. 165.
“NOTAS SOBRE OCUPAÇÃO HUMANA DA MONTANHA NO DISTRITO FEDERAL”, Nilo Bernardes. RBG n.º 3, ano XXI, pág. 363.
- 1960 — “ENSAIO PARA ESTRUTURA URBANA DO RIO DE JANEIRO”, Pedro Pinchas Geiger. RBG n.º 1, ano XXII, pág. 3.
“PROBLEMAS DA EROSAO E ESCOAMENTO DAS ÁGUAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, Alberto P. Abrantes. RBG n.º 4, ano XXII, pág. 637.
- 1961 — “ASPECTOS DO FATO URBANO NO BRASIL”, Pedro Pinchas Geiger. RBG n.º 2, ano XXIII, pág. 496.
“EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO NO RIO DE JANEIRO”, Lysia Maria Novais Pinto. RBG n.º 2, ano XXVII, pág. 191
- 1963 — “IMAGENS DO BRASIL (Pão de Açúcar)”, José Cesar Magalhães. RBG n.º 3, ano XXV, pág. 372.
- 1965 — “SAMBAQUIS NO LITORAL CARIÓCA”, Ernesto de Mello Sales Cunha. RBG n.º 1, ano XXVII, pág. 3.
“A CIDADE DO RIO DE JANEIRO” (Evolução física e humana), Maria Novais Pinto. RBG n.º 2, ano XXVII, pág. 191.
“FISIONOMIA E ESTRUTURA DO RIO DE JANEIRO”, Maria Therezinha de Segadas Soares. RBG n.º 3, ano XXVII, pág. 329
“PAISAGENS FÍSICAS DA GUANABARA”, Antônio Teixeira Guerra. RBG n.º 4, ano XXVII, pág. 539
“EVOLUÇÃO POLÍTICA E CRESCIMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, Therezinha de Castro. RBG n.º 4, ano XXVII, pág. 569
“ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO CARIÓCA”, Jesse Pinto Freire. RBG n.º 4, ano XXVII, pág. 615

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XXVII

OUTUBRO - DEZEMBRO DE 1965

N.º 4

PAISAGENS FÍSICAS DA GUANABARA

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA

Geógrafo do CNG

1 — Fator posição astronômica e sua importância no clima

1.1 O estado da Guanabara situa-se na parte sudeste do Brasil, encravado no estado do Rio de Janeiro, e possui uma área de apenas 1 356 km² (1 171 km² de área territorial e 185 km² de águas internas). É a menor unidade da Federação (excluindo-se o território Federal de Fernando de Noronha), sendo 1 155 vezes menor que o estado do Amazonas. Do ponto de vista astronômico estende-se entre os paralelos de 22°40' e 23°04' lat. Sul o que significa genericamente climas quentes tipo tropical.

A paisagem do estado da Guanabara sofreu profundas modificações em seus aspectos culturais, econômicos e, também, na paisagem física há mudanças radicais. Como nos diz E. BACKHEUSER: "até certos aspectos geológicos são hoje de outra aparência e desigual fisionomia daqueles que apresentavam ao alvorecerem os tempos coloniais".¹ Neste nosso breve estudo tentaremos pôr em evidência os diferentes tipos de paisagens do estado da Guanabara e a dinâmica dos processos modificadores do quadro original.

1.2 Os pontos extremos e as coordenadas geográficas do estado podem ser esquematizados de acordo com o quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
	Latitude S	Longitude W.Gr.
PONTOS EXTREMOS		
Norte — Ilha de Pancaraíba, a Noroeste de Paquetá.....	22°44'44"	43°07'39"
Sul — Ilha Rasa ao Sul de Ponta de Guaratiba.....	23°04'51"	43°33'42"
Este — Ilhas Tapuamas — de Dentro, a Sueste de Paquetá.....	22°47'16"	43°05'54"
Oeste — Rio Itaguaí.....	22°55'08"	43°47'32"
COORDENADAS GEOGRÁFICAS DA CIDADE		
Observatório de Meteorologia.....	22°54'23"	43°10'21"

FONTE — Serviço Hidrográfico do Ministério da Marinha.

NOTA — A distância na direção Norte-Sul (Linhas extremas: ao Norte 22°44'44" S, ao Sul 23°04'51" S) é de 37 km, a distância na direção Este-Oeste (Linhas extremas: ao Leste 43°05'54" W.Gr., a Oeste 43°47'32" W.Gr.) é de 71 km.

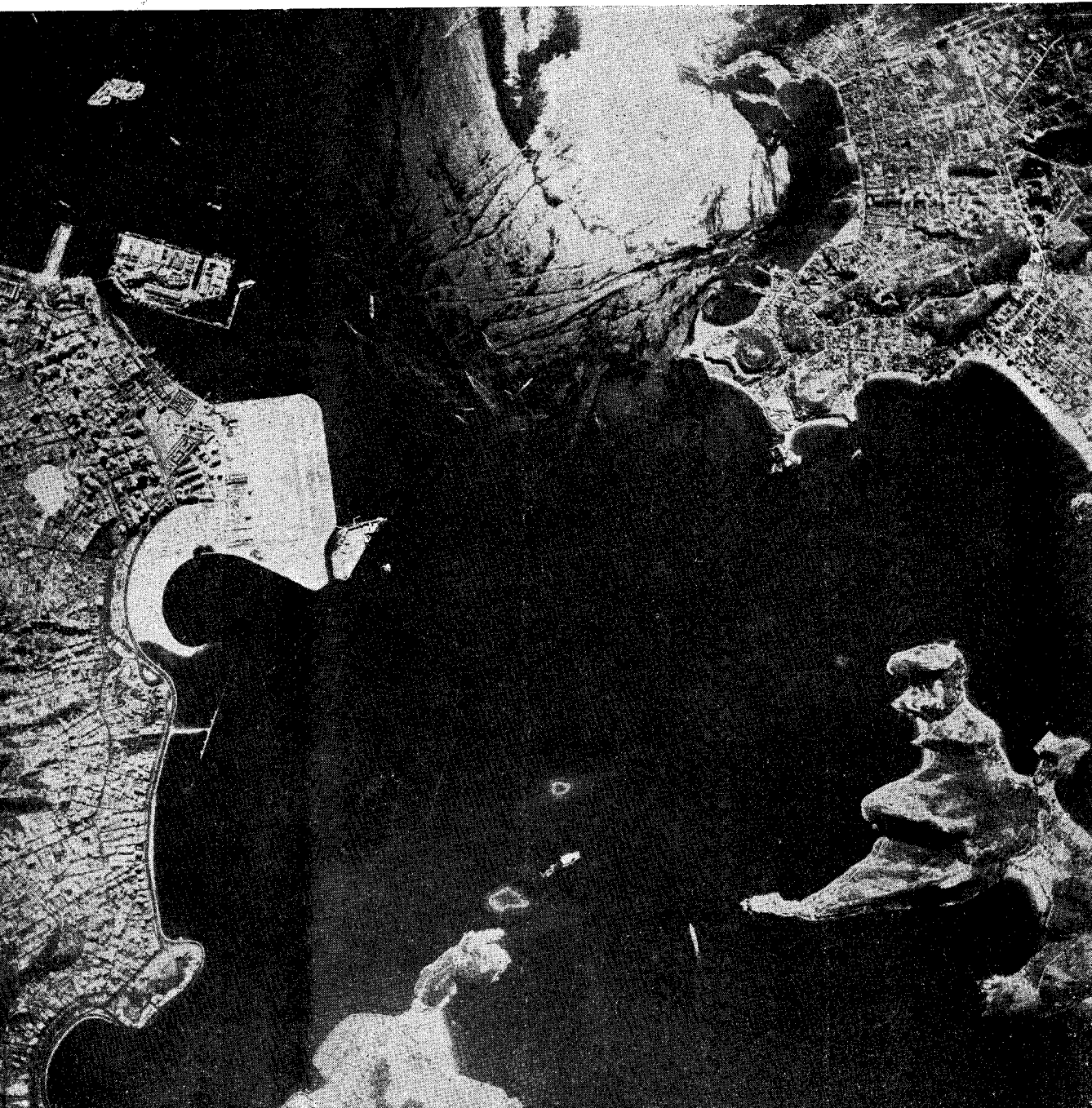
¹ EVERARDO BACKHEUSER — "Geografia Carioca: aspectos geológicos no tempo colonial" in: *Boletim Geográfico A III*, n.º 32, Novembro de 1945, páginas 1072/1074 — 1072.

2 — *Relações entre: altimetria, disposição do relevo e tipos de climas*

O clima tropical com diversas variedades é o que domina em todo o estado.² O verão é úmido e chuvoso, enquanto o inverno é sêco. São microclimas devidos à influência do relevo, modificando as temperaturas e a distribuição das chuvas.

² Para maiores detalhes vide o artigo de ARIADNE SOARES SOUTO MAIOR intitulado: "Tipos climáticos do Distrito Federal" in: "Revista Brasileira de Geografia" Ano XVI, n.º 2 — Abril-Junho de 1954, página 267/275.

Fig. 1 — *Entrada da baía da Guanabara vendo-se a oeste a cidade do Rio de Janeiro e a leste a de Niterói. A pequena mancha esbranquiçada que se vê na parte urbana do Rio, é a área do recente desmonte do morro de Santo Antônio.*



2.1. Climas quentes e úmidos do tipo Aw, Am e Af de KÖPPEN.

2.1.1. O clima Aw típico do Planalto Central do Brasil não existe na Guanabara, pois, na época do inverno ocorrem várias chuvas por causa das massas frias vindas da Antártida. Este tipo de clima é o dominante em todo o estado — especialmente nas áreas de baixada.

2.1.2. O clima Am ocorre em estreita faixa a leste e parte sul do maciço da Tijuca, prolongando-se até a ilha do Governador (trecho oriental). As chuvas já se distribuem de modo a tornar menos acentuada a estiagem de inverno, distinguindo-se nitidamente a transição para o tipo constantemente úmido (Af).

Fig. 3 — Paisagem do litoral atlântico do estado da Guanabara, vendo-se a praia da Gávea, as encostas meridionais da Pedra da Gávea e ao fundo a ponta do Marisco. Do ponto de vista geológico as áreas baixas são constituídas por terrenos sedimentares do quaternário e a parte montanhosa, terrenos do precambriano. Quanto aos elementos morfológicos devemos destacar: os paredões abruptos da Pedra da Gávea, a ruptura de nível existente a meia encosta, o ciclo de erosão que entulhou o nível no esporão que vai até a ponta do Marisco e a planície sedimentar de entulhamento. (Foto Tibor Jablon.ky)



2.1.3. O clima Af ocorre nas encostas dos maciços da Tijuca e Pedra Branca. A área de ocorrência é mais importante nas encostas meridionais dos mesmos. As encostas opostas ao mar, nesses maciços, devem ser um pouco mais quentes e menos úmidas por não estarem sujeitas à ação direta da brisa e massas frias vindas do sul. Aí o clima Af já está menos caracterizado, apresentando tendência à transição.

2.2. Clima mesotérmico, ou tropical de altitude, Cfa. Ocorre no tópo dos maciços, acima da cota de 500 metros. Para cada 159 metros verifica-se a queda de 1°C na temperatura da Guanabara. Este clima é quente, porém, moderado devido à altitude que torna mais baixa a temperatura, amenizando-a.

Conclusão — O estado da Guanabara, embora de área pequena, corresponde a 0,02% da área do Brasil e 0,11% da região Leste — e situado na região tropical, não possui exclusivamente o clima quente e úmido, em virtude de sua acidentada topografia.

3 — Maciços — distribuição geográfica, estrutura geológica e modelado do relêvo³

3.1. *Distribuição geográfica* — contrastes violentos entre a topografia acidentada dos maciços e a topografia da planície sedimentar recente. A passagem de uma forma de relêvo para outra é feita de modo brusco.

3.1.1. O Maciço da Tijuca é o mais conhecido por estar na área urbana. Seu ponto culminante é o Pico da Tijuca com 1 021 metros.

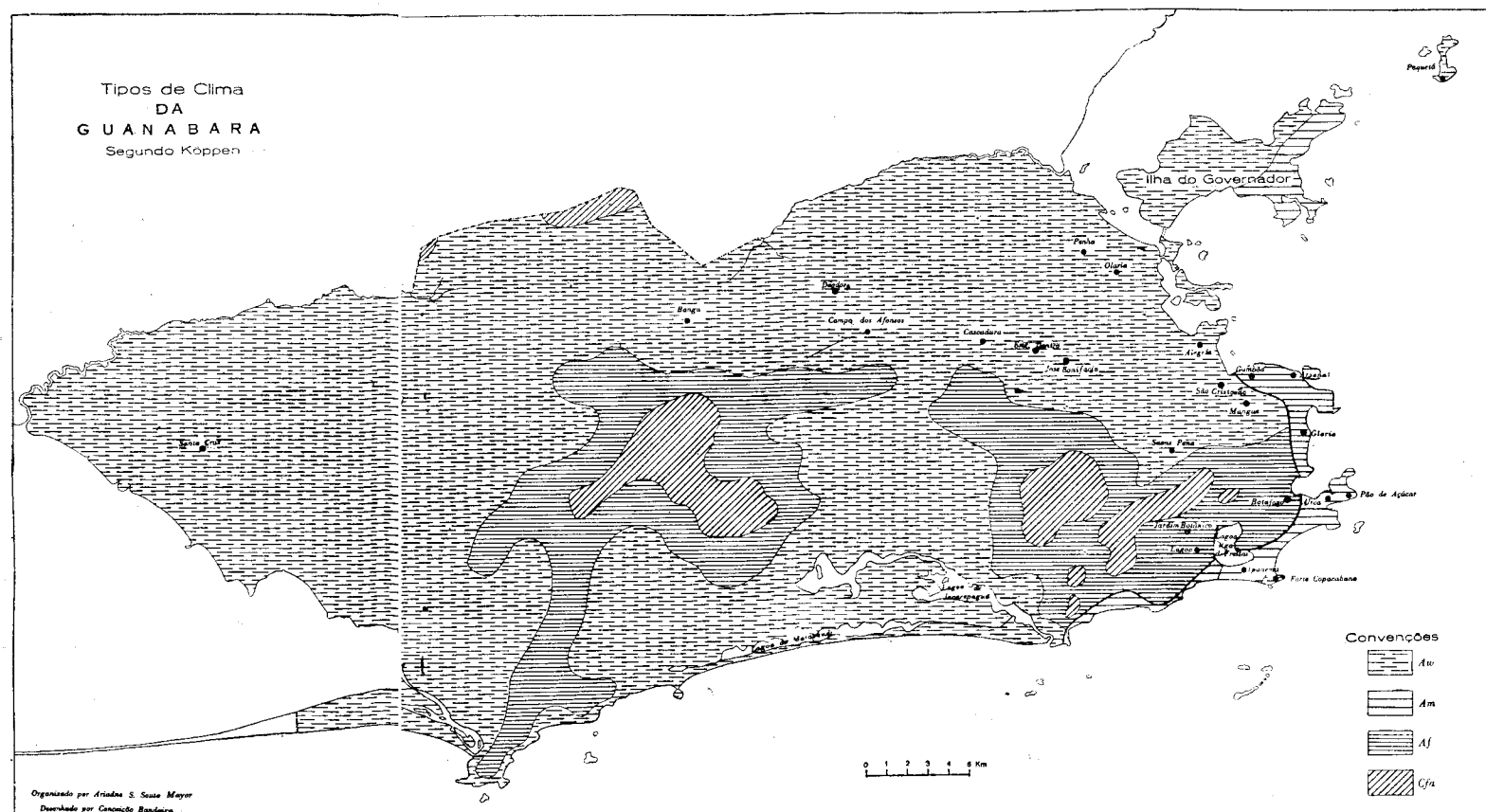


Fig. 2

3.1.2. O Maciço da Pedra Branca, localizado, grosso modo, na parte central do estado, é o mais importante em área e do ponto de vista altimétrico, pois nêle está o ponto culminante do estado — 1 024 m.

3.1.3. O Maciço de Jericiné é o mais setentrional, e ocupa uma pequena área limítrofe ao estado do Rio de Janeiro. Seu ponto culminante é o morro de Jericiné com 887 m de altitude.

O relêvo acidentado de certos trechos do estado é individualizado, como se vê, em três maciços separados por planícies. Do ponto de vista geológico são as rochas antigas do Pré-Cambriano, principalmente os granitos e os gnaisses que afloram nos diversos cabeços rochosos das montanhas da Tijuca, da Pedra Branca e de Jericiné. A topografia do estado da Guanabara é caracterizada pelo amplo predomínio das zonas de baixa altitude, pois, 64,3% de sua área está abaixo de

³ Para maiores detalhes veja-se o interessante trabalho de SILVIO FRÓIS ABREU: *O Distrito Federal e seus recursos naturais*. Biblioteca Geográfica Brasileira — série A, Publicação n.º 14, 1957.



Fig. 6 — Aspecto da paisagem física da serra da Curupira, vendo-se o trecho de floresta na área acidentada, e a urbanização na zona de planície. Os trechos de floresta são bem pequenos, pois a destruição da mata foi muito grande para o estabelecimento de lavouras, criação de gado, também a intensa urbanização da área do estado.

20 metros. Dentro dessa faixa hipsométrica há um grande predomínio das baixadas sedimentares, mas há também afloramentos rochosos que constituem pequenas superfícies de erosão, ou mesmo pequenas ilhotas que serviram de ponto de apoio para o desenvolvimento de planícies constituídas pela justaposição de várias línguas de restingas, como se vê na baixada de Jacarepaguá, em Sepetiba e na zona Sul da área urbana. Na faixa hipsométrica mais alta do estado, isto é, entre 500 e 1 024 metros há apenas 4% de sua superfície, entre 20 e 200 metros, 21,4% e de 200 a 500 metros, 10,3%. Estes dados quantitativos do relêvo da Guanabara mostram que de modo geral há o predomínio das áreas planas e de baixa altitude.

Na parte sudeste do estado localiza-se o maciço da Tijuca, cujo ponto mais alto está na cota de 1 021 metros. Este trecho montanhoso tem suas cristas alinhadas na direção geral de NE-SW, o mesmo ocorrendo com grande número de cabeços isolados na área da zona Sul da cidade e, também, nos outros dois maciços. Do ponto de vista geomorfológico estes trechos acidentados do maciço litorâneo da Guanabara, faziam parte da estrutura geológica de um grande planalto, que constitui atualmente a serra do Mar.

O pico mais alto do estado está no Maciço de Pedra Branca, praticamente na parte central do estado, na altitude de 1 024 metros. Ao norte destas montanhas tem-se uma área de planície, que é interrompida pela orografia do maciço de Jericiné, cujo ponto mais alto está na cota de 887 metros. Do ponto de vista turístico é o maciço da Tijuca o mais procurado por causa de sua posição geográfica, já que se encontra rodeado pelo casario dos diversos bairros da cidade. A topografia acidentada pelos diversos pães-de-açúcar, ou pontões, dá uma agressividade na paisagem, tornando-a mais procurada pelos turistas. Além do mais, a floresta e o mar em sua encosta meridional lhe dão contrastes muito significativos. Vejamos a seguir um quadro dos 10 picos mais elevados, segundo o *Anuário Estatístico do Estado*, 1961/1962:

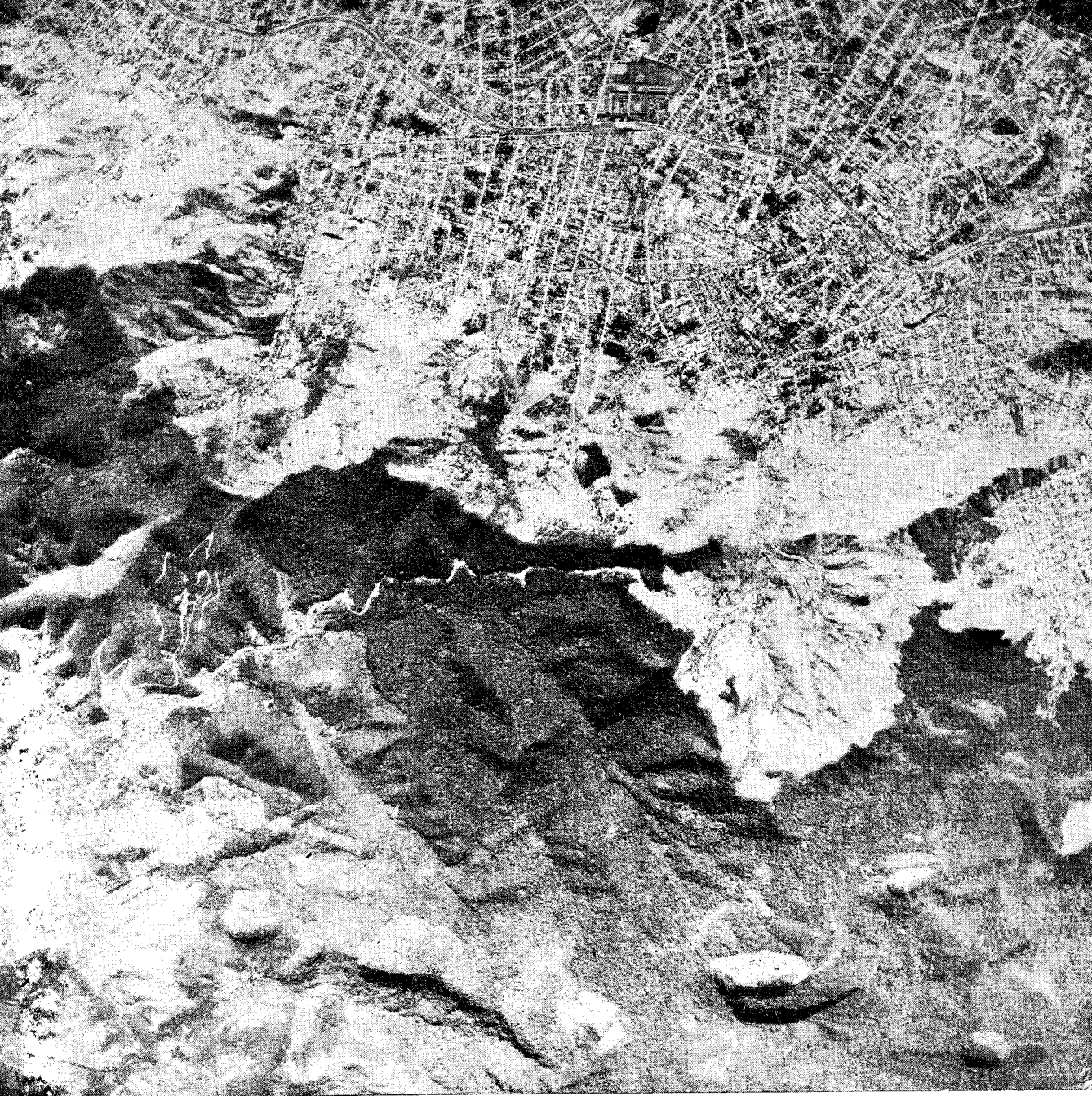


Fig. 4 — Maciço da Tijuca, vendo-se a ocupação humana com o casario, nas áreas de baixa altitude — planícies, os sopés das encostas e os vales. Os Maciços de rochas antigas são áreas acidentadas e de difícil ocupação humana.

DESIGNAÇÃO	ALTITUDE (m)	SITUAÇÃO
Pedra Branca.....	1 024	Grande Maciço Rural da Pedra Branca
Tijuca (Pico).....	1 021	Grande Maciço Urbano — Andaraí
Pico do Papagaio.....	975	Grande Maciço Urbano — Andaraí
Andaraí (Pico).....	900	Grande Maciço Urbano — Andaraí
Guandu.....	900	Grande Maciço Rural Marapicu-Ferixinó
Bandeira.....	900	Grande Maciço Rural da Pedra Branca
Santa Bárbara.....	850	Grande Maciço Rural da Pedra Branca
Gávea (Pico).....	842	Grande Maciço Urbano — Andaraí
Pedra do Conde.....	817	Grande Maciço Urbano — Andaraí
Alto do Archer.....	815	Grande Maciço Urbano — Andaraí



Fig. 5 — *Sôbre a restinga que fecha a lagoa Rodrigo de Freitas, estabeleceram-se os bairros de Ipanema e Leblon, pontos de atração turística e de alto valor econômico. As restingas tiveram como apoio a ponta do Arpoador e parte sul da serra da Carioca.*

3.2. *Estrutura geológica*

3.2.1. Rochas do complexo do Pré-Cambriano — gnaisses, granitos, e intrusivas (basaltos e diabásios) e outras mais recentes como: fonolitos, tinguaiços, etc. Os gnaisses e granitos são as rochas mais antigas e que sofreram o dobramento Laurenciano. As montanhas da Guanabara têm uma direção geral NE-SW por causa dêste dobramento. Há vários tipos de gnaisses, como exemplo citaríamos: gnaisse facoidal do tipo pão-de-açúcar, gnaisse facoidal do tipo Engenho Nôvo, onde os olhos de feldspatos são menores que os vistos no morro do Pão-de-Açúcar; os leptinitos (rocha leucocrática), isto é, gnaisses ricos em quartzo, que em certos casos se confundem com um quartzito, como se vê na Avenida Niemeyer; gnaisse biotítico (rocha melanocrática), rica em mica negra.

Os gnaisses afloravam com mais freqüência nas pedreiras mais próximas do centro urbano, tendo sido, portanto, grande a utilização dos mesmos. Os basaltos ocorrem em diques nos maciços da Tijuca e Pedra Branca e vários dêles são de idade mais recente, possivelmente da era Mesozóica. No maciço de Jericinó, além dos basaltos, destacaríamos os foiaços, diabásios e tinguaiços — rochas que ocorrem numa chaminé vulcânica do secundário.

Os basaltos do estado da Guanabara ocorrem em diversos diques, tendo sido estudados por vários autores.⁴ A atividade do magma basáltico em em nosso estado foi muito enérgica, embora não tão extensa e volumosa como as da bacia do Paraná e do Roraima.

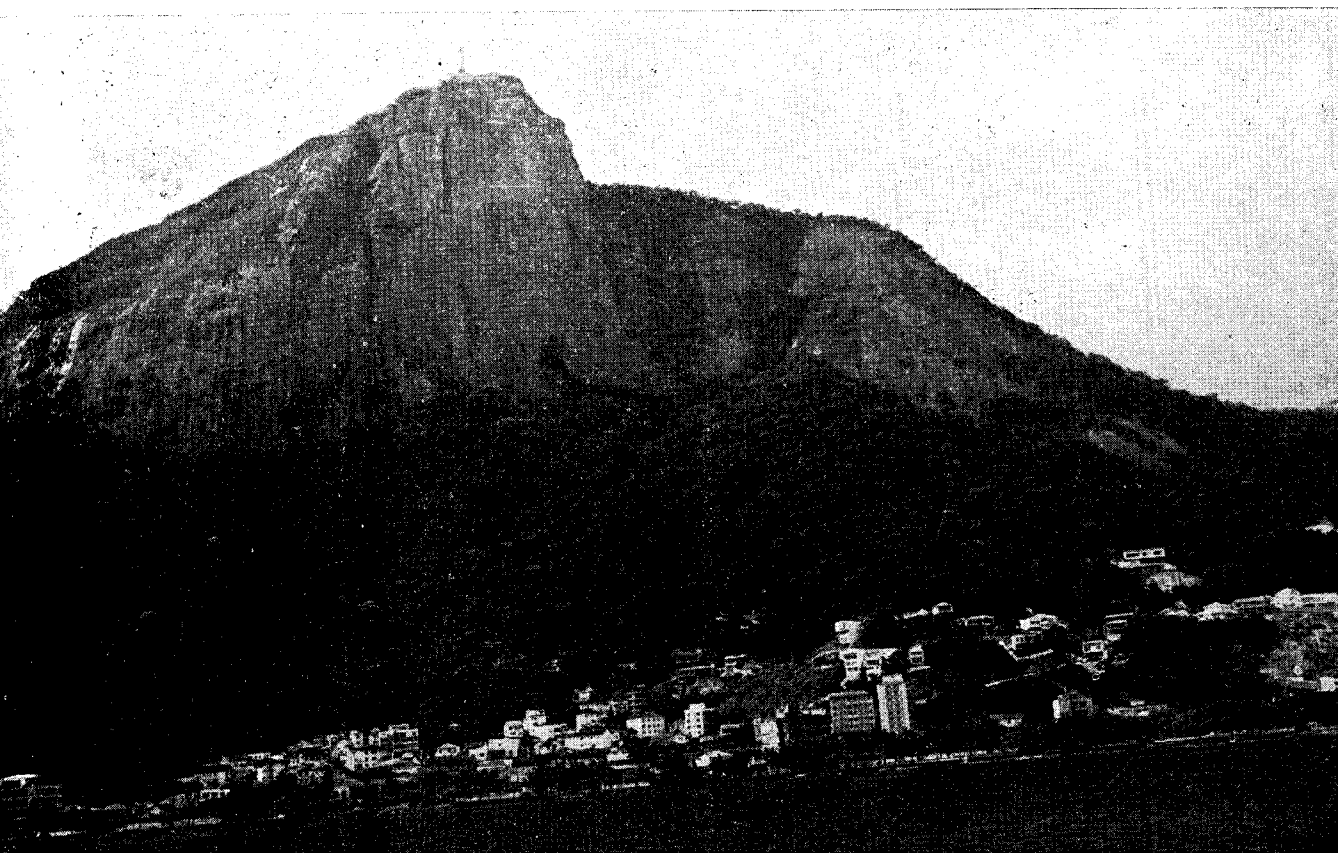
Os chamados passeios de “pedra portuguesa”, atualmente de portuguesas não têm nada, pois, as pedrinhas pretas e brancas são pedacinhos de basalto e de calcário extraídos de várias pedreiras e colocados segundo desenhos diversos.

3.2.2. Rochas sedimentares do Quaternário: areias e argilas.⁵ Constituem as áreas de baixa altitude, isto é, as áreas de planície. A estratigrafia dos depósitos revela a ausência de movimentos tectônicos recentes.

⁴ Para maiores detalhes vide o trabalho de RITA ALVES BARBOSA: “Contribuição à petrografia do Distrito Federal”. Bol. n.º 180, 40 pág. Departamento Nacional da Produção Mineral — 1953.

⁵ O Prof. ALFREDO JOSÉ PÔRTO DOMINGUES em um trabalho realizado nas áreas sedimentares da Guanabara, chama atenção para o fato de que certos depósitos considerados como do Quaternário são na realidade dos fins do Terciário. Aliás, o primeiro geólogo a vislumbrar este fato foi C. F. HARTT em sua *Geologia e Geografia Física do Brasil*, vol. 200 da Col. Brasileira. Para maiores detalhes vide “Estudo sumário de algumas formações sedimentares do Distrito Federal” de A. J. P. DOMINGUES in: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XIII, n.º 3, julho-setembro de 1953.

Fig. 7 — As encostas voltadas para o oceano, são constantemente batidas pela umidade vinda do mar e em consequência desenvolve-se uma cobertura vegetal densa nas partes inferiores, o que vem contrastar com os trechos escarpados e despídos de vegetação onde aparecem sulcos profundos nas paredes rochosas resultantes da ação da desagregação mecânica e decomposição química.



3.2.3. A geologia da Guanabara pode ser expressa segundo a distribuição dos terrenos e a área ocupada pelos mesmos, no seguinte quadro:

CLASSIFICAÇÃO	ÁREA (km ²)
Gnaiss quartzodióritico.....	14,20
Gnaiss granítico.....	3,00
Lenticular.....	85,70
Biotita gnaiss.....	336,30
Leptinito.....	14,40
Granito.....	231,20
Granito porfiróide.....	1,55
Alcaligranito.....	0,65
Dioritos, gabros, diabásios, balsaltitos e quartzodiabásios.....	11,70
Sienitos nefelínicos.....	33,20
Antigas crateras.....	0,60
Tufos vulcânicos.....	0,30
Chãos areniscos e cochilas, possivelmente terciários.....	22,20
Brechas e conglomerados.....	0,20
Bambus e leitos conchíferos.....	16,80
Quaternários.....	375,90
Águas internas.....	19,70
TOTAL.....	1 167,00*

Fonte: Secretaria-Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

* A área difere em 4 quilômetros da apresentada pelo Anuário do Estado da Guanabara.

Os gnaisses e granitos afloram, principalmente, nos maciços e constituem mais da metade da área do estado. Estes tipos de rochas também afloram nos baixos níveis rochosos e nas ilhas. Os sedimentos, terrenos quaternários, se localizam nas baixadas.

Como se vê no quadro acima, os diferentes tipos de gnaisses ocorrem em cerca de 38% da área do estado da Guanabara, enquanto o granito ocupa aproximadamente 20%. Entre os diversos tipos de textura e coloração dos granitos cariocas E. BACKHEUSER destacou os seguintes: granito da Penha, granito de Bangu, granito da Tijuca, granito da Vargem Grande, e granito de Amorim.⁶ Quanto à área de distribuição geográfica o mapa geológico mostra que há nas zonas dos subúrbios da E. F. C. do Brasil e da Leopoldina uma frequência maior nos afloramentos de granitos. Enquanto na parte central da cidade, no maciço da Tijuca, são os diferentes tipos de gnaiss que dominam. A êste propósito assim escreveu BACKHEUSER: "Ao dizermos serem os granitos mais freqüentes na zona suburbana não queremos

¹ EVERARDO BACKHEUSER — "Geografia Carioca: granitos nos subúrbios" in: "Boletim Geográfico" A IV, n.º 47, Fevereiro de 1947 — páginas 1475/1477.

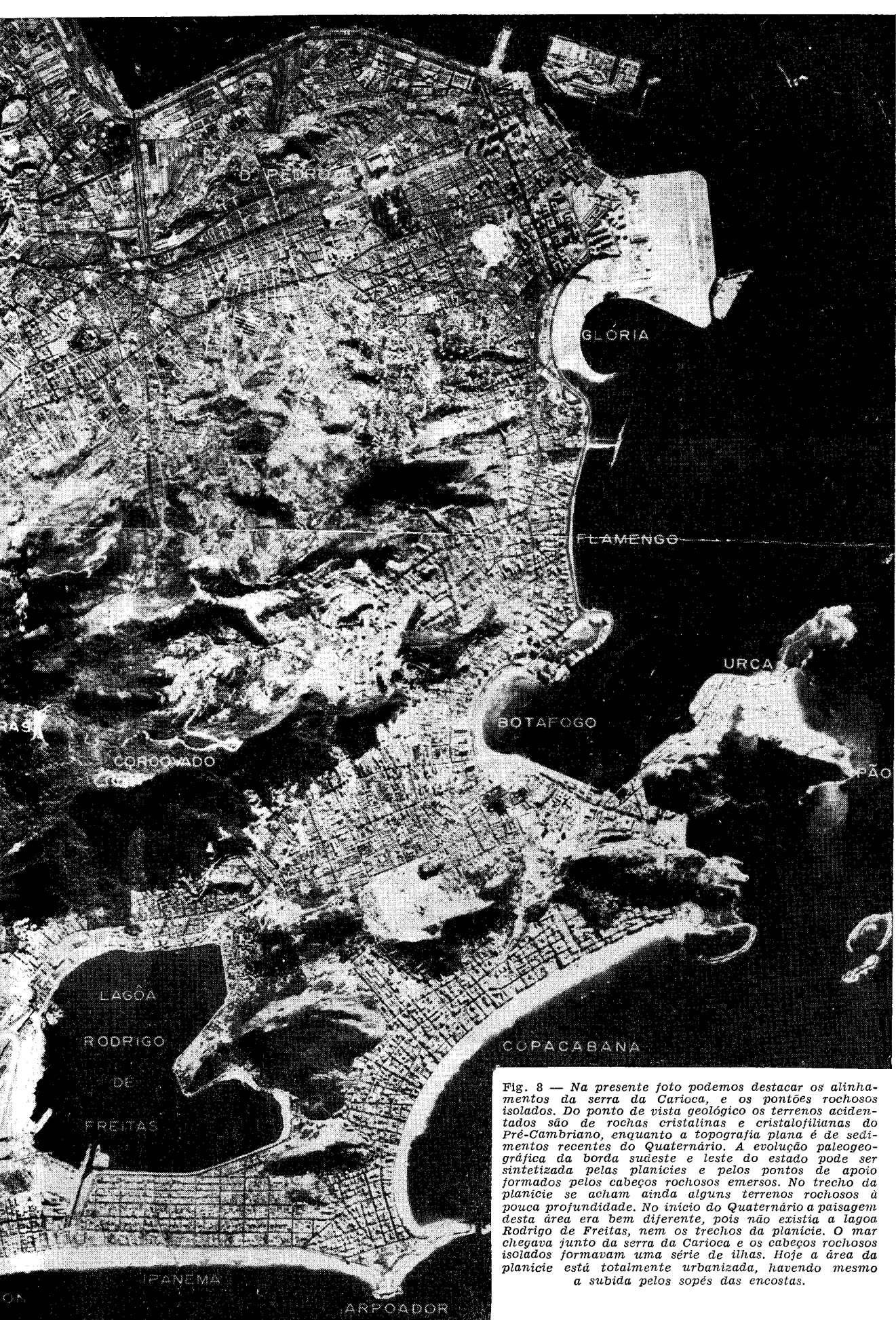


Fig. 8 — Na presente foto podemos destacar os alinhamentos da serra da Carioca, e os pontões rochosos isolados. Do ponto de vista geológico os terrenos acidentados são de rochas cristalinas e cristalofílicas do Pré-Cambriano, enquanto a topografia plana é de sedimentos recentes do Quaternário. A evolução paleogeográfica da borda sudeste e leste do estado pode ser sintetizada pelas planícies e pelos pontos de apoio formados pelos cabeços rochosos emersos. No trecho da planície se acham ainda alguns terrenos rochosos à pouca profundidade. No início do Quaternário a paisagem desta área era bem diferente, pois não existia a lagoa Rodrigo de Freitas, nem os trechos da planície. O mar chegava junto da serra da Carioca e os cabeços rochosos isolados formavam uma série de ilhas. Hoje a área da planície está totalmente urbanizada, havendo mesmo a subida pelos sopés das encostas.

significar que não existam na área urbana. Bem perto do centro urbano, no morro da Conceição, há granito. O morro em questão é todo de gnaíse, mas na sua parte alta o granito aparece. Como êste, outros exemplos poderiam ser citados, indicando pedreiras de granito nas abas das montanhas do maciço da Tijuca”.⁷

Os diferentes tipos de gnaisses estão sujeitos a uma meteorização, sendo os mais resistentes os gnaisses lenticulares ou facoidais, seguindo-se os leptínitos e, finalmente, o biotita gnaíse. A orientação de camadas duras e camadas mais moles nestes diferentes tipos de rochas constitui a primeira base da morfologia da zona urbana do Rio de Janeiro.⁸

⁷ E. BACKHEUSER art. cit. — pág. 1476.

⁸ FRANCIS RUELLANS — “Estudos geomorfológicos na zona urbana do Rio de Janeiro” in: *Boletim Carioca de Geografia*, Ano VI, ns. 3 e 4, 1954 — pág. 6.

Fig. 10 — Arrasamento do morro de Santo Antônio, permitiu a abertura de uma ampla avenida, a qual facilitou o escoamento do tráfego do perímetro urbano. (Foto Tibor Jablonsky)

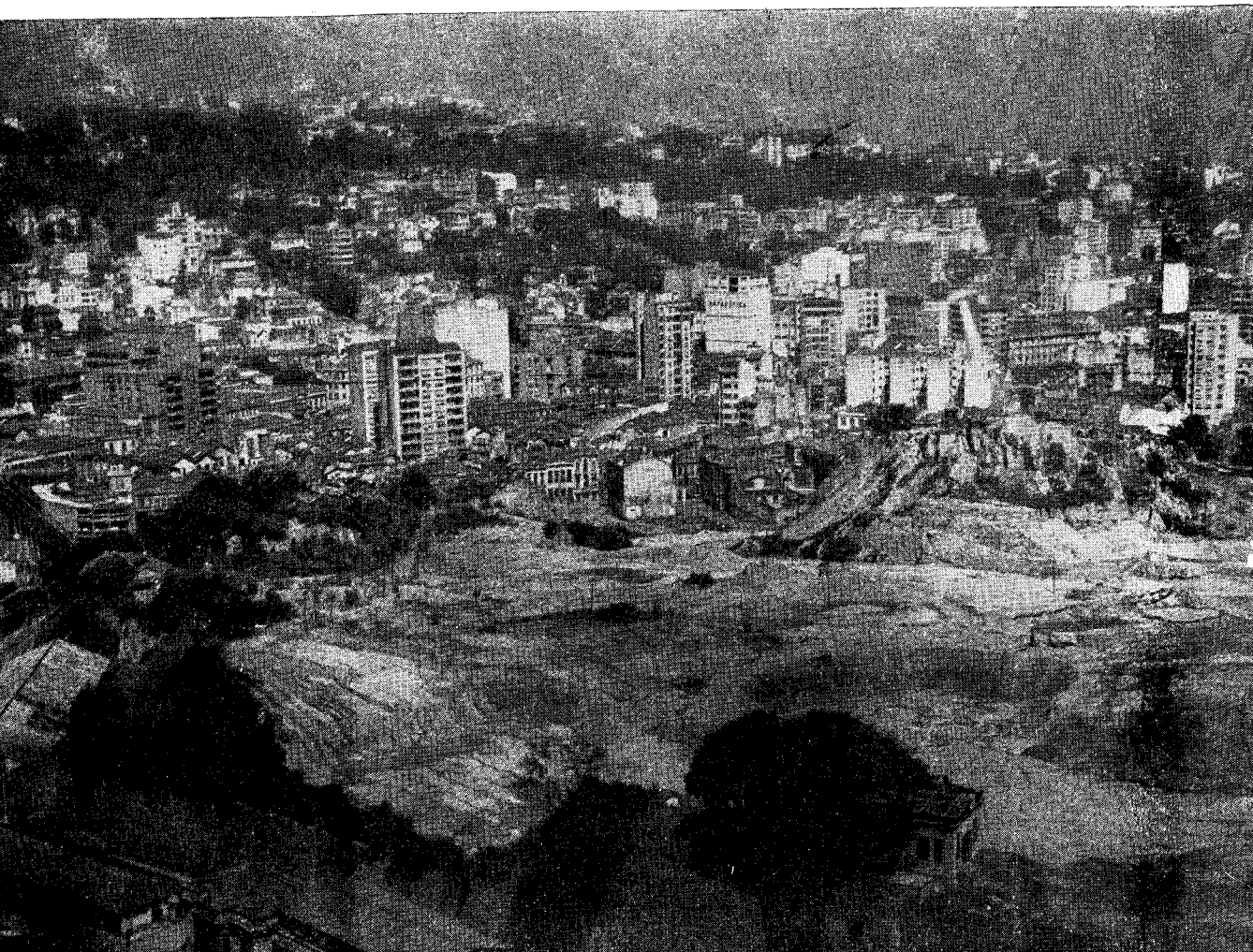




Fig. 11 — Aspecto do relêvo que circunda a baía de Sepetiba, vendo-se ao sul a restinga da Marambaia e na parte norte as baixadas com algumas serras isoladas na direção geral NE-SW.

3.3. *Montanhas epirogenéticas* — As montanhas do maciço costeiro da Guanabara são do tipo epirogenético, isto é, falhamentos sem que a estrutura tenha sido modificada. Apresentam uma escarpa íngreme voltada para o sul e um basculamento para o norte. Aliás o mesmo fenômeno produziu as serras do Mar e Mantiqueira.

As montanhas do Pré-Cambriano eram bem diferentes das que vemos hoje, pois, os movimentos tectônicos do Lau-

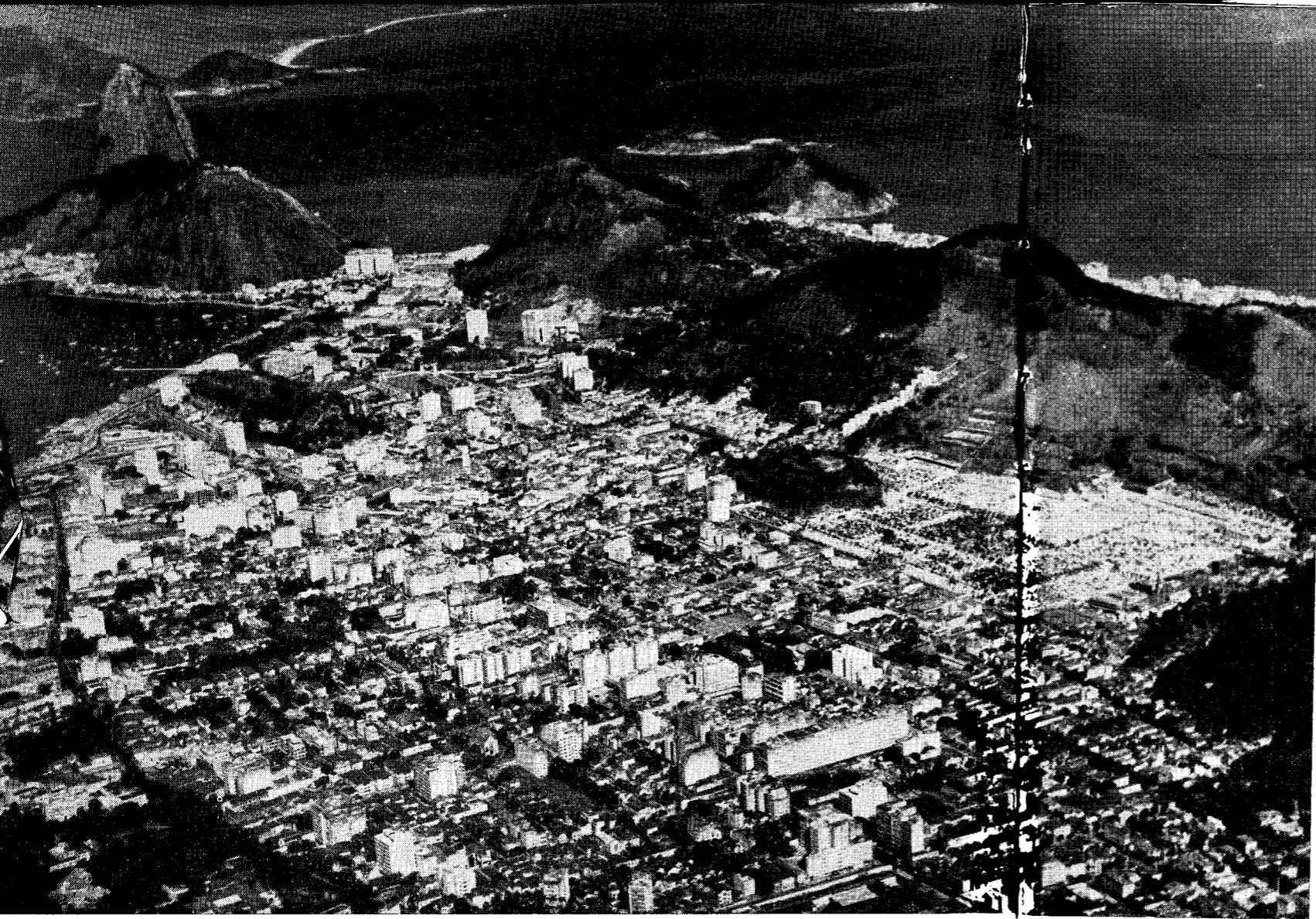


Fig. 9 — Do ponto de vista físico destacamos a linha de cordões montanhosos formados pelo: Pão de Açúcar (390 m), Urca (230 m), mais ao sul o morro da Babilônia (200 m), morro de São João e morro do Leme. No primeiro plano vê-se a zona urbanizada da planície sedimentar de entulhamento recente de Botafogo. Entre o morro da Urca e Babilônia a planície da Praia Vermelha.

renciano foram os responsáveis pelos dobramentos antigos, enquanto as atuais são de desabamento tectônico.

- 3.4. *Modelado do relêvo* — as formas características nos maciços são grandes pães-de-açúcar ou pontões. Estas formas de relêvo são comuns em áreas de climas tropicais úmidos. Exemplos: Pão-de-Açúcar (390 m), Morro dos Cabritos, Morro de São João, Pedra Bonita (693 m), Pico de Papagaio (975 m), Morro de Santa Bárbara (871 m), Morro de Santa Luzia (411 m), Morro do Guandu (742 m). *Formas de detalhe nos pontões: caneluras* — sulcos de dissolução na linha de maior declive; *esfoliação* — destacamento de placas devido à meteorização; *panelas* — de-

pressões ou buracos num rochedo; *mata cões* ou *boulders* — grandes blocos de rocha numa vertente.

Forma de decomposição do material: argila laterítica, argilas vermelhas e alaranjadas. A espessura da decomposição desse material é muito variada. Há, no Rio de Janeiro, morros totalmente constituídos de barro, isto é, de argila. Alguns deles como o do Senado, do Castelo e de Santo Antônio foram derrubados com a maior facilidade. Diz-nos BACKHEUSER que para desmontar o do Castelo bastou o simples jato de água de uma mangueira, quase análoga à do Corpo de Bombeiros (desmonte hidráulico).⁹ Saibro ou arena granítica — material muito explorado para rebôco de construção. As saibreiras mais importantes localizam-se no bairro de Laranjeiras.

Os processos de aterramento das margens da baía da Guanabara constituem um importante traço no crescimento da área a ser ocupada pela cidade. Esta dilatação da área continental com novas terras agregadas ao continente tem constituído uma preocupação constante dos administradores, tendo em vista a necessidade de aumento do espaço urbano.¹⁰ No passado, os aterramentos dos pântanos e lagoas foram realizados com o objetivo do saneamento.

4 — As planícies e os morros isolados

- 4.1. *A planície mais extensa é a de Sepetiba.* Sua topografia plana é interrompida por pequenas elevações rochosas — serra da Capceira Grande, Cantagalo, Paciência e vários morros como, Silvério ou Catruz, Trindade ou do Triunfo, etc. Nessa baixada, à semelhança do que ocorre em Jacarepaguá, encontram-se vários depósitos de conchas de origem indígena — os sambaquis.

⁹ EVERARDO BACKHEUSER — "Geografia Carioca: aspectos gerais da geologia do Distrito Federal" in: *Boletim Geográfico*, Ano V. n.º 49, abril de 1947, págs. 41/46.

¹⁰ EVERARDO BACKHEUSER — "Crescimento da cidade do Rio de Janeiro" in: *Boletim Geográfico*, Ano III, n.º 29, agosto de 1945, páginas 734/736.

- 4.2. *A planície de Jacarepaguá* tem uma topografia plana, interrompida por vários morros rochosos isolados, como: Pedra do Calembá, Morro de Cantagalo, Amorim, Rangel, Panela, etc. Aparece nesta planície várias lagoas que se acham em processo de colmatagem, ex.: lagoa Pequena, Marapendi, Jacarepaguá, Camorim e Tijuca. Destaque ainda deve ser dado às restingas de Itapeba e de Jacarepaguá, cujas áreas já foram loteadas em sua quase totalidade.

A área da baixada de Jacarepaguá é de 140 km², dos quais 13 km² são de águas confinadas, isto é, lagoas. Na linha litorânea, o acidente mais saliente é o Pontal de Sernambetiba, que geomorfologicamente trata-se de um tômbolo.

- 4.3. *Planície da Guanabara* — área sedimentar interna da baía de Guanabara cujos terrenos são bastante argilosos. A semelhança das outras planícies também possui vários morros rochosos isolados.

5 — O litoral — suas diversas secções — origem da baía de Guanabara

- 5.1. Secção interna da baía da Guanabara — 87 km.

- 5.2. Secção oceânica — parte exterior 56 km.

- 5.3. Secção interna da baía de Sepetiba — 54 km.

- 5.4. Origem da baía da Guanabara — litoral tipo ria.

O litoral da Guanabara pode ser dividido em três secções: 1 — litoral da baía de Sepetiba, cuja direção geral é NW-SE; 2 — litoral oceânico, cuja direção geral é ENE-WSW e 3 — litoral do interior da baía da Guanabara, com a forma de um semi-círculo.

O litoral interno da baía de Sepetiba estende-se desde a barra de Guaratiba até a foz do rio Itaguaí ou Guandu. Sua topografia caracteriza-se por apresentar baixa altitude e, algumas vezes, as elevações que aparecem no horizonte são colinas constituídas de rochas do escudo cristalino.

As praias da baía de Sepetiba são muito procuradas pelas populações que vivem na zona rural do estado. De modo geral a costa é baixa e lamacenta e a vegetação de mangue é um traço típico da fitofisionomia dessa área. As praias de Guaratiba e Sepetiba são as que possuem uma fímbria arenosa mais extensa.

As águas da baía de Sepetiba são tranqüilas, devido à restinga da Marambaia que amaina as ondas oceânicas. Do ponto de vista da evolução paleogeográfica da baía de Sepetiba, a tendência normal será o seu entulhamento e,



Fig. 12 — Dois grandes tipos de formas de relevo podem ser identificados na foto acima: 1 — Encosta meridional do maciço da Pedra Branca; 2 — Trecho da planície de restingos de Jacarepaguá. Os terrenos do maciço são do pré-Cambriano, enquanto os da baixada são do Quaternário. Do ponto de vista geomorfológico é importante ainda destacar as lagoas e o pontal de Sernambetiba.

conseqüente formação de uma grande planície, considerando o tempo geológico.

O litoral oceânico apresenta uma variação grande de aspectos quando comparado ao de Sepetiba, ou mesmo, à parte interna da Guanabara.

A serra de Guaratiba é um esporão rochoso do maciço da Pedra Branca que imprime um tom agressivo à paisagem monótona das duas baixadas, isto é, a de Jacarepaguá, a leste e a de Sepetiba, a oeste.

As escarpas da serra da Carioca chegam até o mar, no trecho entre a barra da Tijuca e o morro dos Dois Irmãos,

²¹ É interessante lembrar que até bem pouco tempo a zona do Leblon era uma importante área de extração de areia para as construções feitas na cidade do Rio de Janeiro. Veja-se o mapa — Areias que abastecem o Distrito Federal — da página 28 do livro *Areias* (composição e aplicações) da autoria de Edgar Frias Rocha — Rio de Janeiro, 1936.

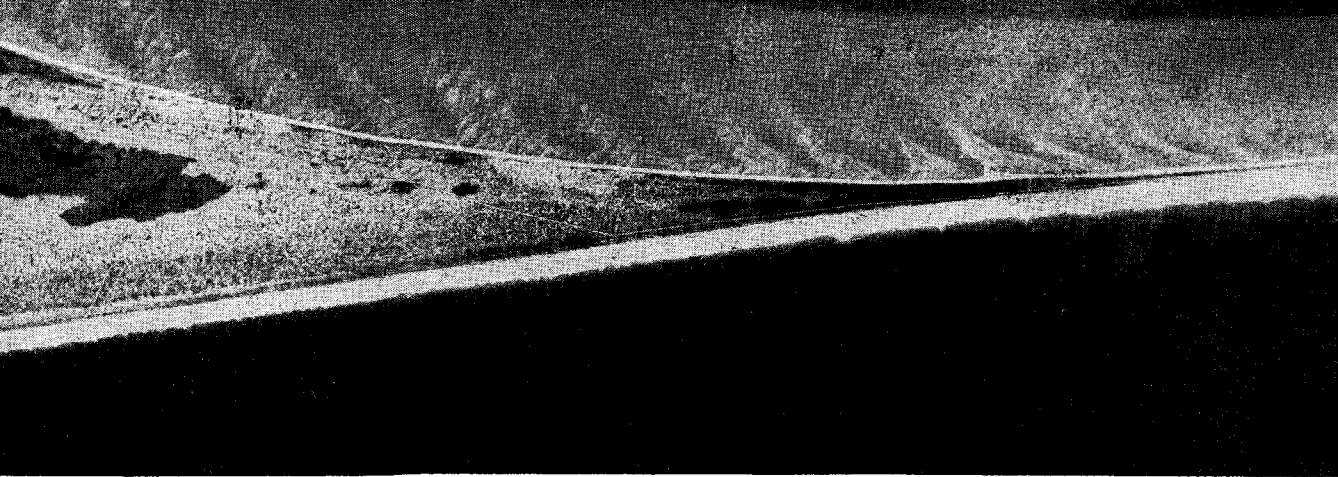


Fig. 14 — Trecho da restinga da Marambaia, vendo-se a diferença entre a parte ao norte da língua arenosa e a do sul, isto é, do oceano. No fundo da baía de Sepetiba vê-se ainda a formação de pequenos esporões, à semelhança do que ocorre na lagoa de Araruama.

a oeste das praias do Leblon¹¹ e Ipanema. As outras praias dêste trecho do litoral são antigas restingas ou tômbolos, atualmente muito urbanizadas. Como exemplo citaríamos as praias de Copacabana, Vermelha e Flamengo (artificial).

Quanto à avenida Niemeyer foi construída no sopé da escarpa meridional do maciço da Carioca, constituindo uma das atrações turísticas, a “gruta da Imprensa”.

Ao sul da linha da costa há várias ilhas rochosas.

As praias do litoral atlântico são as mais procuradas pela população do Rio e, também, as mais belas.

O litoral do interior da baía da Guanabara apresenta topografia bem diferente do litoral oceânico.

Suas praias são de lama com pequenos trechos arenosos, merecendo destaque as das ilhas do Governador, Paquetá e de Ramos (artificial).

A baía da Guanabara é uma brecha tectônica nos maciços litorâneos. Idêntica foi a formação da baía de Angra dos Reis, no litoral fluminense. Segundo o prof. FRANCIS RUELLAN, a transgressão marinha ocorrida na baía da Guanabara está ligada ao fenômeno de eustatismo.¹²

No litoral da Guanabara, e mais especialmente na baixada de Sepetiba, existem vários pequenos montículos de conchas deixadas pelos índios, isto é, restos de cozinha, denominados de sambaquis. Como exemplo podemos citar: Pedra, Piracão, Telégrafo, Fazenda Modelo e vários outros estudados por E. BACHEUSER¹³ e mais recentemente por SALES CUNHA¹⁴.

¹² FRANCIS RUELLAN — “A evolução geomorfológica da baía de Guanabara” in: *Revista Brasileira de Geografia*, Ano VI, n.º 4.

¹³ EVERARDO BACHHEUSER — “Os sambaquis do Distrito Federal” in: *Boletim Geográfico*, Ano III, n.º 32, novembro de 1945, págs. 1052/1068.

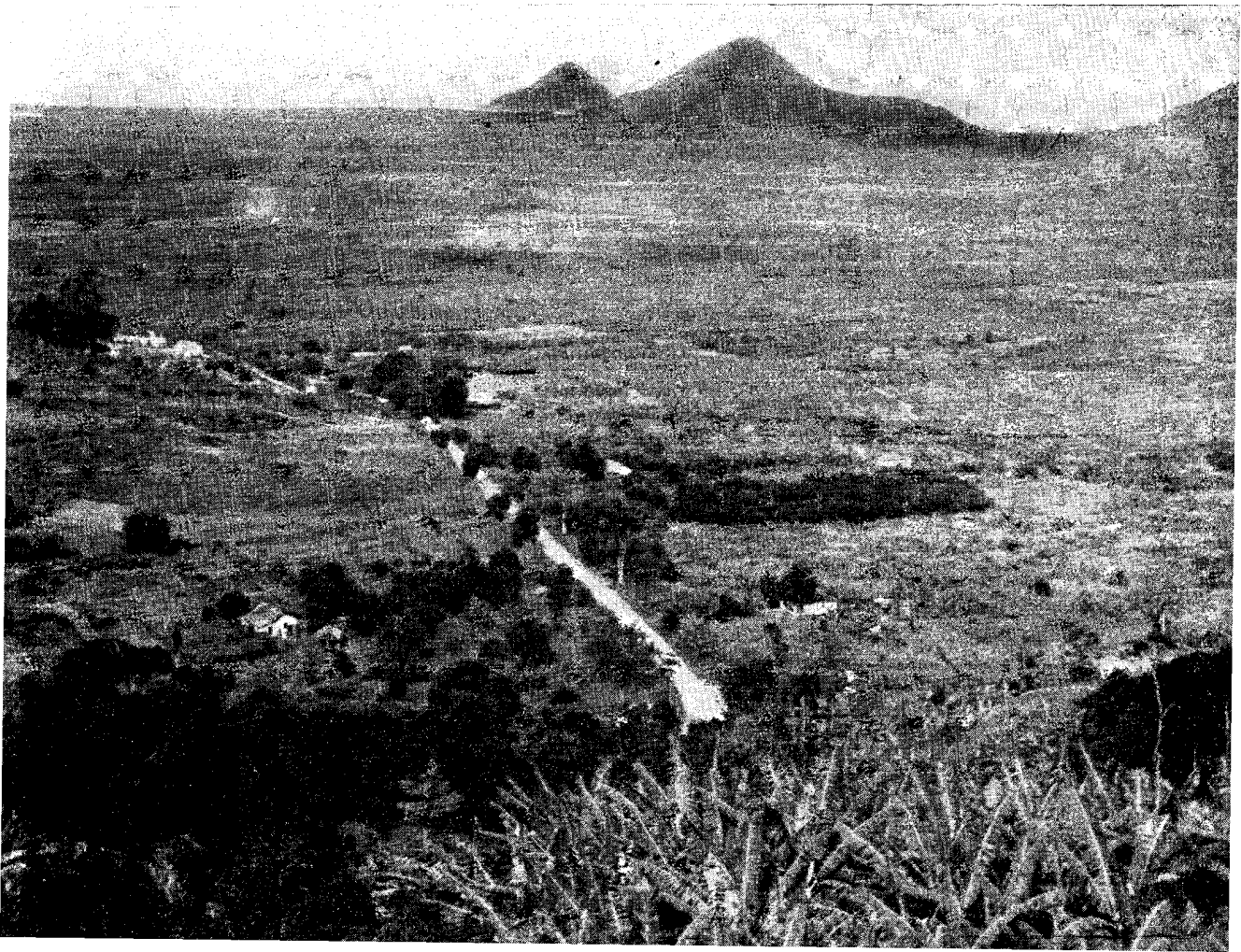
¹⁴ ERNESTO DE MELLO SALES CUNHA — “Sambaquis do litoral carioca” in: *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XXVII, n.º 1, janeiro-março de 1965, págs. 3/69.

6 — *Ilhas*

Na baía da Guanabara e no litoral atlântico, no interior das lagoas da baixada de Jacarepaguá e no interior da baía de Sepetiba existem várias ilhas. Umas são rochosas e representam antigos cabeços da velha estrutura rochosa do antigo maciço pertencente à serra do Mar (antes de sua formação) e outras são de natureza sedimentar. Esquemmatizando num quadro tem-se:

DESIGNAÇÃO	NÚMERO DE ILHAS
Na baía da Guanabara.....	43
No oceano Atlântico.....	13
Na baía de Sepetiba.....	8
Na lagoa de Camorim.....	4
Na lagoa Rodrigo de Freitas.....	3
TOTAL.....	72

Fig. 13 — *Baixada de Jacarepaguá* — grande planície de formação recente, entulhada pela sedimentação aluvial continental e marinha. Há poucos anos, esta área foi saneada possibilitando o seu aproveitamento agrícola. Esta baixada foi cortada por vários canais de drenagem. Como exemplo, citaremos o de Sernambetiba. (Foto de Tibor Jablonsky)



As cinco maiores ilhas do estado estão localizadas na baía de Guanabara: Governador, Paquetá, Bom Jesus ou Coqueirada, Fundão e Sapucaia. Quanto às 13 ilhas de maior altitude, estão também localizadas na baía da Guanabara, excluindo-se a ilha Redonda (oceano Atlântico).¹⁵

7 — Rios

Existe no estado 42 rios e todos são de pequeno curso. Quanto ao perfil longitudinal dos mesmos, devemos destacar o fato de que os cursos d'água ao descender dos maciços para as áreas de planície são geralmente interrompidos por pequenas corredeiras ou quedas d'água ligadas ao tectonismo, ou às diferenças de litologia.

- 7.1. Rios que vertem para baía de Sepetiba — apresentam a quase totalidade do curso numa área de baixada. Ex.: Portinho, Piracão, Cabuçu, Pôrto e Itaguaí ou Guandu (na fronteira). Este é o mais extenso com 35 km.
- 7.2. Rios que vertem diretamente no oceano atlântico — são de pequeno curso e com leito pedregoso, em vários trechos. Ex.: Cachoeira (Lagoa da Tijuca), Rainha, Macacos e Cabeça (Lagoa Rodrigo de Freitas).
- 7.3. Rios que vertem para a baía da Guanabara — Carioca, Catumbi, Comprido, Trapicheiros, Maracanã, Joana (estes rios desaguam no canal do Mangue), Faria, Irajá e São João de Meriti. Este último é o segundo rio em extensão, no estado, com 25,5 km. O divisor de águas segue ao longo de cristas do Maciço da Pedra Branca, que à semelhança de um arco vai na direção de leste, alcançando também o maciço da Tijuca.

8 — Canais de drenagem e lagoas

As áreas de baixada com fraquíssimo gradiente constituíam grandes pântanos, pois o escoamento das águas fazia-se com dificuldade. Procurando solucionar este problema, passaram os engenheiros a projetar e construir os canais regularizadores do escoamento das águas. Este tipo de trabalho foi realizado nas baixadas de nosso estado e também em diversas áreas de baixada do estado do Rio de Janeiro.

¹⁵ Os dados fornecidos acima foram extraídos do *Anuário Estatístico do E. da Guanabara*, GERALDO SAMPAIO DE SOUZA, em seu trabalho: "Notas para o estudo das ilhas da baía de Guanabara" (tese aprovada e publicada nos *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia* — Vol. II, páginas 620/653) — relacionou um total de 162 ilhas (na baía de Guanabara) pertencentes aos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

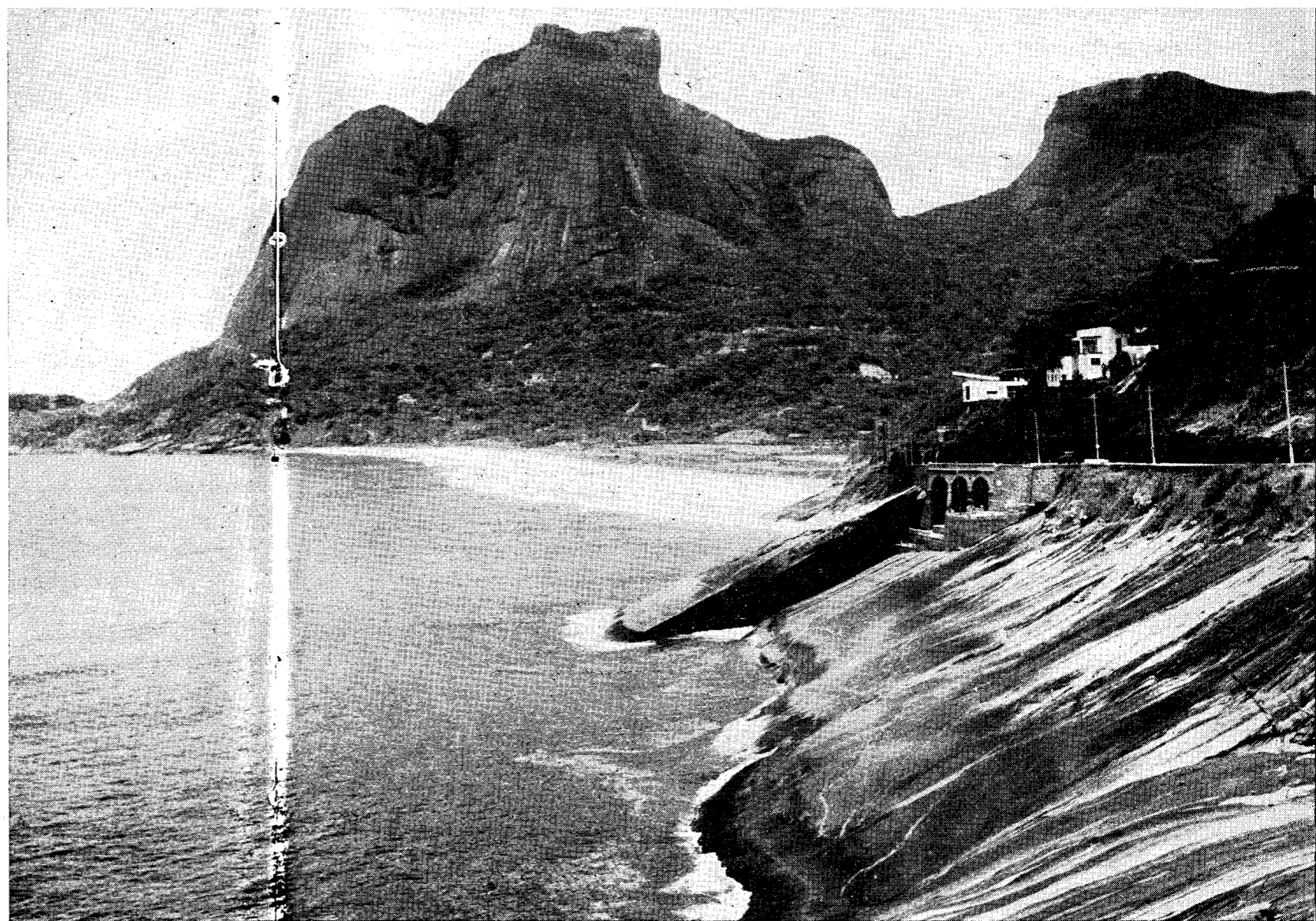


Fig. 17 — Aspecto da paisagem movimentada do litoral Atlântico da Guanabara, vendo-se no primeiro plano a Avenida Niemeyer e a "gruta" da Imprensa e ao fundo as montanhas que constituem a Pedra da Gávea. A rocha dominante é o gnaisse, sendo que na "gruta" da Imprensa os gnaisses jacoidais apresentam um mergulho na direção do sul, e a erosão marinha alargou uma linha de fraqueza paralela a estrutura das camadas. Quanto ao topo da Pedra da Gávea, este é de granito, dando aparecimento na paisagem a uma forma completamente diferente das outras, cujo topo é arredondado. As formas típicas dos pães-de-açúcar é o traço dominante na escarpa sul da serra da Carioca, pertencente ao Maciço da Tijuca. (Foto Tibor Jablonsky)

- 8.1. Canais e drenagem da baixada de Sepetiba: São Francisco (o mais comprido com 11 750 m), Guandu, Itá e Pau Flexa.
- 8.2. Canais de drenagem da baixada de Jacarepaguá: Sernambetiba, Taxas, Cortado, Portela e Marapendi.
- 8.3. Canais de drenagem da baixada da Guanabara: Pavuna e Mangue (2 720 m de comprimento).
- 8.4. Lagoas: Rodrigo de Freitas (profundidade média 2 m e área de 3 042 km²), Marapendi, Pequena, Jacarepaguá, Camorim (a que possui maior área — 11 056 km²) e Tijuca.

O Eng. Agr. HAROLD EDGAR STRANG em seu trabalho intitulado: *A reserva biológica de Jacarepaguá* acentua o problema do entulhamento das lagoas, dizendo: "Há uma tendência para o assoreamento, já bastante avançado. Essa situação poderia ser, em parte, corrigida com a retirada de areia da lagoa.

Muito embora exista grandes bancos de conchas, não foi constatada a existência de moluscos vivos. Estes, que em determinada época da vida da lagoa, aí se desenvolveram sob condições excelentes, foram a pouco e pouco perdendo em tamanho e vigor, pela redução da espessura da camada d'água e conseqüente aumento de temperatura, a ponto de desaparecerem completamente, restando apenas as conchas que hoje conhecemos" (In: *Anuário Brasileiro de Economia Florestal* n.º 12, A XII — págs. 819). Nas margens da lagoa de Marapendi existe uma pequena instalação industrial que vive da extração de conchas, para produção de cal.

Fig. 15 — Aspecto do relêvo da serra de Guaratiba, que é um esporão de granito orientado na direção NE-SW, que separa as baixadas de Sepetiba de Jacarepaguá. A oeste deste trecho montanhoso, pertencente ao maciço da Pedra Branca, vê-se a planície sedimentar da Marambaia e a barra de Guaratiba. O litoral de rochas graníticas é escarpado, enquanto o de rochas sedimentares é plano e monótono aparecendo nos trechos marginais à lagoa de Sepetiba, a vegetação de mangues.

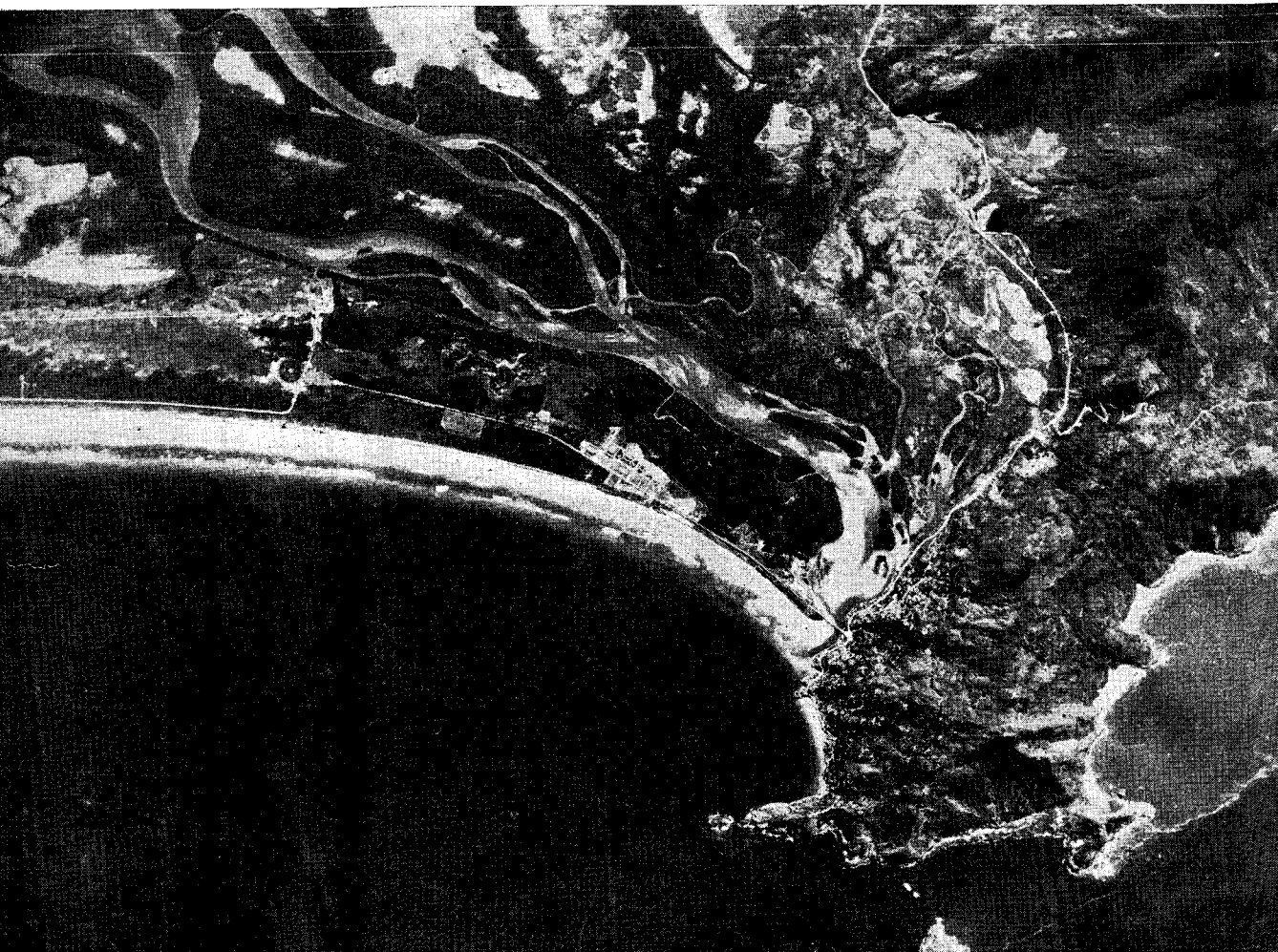




Fig. 18 — Aspecto da planície interna da baixada da Guanabara, vendo-se o litoral interior e a ilha do Governador. A sedimentação é considerável nesse trecho da baía. Observar a foz do rio Irajá e a grande quantidade de sedimentos que o mesmo carrega — ilhas aluviais em formação próximas à foz. O cenário visto na foto é dos bairros da zona da Leopoldina. A avenida Brasil é a grande reta que fica à leste dos bairros referidos. (Foto Tibor Jablonsky)

9 — Tipos de Vegetação natural

- 9.1. *Mata tropical úmida* — floresta vigorosa graças a umidade reinante. Mesmo aspecto nas encostas e no topo. As altitudes não são suficientes para produzir variações grandes no tipo da mata.
- 9.2. *Mata paludosa* — áreas pantanosas de baixada, floresta tipo igapó da Amazônia.
- 9.3. *Vegetação das restingas* — são freqüentes as bromeliáceas e várias plantas afeitas ao ambiente silicoso.
É importante destacar o fato de que na jardinagem moderna se empregam vários exemplares das restingas, espe-

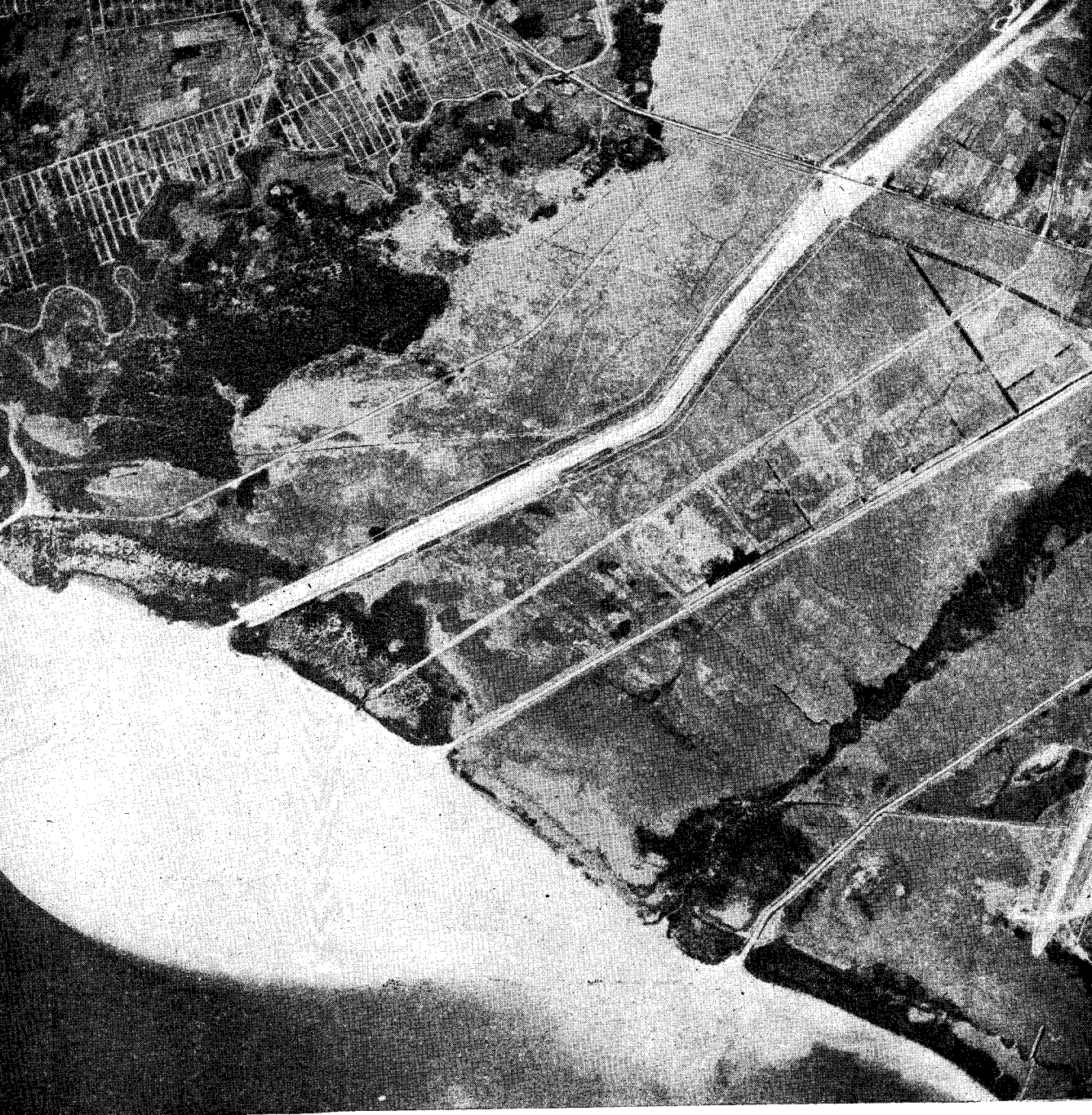


Fig. 19 — Aspecto da planície de Santa Cruz no limite com o estado do Rio de Janeiro, vendo-se o rio Itaguai com seus vários meandros (atualmente o curso já foi retificado). A topografia dessa área é bastante plana e de fraco gradiente, o que obrigou aos engenheiros a abrirem vários canais de drenagem. Na boca desses cursos fluviais retificados e nos naturais pode-se ver a massa de sedimentos que são carreados para o interior da baía de Sepetiba.

cialmente das de Jacarepaguá, que são arrancados de seu meio ambiente. Também o fogo, ainda hoje frequente, completa êsse quadro desolador.¹⁶

9.4. Mangues — ambiente salgado — *Vegetação halófito*.

9.4.1. Mangue vermelho — *Rhizophora mangle*.

¹⁶ Para maiores detalhes veja-se o trabalho: "Flóres da Restinga, Florestais e Conservação da Natureza do Estado da Guanabara".

9.4.2. Mangue branco — *Laguncularia racemosa*.

9.4.3. Mangue siriba ou siriuba (*Avicenia sp*).

HAROLD E. STRANG referindo-se à destruição da vegetação das restingas e dos mangues de Jacarepaguá, assim se exprimiu: “A vegetação do mangue, pelo seu valor como fornecedora de tanino e lenha, foi sempre uma das mais sacrificadas e boa parte do que ainda resta em nossos dias vem sendo impiedosamente destruída por aquêles que se estabelecem clandestinamente à margem das lagoas.

Posteriormente, já por ocasião da última guerra mundial, os estragos se generalizaram. Florestas particularmente características, que os séculos fizeram crescer sôbre a areia primitivamente estéril da restinga foram impiedosamente imoladas ao fabrico de carvão”.¹⁷

¹⁷ Eng.º agr.º HAROLD EDGARD STRANG — “A reserva biológica de Jacarepaguá” in: *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n.º 12, Ano XII, pág. 13.

Fig. 20 — *Lagca Rodrigo de Freitas* vendo-se ao fundo o morro dos Dois Irmãos e a Pedra da Gávea. (Foto Tibor Jablonsky)





Fig. 16 — No primeiro plano o bairro do Jardim Botânico, podendo-se notar a diversidade de sítios em que está localizado: atêrro e vales que entalham as montanhas. No segundo plano o bairro da Gávea e na faixa litorânea, no trecho da restinga que fecha a lagoa Rodrigo de Freitas, o do Leblon. Ao fundo o morro dos Dois Irmãos. (Foto Tibor Jablonsky)

9.5. Campos — área da baixa de Santa Cruz.

10 — Solos

Os solos do estado apresentam uma série de gradações e nuances. A grande característica dos solos das áreas montanhosas é serem argilosos de côr vermelha ou alaranjada, enquanto o das baixadas são aluviais de natureza arenosa, argilosa e mesmo vasosa.

As argilas dos trechos da zona de maciços ou do tôpo das colinas rochosas são autoctones, enquanto as das áreas das baixadas sofreram transporte. Dentro desta unidade fisiográfica, diversos tipos de solos podem ser identificados, como: solos de mangues, solos de restingas, solos de terraços, solos turfosos, etc. A morfologia variada influi na formação dos solos, no escoamento superficial das águas e nas condições de drenagem interna. Nos trechos onde a mata foi destruída, na serra, está se processando o desgaste intenso do solo, tendendo a ampliar as superfícies de rocha



Fig. 21 — A floresta tropical úmida era um dos traços típicos da paisagem do Rio de Janeiro. Hoje raros são os trechos de maciços de nosso estado onde a floresta secundária, ou mesmo a capoeira é vista. Na foto acima vê-se a floresta tropical da encosta sul da Pedra da Gávea, mais úmida por causa da proximidade do mar. (Foto Gilson Costa)

viva e de solo arenoso cascalhento, a aprofundar os vales e a retalhar ainda mais as encostas.

A erosão elementar nas rochas eruptivas e metamórficas fornece uma grande abundância de materiais, quer arenosos ou argilosos, para acumulação fluvial e marinha.¹⁸

A destruição das matas nas encostas e nos topos das elevações tem acarretado uma ativação nos processos erosivos, restando apenas o manto de intemperismo, ou o que é mais grave, a rocha viva aflorante.

¹⁸ MARIA EDITH RIBEIRO DANTAS — “Mapeamento geomorfológico da bacia do rio Cabuçu, através de fotografias aéreas” — tese apresentada ao II Simpósio Brasileiro sôbre fotografias aéreas. Rio de Janeiro — 1965”.

SUMMARY

In the present work the author attempts to treat the different compound elements of the physical landscape in a systematic and sintetic manner. He divided the present work in some different compound elements as climate, geological structure, forms of relief, kinds of vegetation, and soils.

In a small, space of 1356 km he indentified some kinds of climates of the group A and C according a classification made by Köppen.

The geological structure is characterized by outcrops in the mountainous parts — mainly granite and gneiss, and sedimental rocks in the lower parts. From the point of view of the historic geology, the precambrian terrains prevails in the massifs and quaternaries in the plains.

The geomorphology is characterized by three mountainous massifs and parts of plain. These mountains were formed by epirogenesis in the beginning of the terciarian, and they composed the part of the great plain. In the precambrian, these rocks supported the Laurentian diastrophism and still our day on see the directions lead in the doubled rocks.

The typical formations like the "sugar loafs" constitute other remarcable feature of the morphology in the Guanabara's relief.

The origin of Guanabara's bay constitutes a great controversial subject between the geomorphologists.

The inicial vegetal cover it was of forests, and a little space os field in the zone of Santa Cruz lowland. Now the forest vegetation was demolished in its great part. Moreover, we must to cite the marshy area in the place where exists the saline influenced by oceanic waters.

The soils constitute other important feature of the physical landscape. In the space of macifs the orange and red clays soil detache, while in the plant areas a variety is great. In the arenaceous fillets situated in the spits the soil are very siliceous, and both in the inner of the Sepetiba and Guanabara's bay the coils are constituted by ooze (or mud) deposits. For these argilueous soils in the lowlands, these are provenients of transported material of the surrounding areas situated in the higher altimetrical position.

The *Anuário Estatístico do Estado* was one of the most important informative book that informes the quantitative data with precision.

According the heading the author searches to present the different features of landscape with reports and illustrations which complement the text.

Sometime, the photographs were largely commented to provide a major subsidy of the landscape diversification.

Versão de YEDA RANGEL.

RÉSUMÉ

L'auteur, dans le présent travail, a traité de façon systématique et synthétique les différents éléments composant le paysage physique de la Guanabara. Il l'a divisé en plusieurs topiques: le climat, la structure géologique, les formes du relief, les types de végétation et les sols.

Dans le petit espace de 1353 km² il a identifié l'existence de plusieurs types de climats du groupe A et C selon la classification de Köppen.

La structure géologique est caractérisée par les affleurements rocheux dans les espaces montagneux — granits et gneiss principalement et roches sédimentaires dans les parties de la plaine, du point de vue de la géologie historique, dominant les terrains du pré-cambrien dans les massifs, et ceux du quaternaire dans les plaines.

La géomorphologie est caractérisée par trois massifs montagneux et par des plaines. Ces montagnes ont été produites par épirogenèse au commencement du Tertiaire et faisaient partie du grand plateau. Au pré-cambrien ces roches ont souffert le diastrophisme Laurentien et aujourd'hui encore on voit les directions laissées dans les roches — plissées.

Les formes typiques de pain de sucre constituent un autre trait marquant de la morphologie des reliefs de la Guanabara.

L'origine de la baie de la Guanabara constitue un autre thème de grande controverse entre les geomorphologies.

La couverture vegetale originarie était composée de forêts et d'un petit espace de champ dans la zona de la plaine de Santa Cruz. Aujourd'hui la végétation de forêts a été détruite presque totalement. Nous devons encore citer les superficies de marais dans les locaux ou il existe l'influence de la salinité des eaux océaniques.

Les sols constituent un autre trait important du paysage physique — Dans les massifs on remarque des sols argileux de couleur rouge et orange, tandis que dans les superficies de plaine la variété est plus grande. Dans les cordons aréneux des *restingas* le sol est très siliceux et dans l'intérieur de la baie de Sepetiba ou même de la Guanabara on a des sols vaseux. Quant aux sols argileux des *baixadas*, ils sont originaires du material carrié des superficies environnantes situées en position altimétrique plus haute.

L'annuaire statistique de l'état a été une des importantes sources d'information a propos des données quantitatives.

D'accord avec le titre, l'auteur a présenté les différents aspects des paysages avec des descriptions et illustrations qui complètent le texte.

Les photographies ont été commentées d'une façon étendue pour fournir un subside plus grand de diversification de paysages.

Versão de MARIA CECÍLIA DE QUEIROZ LACERDA.

EVOLUÇÃO POLÍTICA E CRESCIMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafo do CNG

a) *Vila Velha*

Durante o reinado de D. Sebastião, Estácio de Sá desembarcava ao sopé do Pão de Açúcar, “numa terra baixa e chã”, fundando o primitivo núcleo de uma cidade (1565). Passou a chamar-se Vila Velha, quando, Mem de Sá, após vencer os francêses, achou mais seguro transferir a cidade fundada pelo sobrinho para o morro do Descanso, depois denominado São Januário e Castelo (1567). O aldeamento primitivo nada mais era do que um aglomerado de choças circundando uma ermida em louvor à São Sebastião, erguida por Francisco Velho (primitivo morador que deu depois seu nome à praia de Botafogo); aí morreu Estácio de Sá, vítima de flechada venenosa;

b) *Vila Nova*

A transferência tinha que ser feita, pois a localização da Vila Velha constituía uma exceção. A êsse respeito diz João Ribeiro: ¹ “As primeiras cidades do Brasil começam pelos morros e só mais tarde descem à planície e nunca se formam à borda do mar e mesmo nos rios, só nos lugares onde não chega o navio de longo curso — essa é a prudência dos fundadores do século XVI e no seguinte, que foram uma luta interrompida pela posse da terra”.

Vários fatores determinaram esta transferência e entre êles:

1.º — A vantagem que o morro oferecia por ser menos acessível e, por isso mesmo, mais fácil de se defender; se Estácio de Sá não tomou logo as providências em 1565, foi porque o Castelo estava na zona ocupada pelos francêses e defendida pela trincheira de Uruçumirim (atual praia do Flamengo).

2.º — Numa sociedade como a da época, essencialmente agrícola, a vida da cidade estaria condicionada ao desenvolvimento das lavouras e engenhos; para isso era de suma importância o vale formado pelos morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição, durante muito tempo o celeiro da cidade;

c) *Primeira fase*

O primeiro governador da cidade foi Salvador de Sá, dono da ilha de Paranapan, denominada Grande pelos francêses e atual Governador. Entregou o govêrno a Cristóvão de Barros (1572), quando o rio passou

¹ “História do Brasil” — pág. 81.

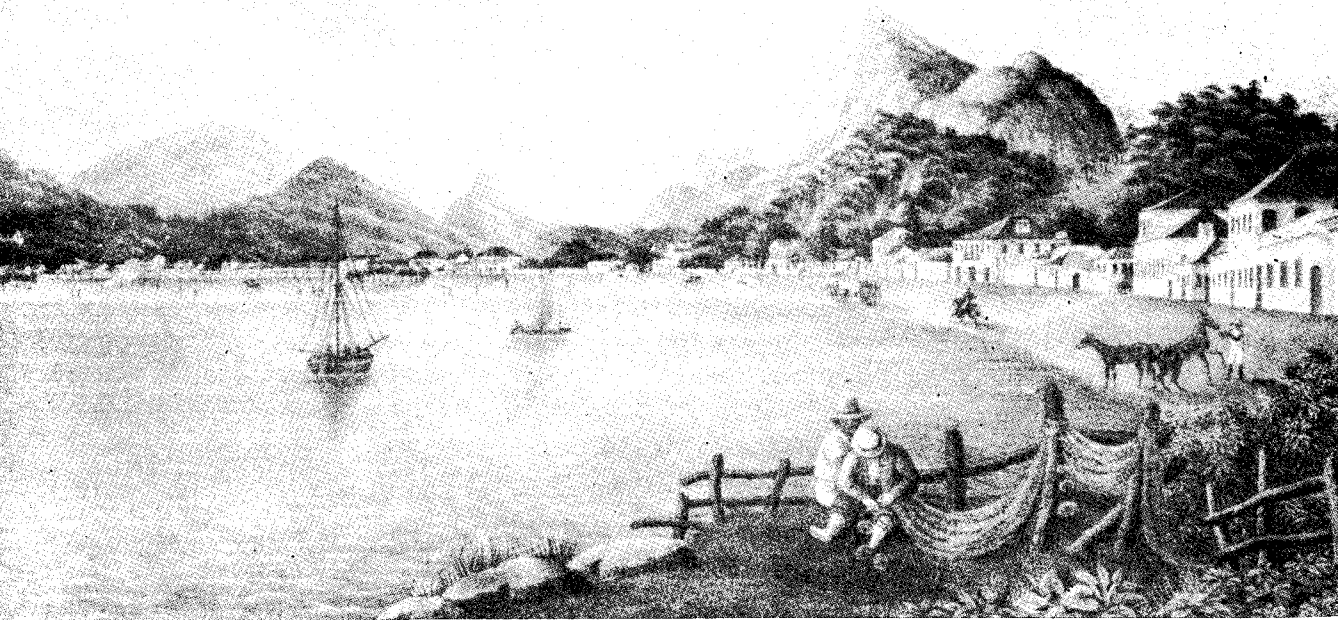


Fig. 1 — Botafogo (C. B. de Okabutz, del)

a ser capital do Brasil sul, evidenciando-se o valor geográfico de sua posição, em relação às terras do sul.

Três ladeiras, origem das primeiras ruas da cidade, ligavam o morro do Castelo à planície. A da Misericórdia considerada “rua mater”, foi a preferida pela aristocracia da época; nela foi instalada a Santa Casa de Misericórdia (1582) e o cemitério público da cidade, levado depois para o Caju (1839) quando se inaugurava a Faculdade de Medicina. A rua Direita, primeira e única paralela ao litoral, por isso mesmo de traçado tortuoso, deve seu nome ao fato de ligar a várzea diretamente ao mosteiro de São Bento; nela moravam os Provedores e depois governadores; o seu nome atual data de 1870, e o de 1.º de março foi para comemorar o aprisionamento e morte de Solano Lopez. A rua São José era a terceira, e possuía uma casa, depósito de africanos importados.²

Embora a dualidade de governo tenha sido abolida em 1577, o Rio que havia perdido a categoria de capital, continuava a crescer, notando-se ainda o predomínio da população indígena:

ANO	PORTUGUESES	AFRICANOS	ÍNDIOS	TOTAL ⁽²⁾
1585.....	750	100	3 000	3 850

² Fonte: — “História do Rio de Janeiro” — DELGADO DE CARVALHO.

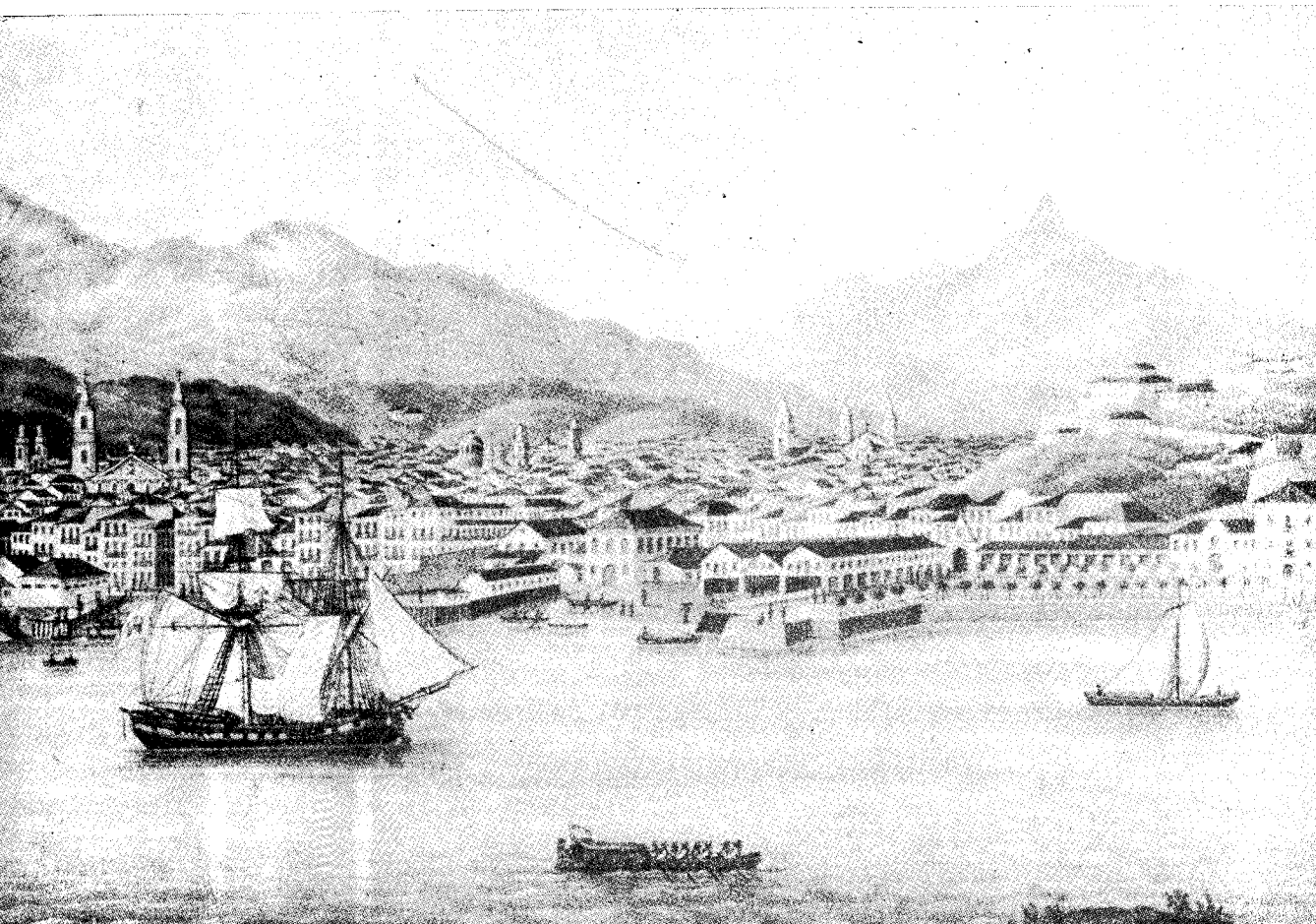
Neste primeiro ciclo de expansão a cidade teve que ver desaparecer lagoas, como a da Carioca, por exemplo, que deixava ilhado o Convento da Ajuda. Construiu-se também a primeira ponte, durante o governo de Antônio Salema (1575-78) nas proximidades da atual praça José de Alencar para, atravessando o rio da Carioca poder ligar o primitivo caminho do Catete que, da vertente do morro do Castelo, sempre paralelo à praia, alcançava os engenhos da lagoa do Sacoperapã (atual Rodrigo de Freitas).

Assim diz DELGADO DE CARVALHO³ — “A importância relativa das diferentes ruas da cidade era determinada por fatores econômicos do momento: a lavoura dos jesuítas no Engenho Velho, as fazendas agrícolas de Rodrigo de Freitas, Catumbi e Mata Cavalos, de um lado e o pôrto das mercadorias ou Pôrto dos Padres da Companhia (hoje rua D. Manuel) do outro. Os caminhos que faziam comunicar êstes diferentes centros, determinavam as ruas de maior trânsito”.

Outras ruas, como a do Ouvidor, por exemplo, assim denominada por ter ido residir lá o ouvidor (juiz de Direito), Manuel Pena de Mesquita Pinto, tinha apenas uma meia dúzia de casas; só com a chegada de D. João passou a ser uma rua comercial, característica que conserva até hoje; foi a 1.^a rua a ter iluminação à gás (1854) e elétrica (1891).

³ Obra citada.

Fig. 2 — Vista da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, tirada da ilhas das Cobras. (C. B. de Planitz, del)



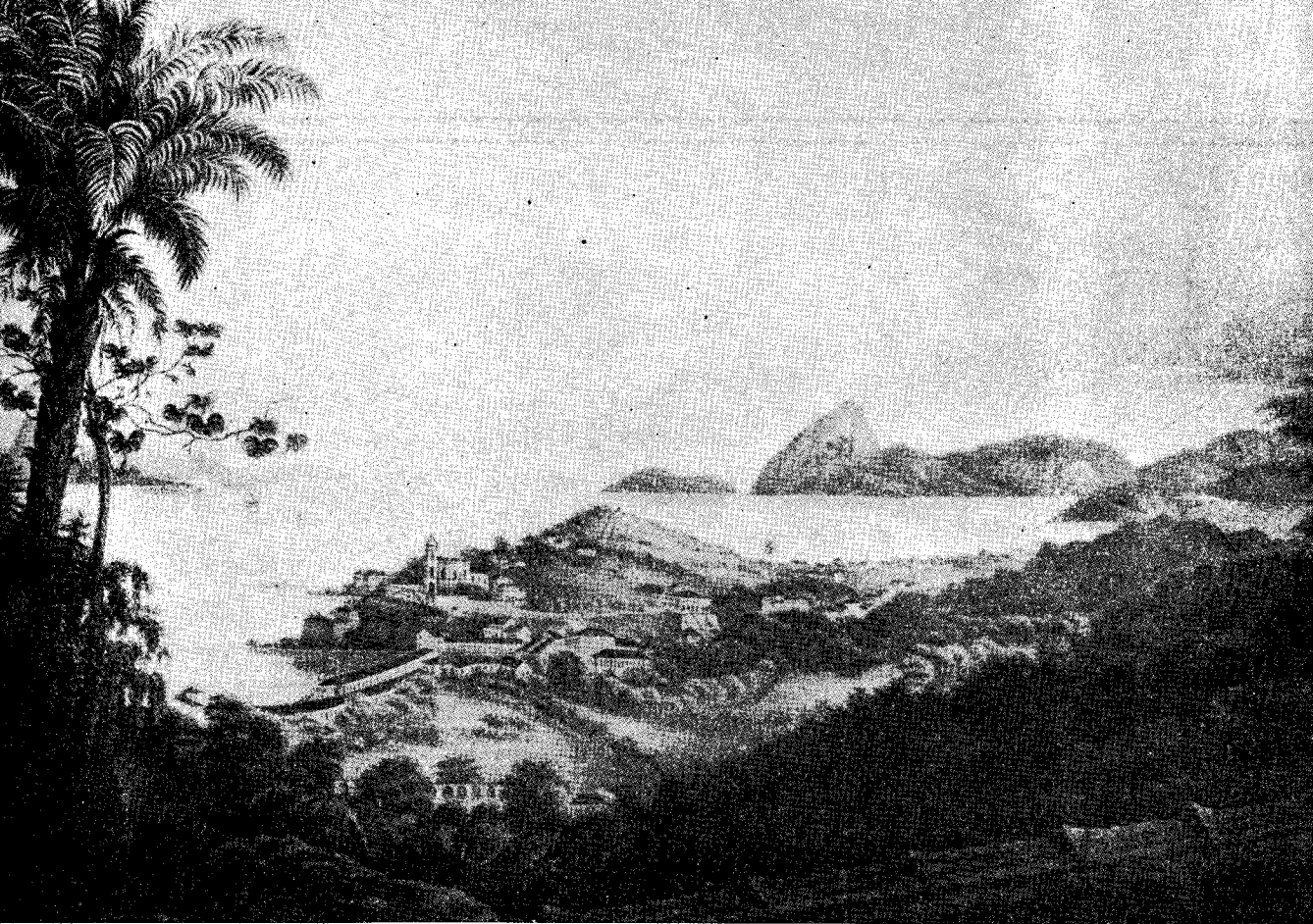


Fig. 3 — Igreja e morro de Nossa Senhora da Glória. (C. B. de Planitz, del)

Coube ao Conde de Rezende tirar inicialmente a cidade das trevas, iluminando as ruas principais à “azeite de peixe”, em lampiões apropriados. Daí deduz-se a importância da pesca que, destinava-se também a alimentação. O carioca daquela época tinha que ser ictiófago, pois sem campos de pastagens suficientes à criação de gado, a carne era escassa para a população sempre crescente. A pesca da baleia se fazia em maio, quando o animal procurava as águas tranquilas da Guanabara para a procriação;⁴ outros peixes menores, recolhendo-se aos baixios e recôncavos, facilitavam grandemente a sua pesca.

Quando estabeleceram-se comunicações regulares com São Paulo, tornou-se mais normal o abastecimento de carros à cidade; destacou-se então a rua da Quitanda, aberta com o comércio da carne verde.

A cidade expandia-se em muito de seu núcleo primitivo que, em 1641 terminava na rua da Vala (atual Uruguaiana), assim chamada por ser uma vala de escoamento das águas da lagoa de Santo Antônio (onde hoje está o largo da Carioca); esta lagoa já havia sido aterrada para a expansão da cidade e Gomes Freire (1735-62) mandara, pelo mesmo motivo, por abaixo os muros defensivos do núcleo inicial.

Aproximava-se o 2.^o centenário e, Gomes Freire de Andrada, administrador dos mais dinâmicos iniciaria a urbanização da cidade que,

⁴ Cada baleia fornecia em média 16 pipas de azeite e 15 arrobas de barbatanas; estas últimas, ligadas à Cal do Reino davam às edificações grande consistência.

dentro em pouco, passaria a ser capital do Brasil. Construiu os arcos da Carioca e edificou o Palácio dos Governadores, depois dos Vice-Reis, Real e Imperial, hoje sede dos Correios e Telégrafos; no atual largo de São Francisco iniciou a construção da nova Sé, depois abandonada e, finalmente concluída para ser ocupada pela Escola Politécnica;



Fig. 4 — Rua Direita, atual Primeiro de Março. Circa 1870. (Foto George Leuzinger) Coleção Ministério das Relações Exteriores. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Ministério da Educação e Saúde — n.º 10 — 1946.

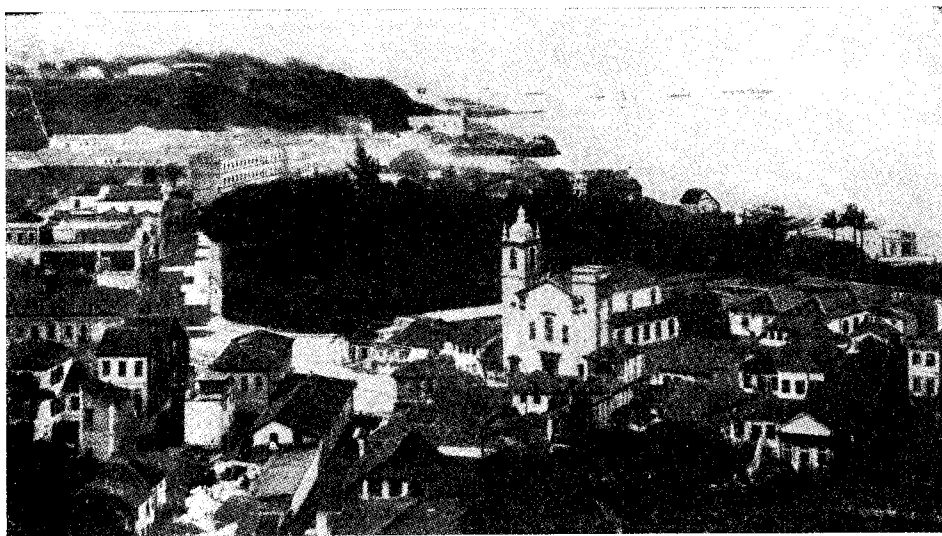


Fig. 5 — Aspecto do Rio de Janeiro, vendo-se a Lapa, o Passeio Público e o morro do Castelo. Circa 1865. (Foto George Leuzinger) Coleção Ministério das Relações Exteriores. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Ministério da Educação e Saúde — n.º 10 — 1946.

d) *No tempo dos Vice-Reis*

Em 1714 fôra o "Estado do Brasil" elevado à categoria de Vice-Reino; por muito tempo a capital continuaria em Salvador. Entretanto, dois fatos contribuiriam para que, a 27 de janeiro de 1763, fôsse o Rio elevado à categoria de capital: o 1.º de caráter defensivo, pois urgia aproximar o centro administrativo do campo de lutas do Prata; o 2.º de caráter econômico, com a descoberta e exploração das minas.

Havia falecido Gomes Freire, governador durante 30 anos e, o Conde da Cunha, recebia ordens para assumir na nova capital o cargo, para onde já haviam sido transferidos tribunais e repartições de superior alçada.



Fig. 6 — Escola Politécnica e Igreja de São Francisco de Paulo, na Administração Passos. Revista Municipal de Engenharia — vol. 8 — julho de 1941 — n.º 4 — Secretaria-Geral de Viação e Obras.

Um dos primeiros atos do Conde da Cunha foi o de fechar com lages de pedra o antigo escoadouro da lagoa da Carioca, já sem função, dando origem assim a rua da Vala (atual, Uruguaiana). Mandou prolongar a rua do Piolho (atual Carioca) que passou a denominar-se rua do Conde (atuais Visconde do Rio Branco e Frei Caneca).

Coube ao Marquês do Lavradio aterrar os pantanais de Pedro Dias, abrindo aí a rua que guarda ainda hoje o seu nome; ligava por sua vez a rua do Conde à de Mata Cavalos (atual Riachuelo).

Luiz de Vasconcelos cuidou do Terreiro do Paço (atual praça 15 de Novembro), onde localizava-se o Palácio dos Vice-Reis, arrematando-o com um cais de granito à semelhança do de Lisboa e removendo para junto do mar o chafariz mandado construir por Gomes Freire. Para

evitar que os escravos fôsem castigados em vias públicas, instituiu no antigo forte de Santo Iago, um calabouço para a punição; êste nome, Calabouço, perdura ainda hoje na nomenclatura da cidade, embora seja outra a sua feição, com a construção do aeroporto Santos Dumont.

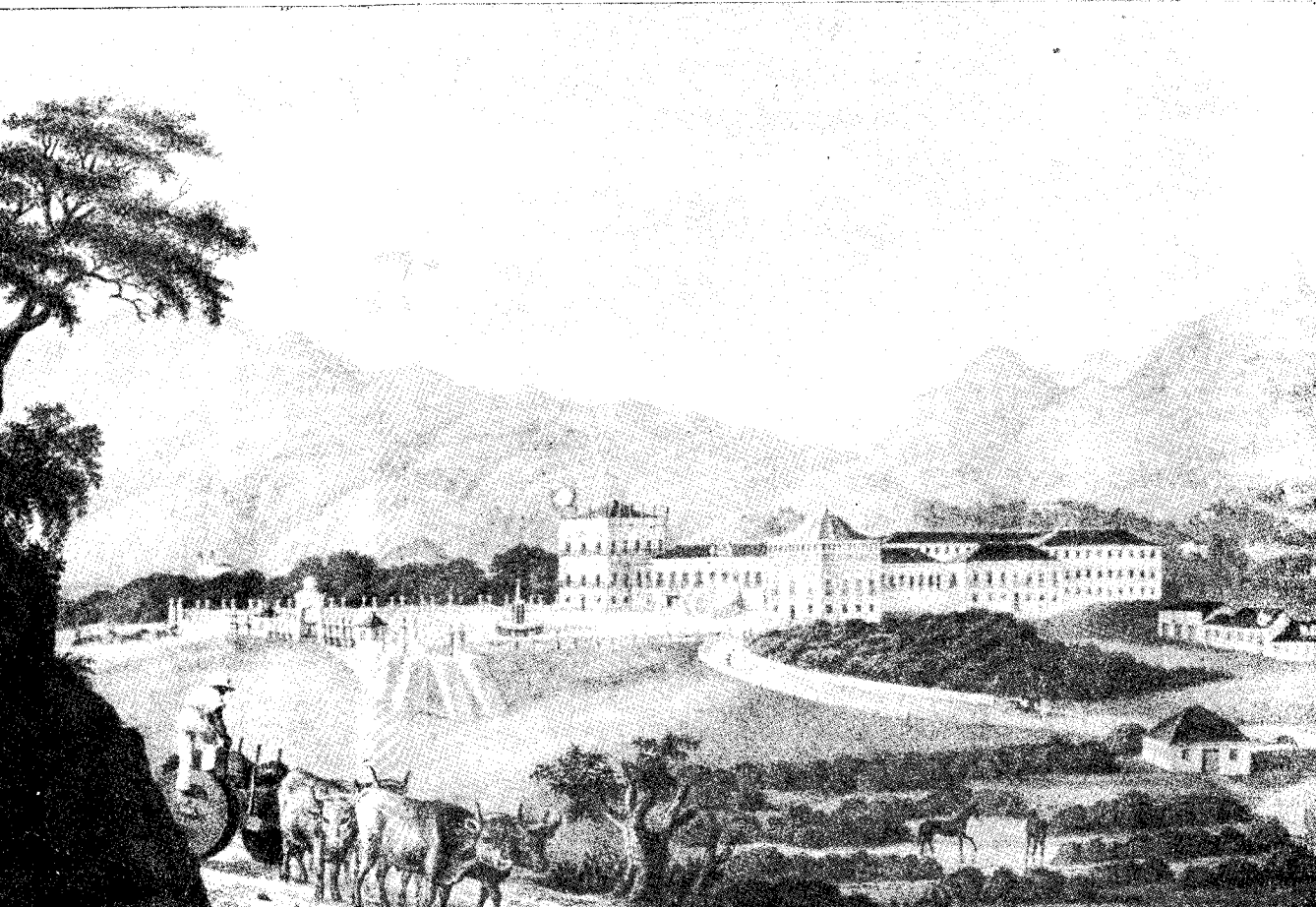
O Conde de Rezende, além de abrir a rua que lhe perpetua o nome, a do Senado e dos Inválidos, fixou os limites do Campo de Santana, que mandou aterrar, obrigando os moradores das redondezas a contribuirem com dinheiro e escravos, para o melhoramento;

e) *Sede da Côrte Portuguesa*

O Conde dos Arcos preparou o Rio para receber a Côrte Portuguesa, que trouxe para a cidade nada menos que 15 mil pessoas. Por 13 anos seria o Rio de Janeiro a capital portuguesa (1808-1821) e durante êste período sofreu profundas modificações, “vestindo as roupagens das grandes cidades européias”.⁵ O Rio abrangia então uma área que ia ao rio da Carioca e o rio Comprido (na atual Av. Paulo de Frontin). Nos atuais bairros da Glória, Catete e Botafogo, localizavam-se as casas de campo e chácaras. Mas como havia, no centro da rêde urbana, uma vasta extensão de terreno insalubre e pantanoso, tratou o govêrno de D. João de cedê-lo à particulares que se comprometessem à secá-lo e utilizá-lo.

⁵ J. DE SOUZA LEÃO — “D. João e os francêses no Brasil” — O Cruzeiro — 31-10-64.

Fig. 7 — Paço do Imperador do Brasil em São Cristóvão. (C. B. de Planitz, del)



Agindo assim diz A. M. Kitzinger “Do campo de Santana e da lagoa da Sentinela, dirigiu-se então a área da cidade pelo aterrado, ou rua das Lanternas (depois Senador Euzébio) através de ruas e praças — formando a cidade nova — para o arrabalde de S. Cristóvão, ocupando o terreno que fôra por todos até essa data desprezado”. Aliás, separado de sua mulher, era em S. Cristóvão, na Quinta da Boa Vista a residência de D. João que tornou-se rei no Rio e aqui, elevou o Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarve (1816).

O Rio viu também, durante a permanência da Côrte, transformar-se sua estrutura social e intelectual. Aos poucos foi desaparecendo o contraste entre a austeridade altiva dos senhores de engenho e as maneiras áulicas dos de além-mar. Isto tudo, completado pela fundação de órgãos científicos e culturais como a Escola de Medicina, a Biblioteca Nacional, a Imprensa Régia, o Jardim Botânico, iria dando intensidade à vida, progresso e luxo do Rio de Janeiro, em detrimento da antiga opulência rural brasileira.

f) *O Império*

Após a independência, “tôda a história social do Império gira ao redor do predomínio das classes rurais, representadas no Rio de Janeiro pelos grandes proprietários fluminenses, mineiros, paulistas e baianos, com duplo domicílio”.⁶

Passou a ser centro de atração o Rio, que antes da chegada da Côrte não ultrapassava 50.000 pessoas, passou a abrigar 135.000, assim distribuídas (1823).

Portuguêses e Brasileiros	25 000 ⁷
Pretos	105 000
Estrangeiros	4 000
Ciganos	400
Índios, Caboclos e Mestiços	600
	<hr/>
Total	135 000

Sofrendo já com o aglomerado humano, o Rio foi assim descrito por um cronista da época que se escondia sob o pseudônimo de Constitucional Imparcial — “Existem ainda entre nós pessoas que conheceram a cidade do Rio de Janeiro há 30 anos: mui circunscrita então pelo pequeno número de população, os habitantes tinham mais em proximidade muitos arvoredos que começavam desde a Praça da Constituição e se estendiam além, juntando-se aos que cobriam, dos lados, o caminho de S. Cristóvão... O aumento da população, exigindo que a cidade se estendesse, o luxo, ordenando que nos espaços onde podia haver duas

⁶ DELGADO DE CARVALHO — obra citada.

⁷ Fonte: — “Iconografia Carioca” — AFONSO E. DE TAUNAY — Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro — Volume 203.

— Se compararmos este quadro ao do ano de 1585, veremos o grande crescimento do número de africanos e a diminuição do elemento indígena.

ou três árvores houvesse uma grande cocheira para 6,7 ou 8 bestas, nos fêz perder as plantações saudáveis que a natureza espontaneamente nos havia dado para defenderem a conservação de nossa saúde... As ruas do Rio de Janeiro eram muito bem assentadas, com certo declive para o mar; com esgotos intermédios, de maneira que, nas grandes chuvas, depois da tormenta, aparecia convidando as meias de seda a saírem sem escrúpulos de se enlodarem". Mas, diz Marcelo Ipanema, ^s "no Primeiro Reinado, com o concurso de representantes de todos os rincões do Brasil, inclusive de estrangeiros que aqui e para aqui vieram, integrando-se todos ao seu viver peculiar de cidade internacional, surgiu a nação que, no Rio de Janeiro, recebeu, ao calor generoso de seus habitantes, os elementos fundamentais de institucionalização".

O crescimento da cidade iria, à partir de 1842 iniciar o primeiro da série de aterros que iria sofrer a baía de Guanabara, na praia D. Manuel e que, só terminaria 46 anos mais tarde. A cidade ultrapassava Botafogo, mas Copacabana, até 1850, era uma praia semi-desértica; coube a José Martins Barros abrindo um caminho (1855) que chamou-se ladeira do Barroso (atual Tabajaras) e depois, Figueiredo de Magalhães, organizando uma linha de diligências (1882) o desenvolvimento inicial dêste bairro, hoje um dos mais populosos do Rio;

g) *A República*

Com a expansão para a zona sul, a necessidade que se apresentava não era mais a da aterragem de pântanos, mas a da abertura de túneis. O primeiro dêles foi o túnel Velho (hoje Alaor Prata) concluído em 1891, seguido pelo túnel Nôvo em 1904; de 1937 à 1951 surgiram o Marques Pôrto, o do Pasmado, etc. Os mais modernos são os túneis Catumbi-Laranjeiras, Major Vaz e André Rebouças, obras do govêrno Carlos Lacerda.

A cidade já da praia ascende as montanhas ao fundo, que vão das pedras da Gávea culminar no Corcovado; no alto dêste penhasco foi erguida a estátua do Cristo Redentor com 30 metros de altura, pesando 1 200 toneladas e tôda revestida de esteatita (inaugurada a 12 de outubro de 1931). Já então, desde 27 de outubro de 1912 estavam ligados pelo caminho aéreo (bondinho) os morros da Urca e Babilônia. O casario subia as serras, surgindo o bairro de Santa Teresa e para os subúrbios as favelas (morro da Favela).

Nova remodelação da cidade tem início em 1903, quando chega à prefeitura, Francisco Pereira Passos que, juntamente com Francisco Bicalho e Osvaldo Cruz ficaram ligados à presidência de Rodrigues Alves.

Além das obras no cais do pôrto e da Avenida do Mangue, mereceu destaque especial a abertura da Avenida Central (hoje Rio Branco), pelo engenheiro Paulo de Frontin. Correndo de "mar à mar", esta avenida, larga e reta, tôda arborizada de pau brasil ao centro, teve sua

^s "O Primeiro Reinado" — O. Cruzeiro — 7-11-1964.

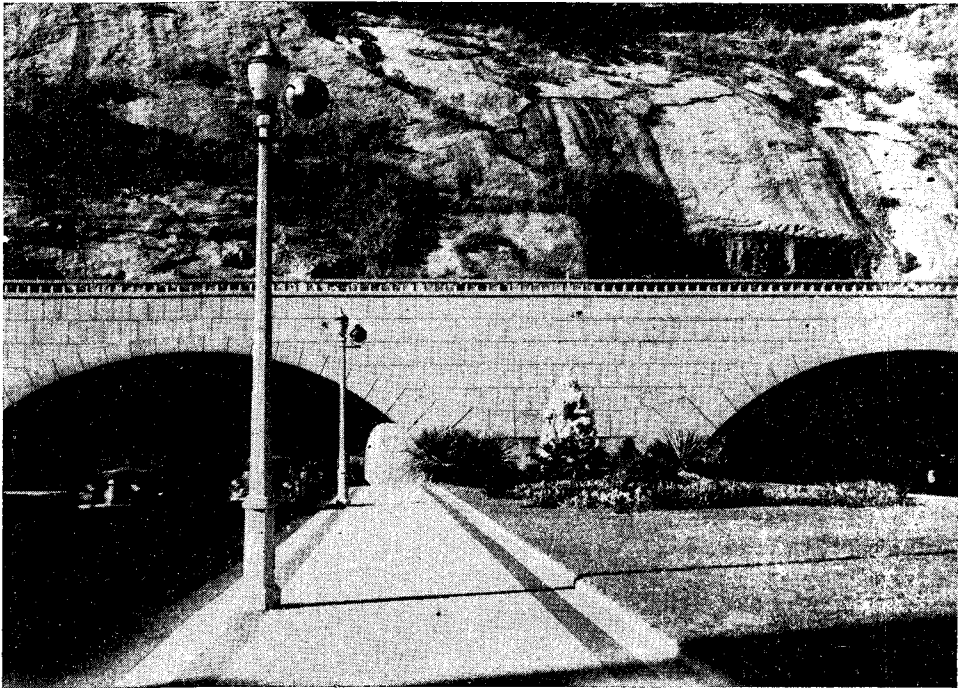


Fig. 8 — Túnel Novo. (Foto CNG)



Fig. 9 — Avenida Central — hoje Avenida Rio Branco — em 1906 — *Revista Municipal de Engenharia* — vol. 8 — julho de 1941 — n.º 4 — Secretaria-Geral de Viação e Obras.

construção iniciada em 1903; com 1 800 metros de comprimento e 33 de largura, dos quais 11 reservados às calçadas, passou a ser artéria mais freqüentada e recebeu, entre outras construções, a do teatro Municipal, da Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, etc. Além da Avenida Mem de Sá e alargamento de 12 ruas no centro da cidade, entre elas a Avenida Passos, a Uruguaiana, a Treze de Maio, Assembléia, Carioca e São Joaquim (hoje Marechal Floriano, onde em 1837 fundara-se o Colégio Pedro II), deve-se a êsse govêrno a construção de nôvo atêrro, origem da Avenida Beira Mar. Foi ainda notável o trabalho de Paulo de Frontin, ao canalizar a água da serra Velha ao reservatório do Barrelão, dando água à cidade em apenas 6 dias, já que os chafarizes estavam superados.

O Rio de Janeiro, construído entre gargantas de serra, tinha pequena área de edificação: (vide mapa 3) isto explica a tripla tendência da conquista urbana do mar através de aterros, arrazamentos de morros e o avanço para o céu através de altos edifícios. Assim, coube ao prefeito Carlos Sampaio desobstruir o centro da cidade, arrazando o morro do Castelo e ao atual governador Lacerda pôr abaixo o do Santo Antônio com cujas terras dá andamento a nôvo atêrro da baía de Guanabara.

O grande sanitarista Osvaldo Cruz livrou a cidade do flagelo da febre amarela. O Rio passa a ser procurado pelos turistas, daí o govêrno haver promovido a construção de grandes e modernos hotéis dentre os quais sobressairam-se o da Glória e o Pálace Hotel na Avenida Atlântica. Esta avenida, bem como a Beira-Mar foram consolidadas, em virtude das ressacas, quando Alaor Prata estava na prefeitura.

Em 1920 nossa população era de 1 157 000 habitantes. Assim vemos que a população do Rio crescia ràpidamente quando um recenseamento em 1856 acusava 151 000 pessoas, outro em 1872 dá 275 000, chegando a 522 000 em 1890, atingindo 812 000 em 1906.⁹ Pelo censo de 1940 possuía 1 781 000 habitantes; em 1950 detinha ainda o pôsto de a primeira em população no país, perdendo-o para São Paulo, quando se realizou o censo de 1960 (3 307 163 habitantes).

Através do quadro abaixo podemos avaliar a expansão da cidade, graças as facilidades dos meios de transportes urbanos, aproximando o centro dos subúrbios mais distantes; isto sem dúvida graças as ferrovias — Central do Brasil e Leopoldina.

PERÍODOS	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO:		
	Urbana	Suburbana	Total
1821-1838.....	13,23	11,53	12,73
1838-1872.....	40,35	3,39	29,59
1872-1890.....	48,04	60,38	50,04
1890-1906.....	29,35	61,97	35,15
1906-1920.....	19,74	67,72	39,58

⁹ "Rio de Janeiro" — AFRÂNIO PEIXOTO — Sallo Editôra.



Fig. 10 — A antiga rua do Sacramento, hoje avenida Passos. *Revista Municipal de Engenharia* — vol. 8 — julho de 1941 — Secretaria-Geral de Viação e Obras.

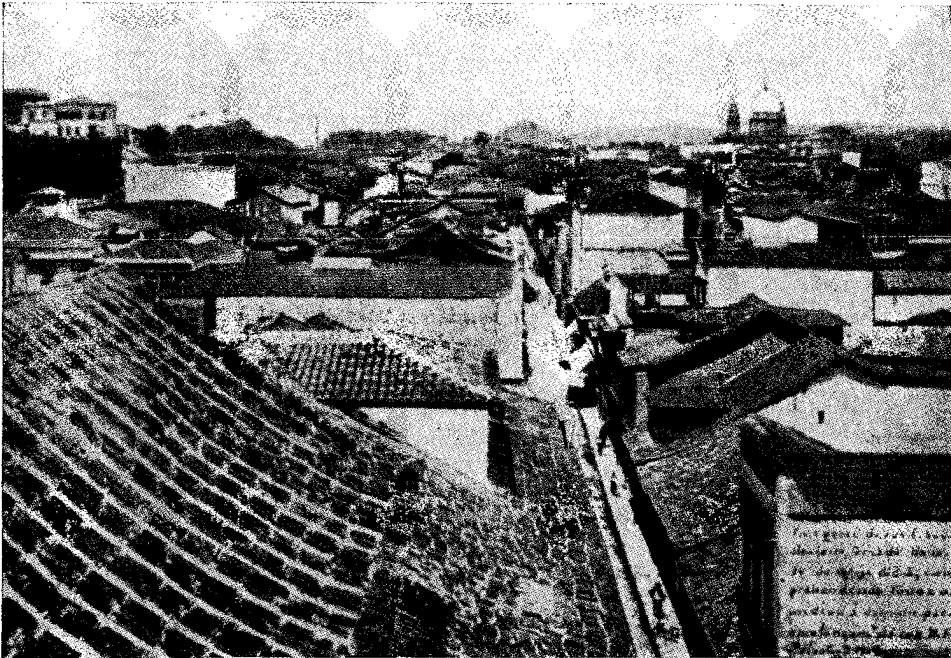


Fig. 11 — Antiga rua Estreita de São Joaquim, mais tarde rua Larga de São Joaquim e hoje avenida Marechal Floriano — *Revista Municipal de Engenharia* — vol. 8 — julho de 1941 — n.º 4 — Secretaria-Geral de Viação e Obras.

Assim sendo, “o Rio não é a reunião de cidades vizinhas agrupadas ou incorporadas, mas sim uma única cidade cujos tentáculos se prolongam pelo simples fato de sua própria extensão”.¹⁰ Estes subúrbios não têm de um modo geral existência própria, independente do centro da cidade; suas vidas se inter-relacionam, pois a população nêles residentes trabalham em geral no centro da cidade. Apesar disso a unidade não impede a individualização lenta dos diferentes centros formados pela cidade do Rio de Janeiro, em virtude da separação imposta pelo relevo. Em certos bairros, como Copacabana na zona sul e o Méier no subúrbio, o morador já encontra o conforto necessário a seu proviõionamento, seus divertimentos que o desobrigam de vir ao centro da cidade. Mais próximo que o último da cidade, o Maracanã, onde localiza-se o maior estádio do mundo, iniciado por Mendes de Moraes e que está sendo completado pelo govêrno Carlos Lacerda, depende de outros bairros ou do centro da cidade quer para o comércio quer para diversões; é um bairro que apesar de tudo pouco evoluiu.

A atração que o Rio passou a exercer desde a vinda da Côrte, contagiou também diversas áreas do país; a cidade transformou-se num centro cosmopolita. Grande número de nordestinos para cá se deslocou em busca de dias melhores, fazendo surgir as favelas que hoje, com a nova política habitacional do govêrno Carlos Lacerda estão sendo urbanizadas ou então destruídas, sendo seus habitantes encaminhados para a Vila Kennedy, em Bangu. Em virtude desta atração, quer de nacio-

¹⁰ “La remodelation d’une capitale” — Agache — volume I.

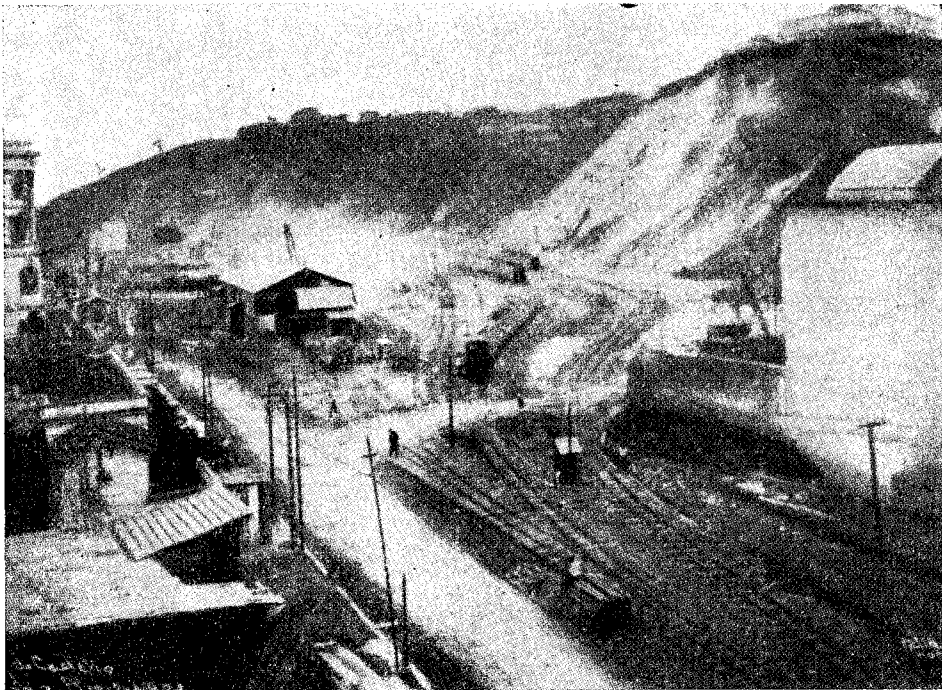


Fig. 12 — Fase do desmonte do morro do Castelo (2-6-1922) — Revista Municipal de Engenharia — vol. 8 — julho de 1941 — n.º 4 — Secretaria-Geral de Viação e Obras.

nais, quer de estrangeiros a cidade foi se tornando acanhada. Suas ruas já não satisfaziam mais às necessidades do tráfego tão necessário em cidades de função política e econômica. O desenvolvimento dos quarteirões excêntricos passou a exigir avenidas principais, linhas mestras que permitissem uma orientação fácil ligando o centro comercial aos subúrbios. Do minucioso plano do arquiteto francês AGACHE, surgiu uma dessas artérias — a Avenida Presidente Vargas. O prefeito



Fig. 13 — Copacabana — avenida Atlântica. (Foto CNG)

na época, HENRIQUE DODSWORTH, disse o seguinte: “A abertura da Avenida Presidente Vargas implicava na demolição das quadras edificadas compreendidas entre as ruas Visconde de Itaúna e General Câmara de um lado, Senador Euzébio e São Pedro do outro. Ao todo 525 prédios, incluindo quatro Igrejas, seis Bancos, o Edifício do Paço Municipal e um Mercado.¹¹ Hoje, o desfêgo da cidade continua com as demolições e desmonte do morro de Santo Antônio para em seus lugares surgirem as avenidas radiais e perimetrais, auxiliadas pelos túneis e viadutos que vestem com nova roupagem a capital do estado da Guanabara que, em 1965 completa 400 anos de existência.

O Rio precisava de um arquiteto urbanista e êles vão chegando. No dizer de AFRÂNIO PEIXOTO.¹² É nos bairros novos de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon que excederam, pelos túneis, à cidade circunscrita por montanhas e, do outro lado, vieram encontrar novos bairros

¹¹ “A Avenida Presidente Vargas” — HENRIQUE DODSWORTH.

¹² Obra citada.

da lagoa Rodrigo de Freitas, do Jardim Botânico, da Gávea, e irão ... à Tijuca, subindo a serra pelo lado do mar ... que se manifesta a pujança de crescimento da cidade”;

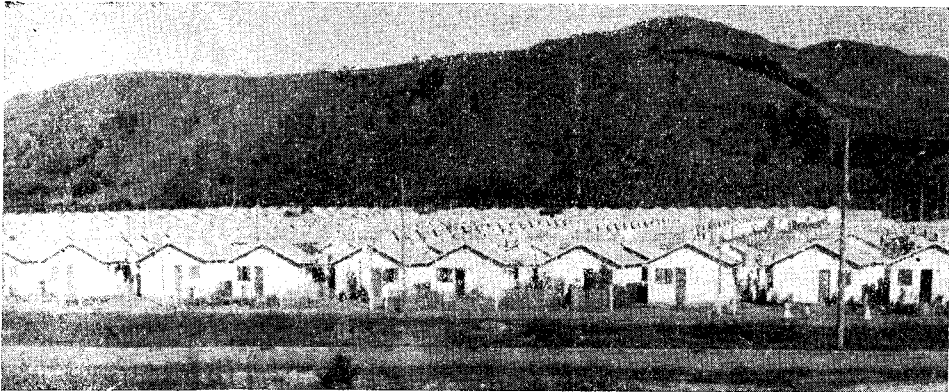


Fig. 14 — Casas proletárias da Vila Kennedy — Bangu. (Foto CNG)

h) *Evolução Política*

Em 1763 o Rio passava à condição de capital do Brasil, mas até 1834 ficou indivisa da província do Rio de Janeiro. Assinado o Ato Adicional, a cidade passou a pertencer ao Município Neutro. Apesar disso, ainda em 1862, Fernandes Pinheiro lamentava que, em vez de “carioca”, ao filho da cidade do Rio de Janeiro se lhe chamasse “pela imprópria denominação de fluminense”. Ora fluminense é palavra formada do latim “flumen”, que significa rio e o nascido nesta cidade era fluminense, quer pelo Rio de Janeiro, quer pelo rio da Carioca. Assim o carioca continuou fluminense durante muito tempo; os *Contos Fluminenses* de Machado de Assis, em 1870, eram contos da cidade.

Proclamada a república, a província do Rio de Janeiro decaía com a abolição da escravatura mas o Município Neutro, transformado em Distrito Federal pela Constituição de 1891, ganhara em desenvolvimento e prestígio. O orgulho criou a necessidade e o estado do Rio ficou com o seu “fluminense” passando a serem “cariocas”¹³ os nascidos na cidade do Rio de Janeiro. Niterói,¹⁴ que era um dos nomes da baía, ficou privativo da Praia Grande, hoje capital do estado do Rio de Janeiro. Para a baía ficou o uso exclusivo do nome Guanabara,¹⁵ hoje repartido com o estado, nascido a 21 de abril de 1960, com a transferência da capital para o interior.

Invocando apenas o rei português e o santo, São Sebastião não entrou no hábito do povo; durante o Império foi a “Côrte”, no início da República foi a “Capital Federal”. Prevalece hoje o nome do Rio de Janeiro, porém encurtado — Rio, não apenas para os nacionais como para os estrangeiros também.

¹³ Na língua nativa significa — “casa de branco”.

¹⁴ Significa — “água escondida”.

¹⁵ O mesmo que — “braço de mar”.

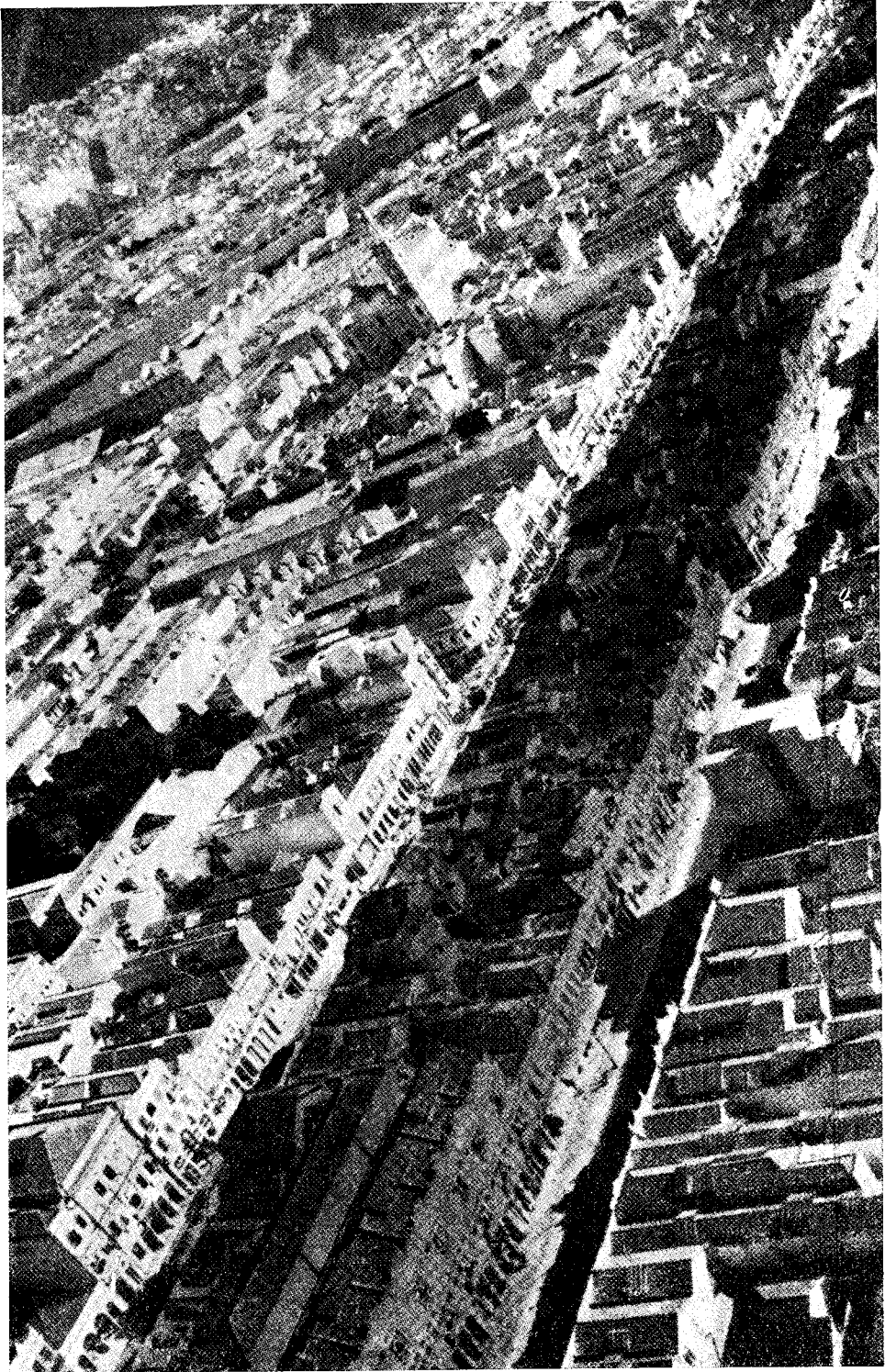


Fig. 15 — Trecho da Praça Onze — Praça da República, antes da abertura da avenida Presidente Vargas — Revista Municipal de Engenharia — vol. 8 — julho de 1941 — n.º 4 — Secretaria-Geral de Viação e Obras.



Fig. 16 — Parte da zona sul da cidade, vendo-se no primeiro plano a Praia Vermelha. (Foto CNG)

BIBLIOGRAFIA

- DELGADO DE CARVALHO — História da Cidade do Rio de Janeiro — Livraria Francisco Alves — 1926.
- AFRÂNIO PEIXOTO — Rio de Janeiro — Enciclopédia pela Imagem — Livraria Lello e Irmão — Pôrto — 1938.
- HENRIQUE DODSWORTH — A Avenida Presidente Vargas — Imprensa do Jornal do Comércio — Rio — 1955.
- D. ALF. AGACHE — La Remodelation d'une Capitale — "Société Coopérative d'Architectes" — Paris — 1932 — 2 volumes.
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA — Secretaria-Geral de Viação e Obras Públicas — Volume VIII — N.º 4 — Julho de 1941.
- "O CRUZEIRO" — Conferências.
- PEDRO CALMON — O Rio de Janeiro Tamoio e Francês.
- AMÉRICO LACOMBE — Leal e Heróica São Sebastião do Rio de Janeiro.
- ENÉAS MARTINS FILHO — Nasce a Cidade Maravilhosa.
- MARCCS CARNEIRO DE MENDONÇA — O Rio de Janeiro dos Vice-Reis.
- J. DE SOUZA LEÃO — D. João VI e os Francêses no Brasil.
- MARCELO IPANEMA — O Primeiro Reinado.
- VIRGÍLIO CORRÊA FILHO — O Rio de Janeiro da Regência.
- FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS — O Progresso Material no Segundo Reinado.
- ADOLFO MORALES DE LOS RIOS — O Rio de Janeiro da República.
- "ACCNTECEU" — Reportagens.

- C. J. DUORLOP — Fundação do Rio de Janeiro.
 — O Rio de Janeiro no Século XVII.
 — Alvorada do Século XVIII.
- VIVALDO COARACY — O Rio de Janeiro no Século XVI.
 — Capitães-Governadores (1564-1567).
 — Governadores do Rio de Janeiro no Século XVII.
 — O Rio de Janeiro no Século XVIII.
 — Governadores e Vice-Reis no Século XVIII.
 — O Rio de Janeiro no Século XVIII.
- JEAN DE LERY — Rivièrre de Guanabara.
- JOSÉ DE ANCHIETA — O Rio de Janeiro.
- JOÃO RIBEIRO — História do Brasil — Livraria Francisco Alves — 1909.
- NORONHA SANTOS — Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro — Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — n.º 10 — ano 1946.*
- AFONSO E. DE TAUNAY — Iconografia Carioca — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — volume 203.
- * GILBERTO FERREZ — A Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Max Ferrez — Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — n.º 10 — ano 1946.
- O RIO DE JANEIRO NA MAIORIDADE — Prefeitura do Distrito Federal — Secretaria-Geral de Educação e Cultura — Biblioteca Municipal — 1958. (litografuras do Barão de Plapitz)

SUMMARY

Rio de Janeiro, been chose to be the capital of South, when was instituted in Brazil the double system of government, it will finished by been the seat of the whole Territory at 1763. it had lost finally in 1960. It was also by 13 years the seat of the Portuguese's court when it had saw the transformation of its social and intellectual structure.

In its primitive population it had predominated the native aborigine, little by little displaced by the negroes, and in these days, the focal point of citizens from the others areas of Brazil and of the foreign countries, constituting a cosmopolitan center.

Born on a knoll, like the first brazilian's cities went little by little spreading by the slopes, plains to go up again in the others mounts. Finding always the acidental terrenes it had changed its natural aspect just to make possible its growth, razing the hills, covering with earth the lagoons and swamps, invading the Guanabara's bay and, yet opening tunnels and constructing viaducts.

Versão de LÉDA CHAGAS PEREIRA RIBEIRO.

RÉSUMÉ

Quand le système d'un double gouvernement fut institué au Brésil, la ville de Rio de Janeiro a été choisie pour être la capitale du Sud. En 1763, elle devint l'unique capitale de tout le Territoire. Pendant treize ans la ville fut le siège de la Cour Portugaise, c'est alors que sa structure sociale et intellectuelle se transforma. En 1960, elle laissa d'être la capitale du Pays.

Dans sa population l'élément prédominant a été tout d'abord l'indien, puis peu à peu l'élément noir le supplanta. Étant, aujourd'hui, un centre d'attraction tant pour les habitants des diverses régions du Brésil que pour les étrangers la ville devint cosmopolite.

Née, comme tant d'autres villes brésiliennes, sur une colline en grandissant elle s'étendit sur les versants pour finalement gagner la plaine, mais rencontrant des terrains accidentés elle remonta une autre fois les collines. Pour pourvoir grandir elle du transformer son paysage; des collines furent rasées, des lagunes et des marais comblés, la baie de la Guanabara envahie, enfin on ouvrit des tunnels et on a construit des viaducs.

Versão de OLGA BUARQUE DE LIMA.

CARUARU: A CIDADE E SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA *

MARIA FRANCISCA T. C. CARDOSO
Geógrafo do CNG

I — Introdução

Com uma população urbana de 65 031 habitantes,¹ Caruaru detém praticamente o segundo lugar entre as cidades mais populosas do estado pernambucano, uma vez que somente é ultrapassada por Recife com 788 569 e Olinda com 100 545 habitantes, sendo esta última, hoje em dia, verdadeiro subúrbio residencial da capital, não devendo, portanto, ser considerada em separado.²

Caruaru, que assim sobressai no quadro populacional do estado, é, também, a cidade mais progressista de todo o Agreste pernambucano, tendo apresentado um aumento de população bem significativo depois de 1940 (em 1920 sua população era de 8 900 habitantes; em 1940, 24 600; em 1950 totalizava 43 500 e em 1960, 65 031 habitantes).

Se levarmos em conta que o Agreste se constitui numa das zonas de maior contingente populacional do estado — índices de povoamento superior a 25 habitantes por km² (e que chegam até 70 habitantes por km²) — não é de se estranhar que o censo de 1960 tenha acusado para algumas de suas cidades cifras bastante expressivas (Caruaru, 65 031 habitantes, Garanhuns, 34 050; Limoeiro, 21 252; Pesqueira, 19 778; Gravatá, 15 550), embora a percentagem da população urbana sobre a população total da região seja baixa. Considerada a região do Agreste em seu conjunto, Caruaru só perde em números absolutos para Campina Grande, na Paraíba, que em 1960 acusou uma população de 126 274 habitantes.

Área de transição, o Agreste, situado entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido, contrasta com ambas no que diz respeito à organização da rede urbana. As cidades agrestinas são mais numerosas que as do sertão, mas a malha urbana na área em aprêço é menos densa que a da zona da Mata. Quanto à atuação das cidades nas áreas circunvizinhas,

* Resultado de pesquisa efetuada na cidade de Caruaru em julho de 1962. A autora agradece aos geógrafos OLGA MARIA BUARQUE DE LIMA, ELIZABETH FORTUNATA GENTILE e HENRIQUE AZEVEDO SANT'ANNA que colaboraram na coleta de dados e à geógrafa LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES a orientação recebida durante a elaboração do trabalho.

¹ Dados do censo de 1960.

² O afluxo populacional para Olinda verificou-se, principalmente, entre 1950 e 1960 (conforme se constata nos dados que se seguem), resultado do crescimento desmedido da cidade de Recife e da grande proximidade entre as duas cidades.

POPULAÇÃO EM 1940	POPULAÇÃO EM 1950	POPULAÇÃO EM 1960	AUMENTO 40/50:%	AUMENTO 50/60:%
31 666	38 169	100 545	29,5	163,4

excluindo-se Recife naturalmente, não há nenhuma em Pernambuco, nem na Mata, nem no Sertão, que se iguale a Caruaru, a verdadeira capital do Agreste pernambucano que também atua indiretamente em todo o sertão do estado. Centro urbano de grande projeção, e um dos mais importantes em tôda a região nordestina, Caruaru apresenta um desenvolvimento bem acentuado do setor terciário, traço característico, aliás, das cidades que se desenvolveram como centros regionais nessa Região, onde a atividade industrial ocupa ainda posição secundária. A esta sua função de centro comercial e de serviços, Caruaru deve sua projeção numa área bem extensa do estado, como, também, a forte atração que exerce nas populações agrestinas e sertanejas.

É bem conhecida a importância das migrações inter-regionais no Nordeste³ e o papel preponderante representado por Pernambuco como centro de permanência de grupos migrantes. Além da cidade de Recife e sua área metropolitana que desempenham função precípua na atração exercida sobre êstes grupos, cidades do interior como Caruaru e, em menor escala, Arcoverde e Garanhuns também surgem como focos convergentes das correntes migratórias.

Por uma pesquisa realizada em três cidades do Agreste (Caruaru, Bezerros, Gravatá) por frei Antônio Rolim O. P., sobre o lugar de nascimento dos moradores presentes à Missa dominical,⁴ pode-se fazer uma idéia da mobilidade da população nesta área. Constata-se a intensidade dos movimentos realizados dentro do próprio Agreste e como Caruaru funciona, realmente, como centro polarizador de primeira grandeza na fixação dos grupos migrantes.

Através dessa pesquisa constatou-se que somente 41% dos moradores da cidade eram naturais de Caruaru; o restante procedia em sua maior parte de outros municípios de Pernambuco, mas também de outros estados, principalmente do da Paraíba. É interessante observar que essa porcentagem foi a mesma encontrada pelo prof. MÁRIO LACERDA DE MELO por ocasião de uma pesquisa sobre a área de procedência do contingente migratório existente na população do Recife.⁵

Em ambas as cidades, resguardadas as devidas proporções, o papel mais importante no acréscimo populacional cabe, portanto, ao contingente migratório e não ao incremento natural da população urbana. Tal cifra convence ainda mais sobre o papel polarizador de Caruaru quando a comparamos com os dados obtidos na pesquisa análoga realizada em outras duas cidades do Agreste: Gravatá e Bezerros. Nestas, 72% de seus moradores acusaram ser naturais do próprio município.

Dentre as áreas que perdem habitantes para Caruaru sobressaem aquêles municípios agrestinos situados mais próximos ao centro urbano

³ Esta grande mobilidade pode ser explicada pelo baixo nível econômico, pela estrutura fundiária, decorrentes em grande parte da situação climática do Nordeste.

⁴ Esses dados foram fornecidos à Seção Regional Nordeste pelo Revdo. frei A. ROLIM. Fazem parte de uma pesquisa por êle realizada sobre a Diocese de Caruaru.

⁵ Pesquisa por amostragem sobre o local de nascimento de pais e responsáveis por alunos de grupos escolares da capital e outra idêntica em áreas de habitação pobre (MÁRIO LACERDA DE MELO: "As migrações para o Recife").

QUADRO I

Pessoas (moradoras na cidade) presentes à missa dominical, segundo o lugar de nascimento

CIDADES DE RESIDÊNCIA	LUGAR DE NASCIMENTO (continua)							
	Total	Altinho	Agrestina	Bonito	Barra de Guarabira	Cachoeirinha	São Caetano	Caruaru
Caruaru.....	13 412	253	336	254	2	88	234	5 520
Gravatá.....	1 759	1	2	9	1	—	4	29
Bezerros.....	2 533	4	6	41	—	—	5	60

CIDADES DE RESIDÊNCIA	LUGAR DE NASCIMENTO (continuação)							
	Bezerros	Camocim de São Félix	Riacho das Almas	Toritama	S. Joaquim do Monte	Taquaritinga do Norte	Santa Cruz do Capibaribe	Gravatá
Caruaru.....	481	101	82	94	199	225	138	159
Gravatá.....	46	5	—	—	3	5	1	1 278
Bezerros.....	1 833	36	5	—	6	13	17	69

CIDADES DE RESIDÊNCIA	LUGAR DE NASCIMENTO (conclusão)								
	Garanhuns	Recife	Pesqueira	Outros municípios de Pernambuco	Ceará	Paraíba	Rio Grande do Norte	Outros estados	Sem declaração
Caruaru.....	138	316	140	3 363	40	585	20	279	365
Gravatá.....	7	56	3	241	2	17	—	5	44
Bezerros.....	5	46	2	329	3	31	—	14	8

QUADRO II

MUNICÍPIOS	NATURAIS DO PRÓPRIO MUNICÍPIO	NATURAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO, EXCLUINDO-SE RECIFE
Caruaru.....	41 %	47 %
Gravatá.....	72 %	20 %
Bezerros.....	72 %	23 %

que se estuda. O quadro que se segue dá-nos o número de emigrantes fixados em Caruaru por 1 000 habitantes do município de procedência.^c

^c É evidente que o processo migratório para Caruaru também deve ser observado em outros municípios, mas contamos somente com os dados pertencentes à Diocese de Caruaru e alguns outros esparsos.

QUADRO III

Altinho.....	6	Toritama.....	19
Agrestina.....	21	São Joaquim do Monte.....	7
Bonito.....	5	Taquaritinga do Norte.....	16
São Caetano.....	7	Santa Cruz do Capibaribe.....	18
Bezerros.....	8	Gravatá.....	3
Camocim de São Félix.....	9	Garanhuns.....	1
Riacho das Almas.....	5	Pesqueira.....	3

Excluindo-se Agrestina, localizada ao sul de Caruaru, que apresenta um índice mais elevado, os outros municípios que fornecem maior continente de emigrantes relacionados à população total, são Toritama, Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe, todos localizados ao norte de Caruaru, em área menos propícias ao estabelecimento humano devido às condições mesológicas mais deficientes e, à estrutura agrária arcaica, onde deve ser grande a pressão demográfica. Talvez possamos com estes dados (obtidos por uma pesquisa local através de amostragem) confirmar uma hipótese do prof. MÁRIO LACERDA DE MELO (em trabalho já citado) a respeito de ser a região de Vertentes — Taquaritinga do Norte das menos expressivas dentro do Agreste, no tocante ao fornecimento de emigrantes que procuram o Recife... “daí acreditarmos ser a pressão demográfica, que aí necessariamente aparece, atenuada por outras formas que não sejam as emigrações para o Recife. Uma dessas formas seriam os deslocamentos para Caruaru, centro regional de deslocamentos positivos situados bem perto, logo ao sul”.⁷

Se o aglomerado de Caruaru tem o poder de atrair populações de municípios próximos e mesmo distantes, com muito mais razão atrairá aqueles instalados na zonas rural do próprio município, aumentando o desequilíbrio existente entre os dois contingentes urbano e rural.

Dos que chegam a Caruaru, alguns conseguem emprêgo no comércio, nas fábricas, em obras públicas e particulares, mas uma grande maioria localiza-se na periferia da cidade, nos bairros mais pobres, sujeitando-se, ao menos no início, a fazer de vez em quando, algum “biscate”. Isto porque embora a cidade já tenha um razoável poder de atração, ainda não dispõe de um mercado de trabalho suficiente para todos que a procuram. Conseqüentemente, um grande número dos que lá chegam não participa pròpriamente da vida urbana, não desfruta de seus serviços, nem contribui com o seu esforço para um nôvo vigor das funções citadinas. Muitos ainda não se desruralizam de maneira absoluta. “Abandonando a terra larga, só faz deslocar o seu roçado para a margem das estradas, onde construiu sua nova casa, a meio caminho entre o velho e o nôvo ambiente social, ficando igualmente com um pé lá e outro cá. Entregando-se às funções de seu braço alugado, passou à mulher, às filhas e aos filhos menores a tarefa de preparar a terra”...⁸

⁷ Uma outra, seria as migrações sazonais — os cortumbas.

⁸ In: LIMEIRA TEJO — “Brejos e Carrascais do Nordeste”.

Quando não conseguem se fixar em Caruaru, os emigrantes tomam outro rumo: a capital pernambucana ou a grande aventura do sul: Rio de Janeiro e São Paulo — podendo-se ainda acrescentar a nova capital federal.

Em todo o Agreste são muito comuns as imigrações definitivas ou temporárias, estas últimas podendo, ou não, ter o caráter sazonal.⁹

A facilidade de que dispõe o Agreste no tocante às estradas (vê-se servido por excelente rodovia federal, a BR-25, além de outras estaduais e municipais) torna-se uma das principais causas dessa mobilidade que, como vimos, não se restringe simplesmente ao âmbito regional, mas que alcança regiões mais distantes, como os grandes centros do sudeste brasileiro. As numerosas linhas de ônibus que servem as cidades agrestinas deixam perceber essa estreita relação.

Em Caruaru elas aparecem em grande número, o que prova o seu papel não só de centro detentor de emigrantes, mas também de ponto de partida para as migrações de maior amplitude.

II — *Caruaru e o quadro natural da região*

Localizada no Agreste pernambucano, sendo mesmo a sua principal cidade, Caruaru está situada às margens do rio Ipojuca, assemelhando-se neste particular a muitas cidades agrestinas que possuem idêntica localização. Este rio, de grande significação para Pernambuco, por ser em largo trecho bastante retilíneo, foi escolhido desde cedo como eixo de ligação com o sertão de Pernambuco, sul do Ceará e Piauí. Confirmando este papel histórico, duas estradas de mais alta significação para o estado, seguem hoje em grande parte o seu vale; a Rêde Ferroviária do Nordeste e a rodovia federal Recife-Petrolina (a BR-25, também denominada Central de Pernambuco e Agamenon Magalhães). Esta vocação de via natural de penetração juntamente com a existência de terraços baixos formados pelo rio, facilitou a implantação de uma série de cidades ribeirinhas tais como gravatá, Bezerros, São Caetano, Belo Jardim, Sanharó, uma vez que contavam assim em condições vantajosas de sítio e posição.

Uma grande extensão do Agreste pernambucano, e aqui se inclui a região de Caruaru, deve ainda os principais marcos de seu relevo a este mesmo rio que corta a porção oriental do estado de oeste para leste. Assim, tendo alargado o seu vale em ciclo morfoclimático semi-árido, o Ipojuca organizou sua rede de drenagem sobre o planalto granítico-gnássico da Borborema, de uma maneira análoga ao Capibaribe e ao Una, formando pediplanos que se constituem no traço dominante do relevo desta área. Mais próximo ao leito atual do Ipojuca, nos terraços, compartimentados pela drenagem atual, surgem morros isolados ou semi-isolados. Um deles, o Morro do Bom Jesus, surge no próprio perímetro urbano de Caruaru, na margem esquerda do rio, justamente na-

⁹ Foi o que ficou constatado nos questionários enviados pelo Conselho Nacional de Geografia dos municípios do Nordeste numa pesquisa promovida em colaboração com o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

quela onde teve início a cidade e onde ela tem hoje a sua maior extensão. Entre dois riachos afluentes do Ipojuca, o Morro do Bom Jesus constitui-se em local de romaria (lá se encontrando a Igreja do Bom Jesus do Monte que atrai muitos devotos) e de turismo, uma vez que de lá se descortina ótima vista panorâmica da cidade.

O vale do Ipojuca acha-se enquadrado pelos divisores Ipojuca-Capibaribe e Ipojuca-Una, verdadeiros esporões do sistema Borborema, nos quais surgem cristas que, seguindo a mesma orientação daqueles rios, perdem altitude de oeste para leste. Estas elevações, principalmente as que aparecem no divisor sul são de capital importância para a cidade em estudo, tendo-se em conta o contraste entre as suas vertentes setentrionais (as voltadas para Caruaru) e meridionais (as voltadas para o Una). Estas últimas, beneficiadas pelos ventos úmidos que penetram para o interior aproveitando-se dos vales dos afluentes do Una que correm para o sul e para o sudeste, apresentam os famosos brejos que fornecem à aglomeração caruaruense muitos dos gêneros alimentícios a elas necessários, e os quais ela comercializa, possibilitando, desta forma, a concentração ali de uma população mais numerosa.¹⁰

Como o abastecimento de uma cidade é fator precípuo a sua sobrevivência, compreende-se facilmente o que os brejos representam para Caruaru, cidade localizada em pleno domínio da caatinga xerófila. Nas proximidades de Caruaru, a zona de brejo acha-se delimitada pelas serras que constituem o principal divisor d'águas do Ipojuca com o Una, abrangendo terras do próprio município e estendendo-se ainda pelos municípios vizinhos de Agrestina, Altinho, São Joaquim do Monte, sendo conhecidos sob várias denominações locais; Brejo Nôvo, Brejo Velho, Terra Vermelha, Goiabeira, Serra dos Cavalos, Brejo das Mulatas.

Com um revestimento vegetal mais exuberante que as áreas circundantes, pois embora devastadas predomina a cobertura de mata e capoeirão, os brejos se prestam a culturas temporárias e permanentes, sendo os produtos dessa agricultura remetidos para a cidade e vendidos nas duas feiras semanais, destinando-se ao abastecimento dos habitantes da própria aglomeração e ainda seguindo para outros centros do litoral e do sertão.

Outras áreas de certo modo favoráveis às atividades agrícolas ainda beneficiam Caruaru: os riachos Pau Santo, fazendo o limite de Caruaru com o de Bezerros, o de Taquara na área SO do próprio município de Caruaru. E, ainda, nos vales do riacho da Fazenda Velha e do riacho das Tabocas, dois afluentes do Capibaribe, em meio à caatinga xerófila.

A presença dos brejos, que tanto representam hoje para o abastecimento de Caruaru foi, sem dúvida, um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento do povoado que deu origem à atual cidade. Isto porque

¹⁰ Segundo o Prof. DÁRDAMO DE A. LIMA — "Estudos Fitogeográficos de Pernambuco" ("separata dos Arquivos do Instituto de Pesquisas Agronômicas, vol. 5, ano 1960") "as matas serranas ou brejos de altitude constituem, em Pernambuco, disjunções da floresta tropical perenifolia, dentro da zona da caatinga. Localizam-se, via de regra, nos níveis superiores das serras, quer graníticas, quer cretácicas, acima de cotas nunca inferiores aos 500 m e progressivamente maiores, num sentido geral SE-NW, até os 1 100 m.

surgindo em uma fazenda de criação no coração do Agreste pernambucano (e neste particular sua origem foi semelhante a muitos centros urbanos desta Região, como Bezerros, Pesqueira, São Bento do Una, Toritama, Surubim, Garanhuns, Bom Conselho), foi graças à instalação de uma feira, para a qual eram levados os produtos obtidos nos brejos próximos e na própria caatinga circunjacente, que se desabrochou o povoado que transformar-se-ia mais tarde na cidade de Caruaru.

As terras agrestinas drenadas pelo Ipojuca, pelo Capibaribe e pelo Una, já por volta do século XVII achavam-se divididas em grandes fazendas de criação. No mesmo local de uma fazenda de gado muito extensa, situada à margem esquerda do rio Ipojuca e inteiramente dizimada em consequência de estranha moléstia, nos primeiros anos daquele século, fundou-se muito tempo depois uma nova fazenda, pertencente a José Rodrigues de Jesus. Em pleno coração de sua propriedade mandou êle erguer uma capela, instituiu uma feirinha semanal e fêz construir várias casas para seus agregados, trabalhadores e forasteiros que ali desejassem ficar morando. Assim, a edificação da capela e a instalação da feira semanal contribuíram muito para o desenvolvimento do aglomerado, uma vez que congregavam os habitantes das redondezas para duas necessidades básicas: a assistência às práticas religiosas e às atividades do comércio.

O povoado de Caruaru que estêve ligado a várias unidades administrativas antes de se tornar autônomo (primeiramente Caruaru fêz parte da freguezia de Santo Antão da Vitória; a seguir, passou a de Bezerros; com a divisão desta passou a pertencer e de Bonito e a seguir e de São Caetano; só em 1848 tornou-se vila e sede da freguesia de São Caetano; em 1857 recebeu o título de cidade) possui, hoje em dia, na rêde urbana do Agreste pernambucano centralidade maior do que tôdas aquelas às quais já pertenceu.

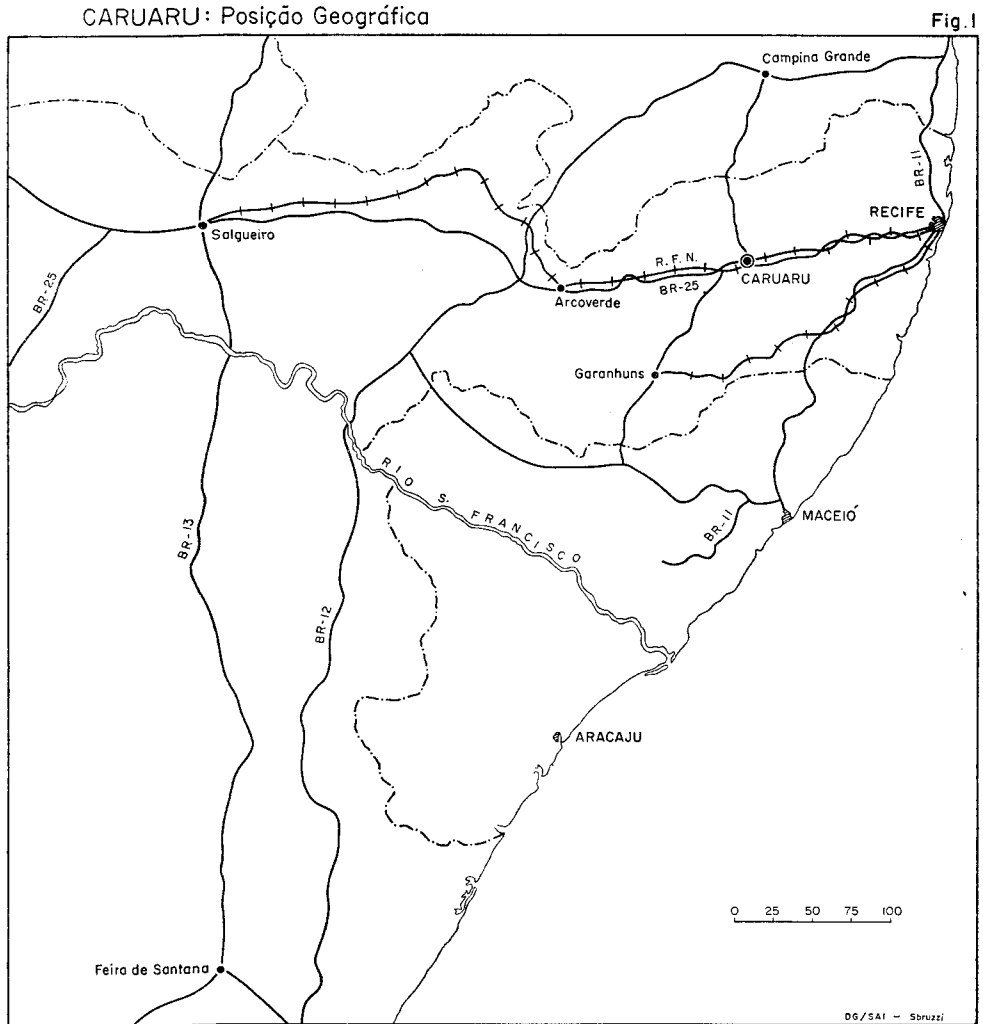
III — *A Circulação como fator da posição da cidade*

Se a presença dos brejos possibilitou a expansão do povoado inicial, pois foi sem dúvida a feira fator marcante para o seu desenvolvimento, a atual expansão da cidade está relacionada a sua posição, encarada esta como uma resultante do panorama atual dos transportes.

O problema geográfico fundamental da geografia urbana é, segundo afirma PIERRE GEORGE no seu *Précis de Géographie Urbaine* um problema de geografia da circulação, pois segundo êle “qualquer que seja a atividade preponderante da cidade, está ela subordinada às comodidades do transporte de homens e mercadorias”.

Analisando-se a posição regional de Caruaru relacionada aos transportes torna-se fácil classificá-la na rêde urbana do estado, onde surge com invejável grau de centralidade. Encontra-se ela a meio caminho entre Recife e Arcoverde, cidades que desfrutam de posição estratégica em Pernambuco: a primeira, grande metrópole nordestina e um dos principais portos brasileiros e, a segunda, por todos considerada como

a verdadeira porta do Sertão, localizada como está um pouco a oeste do colo existente nas linhas das elevações que separam o Agreste do Sertão. (Fig. 1)



Caruaru assim localizada em típica zona de transição mantém ligação fácil com as duas zonas antagônicas mas complementares do estado e de todo o Nordeste Oriental: o Litoral e o Sertão. Servida pela Réde Ferroviária do Nordeste e pela Rodovia Central de Pernambuco, ambas partindo da capital estadual e seguindo o mesmo trajeto até Arcoverde, Caruaru continua, ou melhor interioriza a influência de Recife rumo ao Sertão. Ela reforça a atuação da capital, não só através dessas estradas que se prevalecem do vale do Ipojuca, mas ainda através de outras que nelas se entroncam, vindas das mais diversas direções.

A Rodovia Central de Pernambuco (BR-25), aquela que liga Recife a Petrolina, vão ter em pleno sertão duas outras rodovias federais de direção N-S: poucos quilômetros a oeste de Arcoverde entronca-se na

BR-25 a Salvador-Natal (BR-12) e, em Salgueiro, a famosa Transnordestina que liga Salvador a Fortaleza (BR-13). Graças a estas conexões, Caruaru, situada no eixo da Central de Pernambuco, desfruta de comunicações facilitadas com os grandes centros do Sudeste do país, uma vez que a Feira de Santana chega a BR-4, conhecida por Rio-Bahia, agora já inteiramente asfaltada e que tem uma importância ímpar nas ligações Sudeste-Nordeste do país.

Numerosas estradas permitem a ligação de Caruaru com todos os centros urbanos do Agreste, não só do próprio estado, mas também com o estado vizinho da Paraíba. Importante papel desempenha aquela que chega a Campina Grande (estabelecendo a ligação entre os dois maiores aglomerados urbanos agrestinos) e a que passando por Garanhuns e Bom Conselho se entronca na Central de Alagoas. Outras rodovias, por sua vez, permitem a Caruaru ligação com várias áreas nordestinas: em Parnamirim, enquanto a Rodovia Central de Pernambuco ruma para o sul a fim de atingir Petrolina, outra federal vinda de NO, do Piauí, ali se entronca.

Complementando o trabalho realizado pelas estradas de rodagem, aparece a ferrovia (Rêde Ferroviária do Nordeste) que, vinda de Recife estende seus trilhos até Salgueiro que, por sua vez, também se constitui em importante nó das comunicações rodoviárias do estado.

A implantação desses trilhos que, hoje em dia, desempenham papel secundário nos transportes, foi responsável pela primeira etapa do desenvolvimento de Caruaru em fins do século passado (a estação ferroviária de Caruaru foi inaugurada em 1895). A ferrovia confirmou o Ipojuca como chave mestra nas comunicações leste-oeste do estado. O seu vale que já havia sido eleito por criadores para o estabelecimento de seus currais, por volta dos séculos XVII e XVIII, assistiu, ao finalizar o século XIX, a passagem do primeiro trem. A idéia da instalação de um caminho-de-ferro que ligasse o Recife ao Agreste remonta a 1866, sendo o projeto inicial da estrada desfavorável a Caruaru, pois deveria somente atingir Jaboatão. Mas, em 1878 o Governo Imperial declarou ser de interesse geral que a linha não se detivesse em Jaboatão mas que continuasse mais para oeste. Tal plano foi concretizado e os trilhos chegaram em 1886 a Vitória de Santo Antão, em 1894 a Gravatá, em 1895 a Bezerros e ainda neste mesmo ano em Caruaru.

As repercussões não se fizeram esperar, principalmente no campo econômico. O agreste, que só remetia para o litoral, produtos valorizados como algodão, fumo em corda e couros, pagando-se por tais mercadorias fretes muito elevados, passou a exportar para a capital grande quantidade de couros, algodão, queijo, feijão, aumentando não só a quantidade exportada mas apresentando também uma maior diversificação.

A implantação dos trilhos levava sempre a cada centro a possibilidade da polarização de uma área circunvizinha. Mas, como nem todos apresentaram o mesmo ritmo de crescimento, foram justamente os que

mais desenvolveram as funções de relação que se elegeram, nesta seleção espontânea. Assim, Caruaru surgiu como principal centro de todo o Agreste pernambucano.

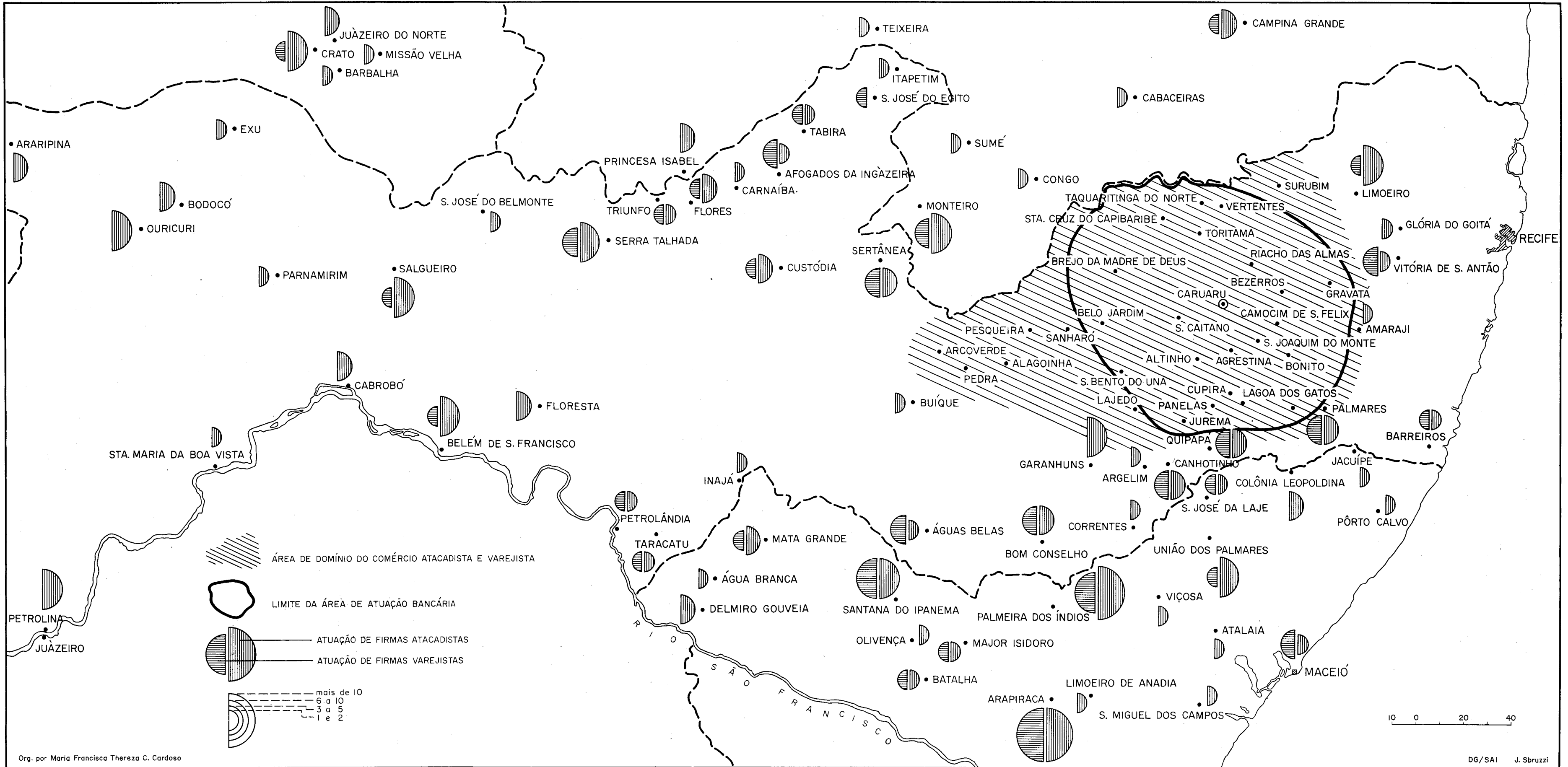
As vantagens decorrentes da implantação dos trilhos, tão patenteadas nos primeiros anos, ficaram prejudicadas com o advento das novas e modernas estradas de rodagem e a conseqüente preferência pelo transporte rodoviário. As rodovias tiraram tôda e qualquer significação aos privilégios e monopólios de que gozavam os caminhos de ferro. Os encargos de conservação das vias e as taxações nem sempre pequenas nas ferrovias e, ainda, a possibilidade dos caminhões escolherem as mercadorias mais convenientes aos seus interesses, e levá-las de porta a porta, sem extravios, tudo isso era vantajoso ao nôvo tipo de transporte. Caruaru, no entanto, não se viu prejudicada por êste fato, uma vez que o vale do Ipojuca novamente foi escolhido como eixo da principal estrada de rodagem transversal do estado — a Rodovia Central de Pernambuco. O que se verificou foi uma nova etapa no progresso da cidade, com os conseqüentes reflexos na estrutura urbana e no desenvolvimento do comércio, principalmente de certos ramos, como o de veículos, peças e acessórios. Através de pesquisa *in loco* (julho de 1962) constatou-se plenamente esta fase de desenvolvimento por que passou Caruaru, uma vez que das nove firmas (do ramo de veículos, peças e acessórios) inqueridas, três delas haviam sido fundadas na década dos 40, 2 na dos 50 e 4 entre 1960 e 1962.

Os transportes rodoviários, graças às vias de comunicação citadas linhas atrás, permitiram ainda um refôrço da atuação de Caruaru na área circunvizinha. Em certos setores como no de transportes de carga, consegue a atuação de Caruaru atingir todo o estado, graças à posição dessa cidade no eixo do grande tronco rodoviário que passa em Caruaru antes de chegar à capital estadual a qual tem em vista disso uma posição periférica de certa forma desfavorável, para as cargas transportadas do Sul.

IV — *A regionalização do organismo urbano*

Caruaru se constitui no principal centro urbano do Agreste pernambucano, sendo por isso considerada a verdadeira capital econômica desta faixa de transição do estado. Ao se analisar o seu raio de influência em áreas circunvizinhas, percebe-se claramente que, embora a sua atuação alcance, em certos setores, extensa área de Pernambuco, é o agreste a área verdadeiramente polarizada por Caruaru.

A pequena expressão dos municípios agrestinos no que toca aos setores industrial e de serviços (a agricultura é a atividade dominante da região) acentua essa polarização, uma vez que Caruaru se constitui em exceção neste particular, principalmente no que se refere à atividade terciária. Através desta função Caruaru passou a servir às regiões circunvizinhas, por meio de uma grande variedade de lojas comerciais — varejistas e atacadistas, de seus diversos estabelecimentos bancários



e de seus serviços de saúde, de educação e de toda espécie de atendimento proporcionado por um centro urbano de certa categoria. Mas, a atividade comercial é, sem dúvida, a que mais repercute não só na sua área de influência direta — o Agreste, como também em outras, onde a sua atuação já se faz mais esporádica ou através de outros centros. Isto porque depois do Recife, Caruaru é o centro comercial mais importante do estado, tendo aumentado consideravelmente na década dos 50 o número de seus estabelecimentos, tudo levando a crer, pelos resultados obtidos em pesquisa efetuada nessa cidade (em julho de 1962), que tal movimento venha se acelerando nos últimos anos.

O resultado obtido em 63 firmas inqueridas demonstram-no claramente:

TIPOS DE COMÉRCIO	FUNDADAS ANTES DE 1940	FUNDADAS ENTRE 1940 E 1949	FUNDADAS ENTRE 1950 E 1959	FUNDADAS ENTRE 1960 E JULHO DE 1962
Varejista.....	7	11	26	19
Atacadista.....	3	4	18	10

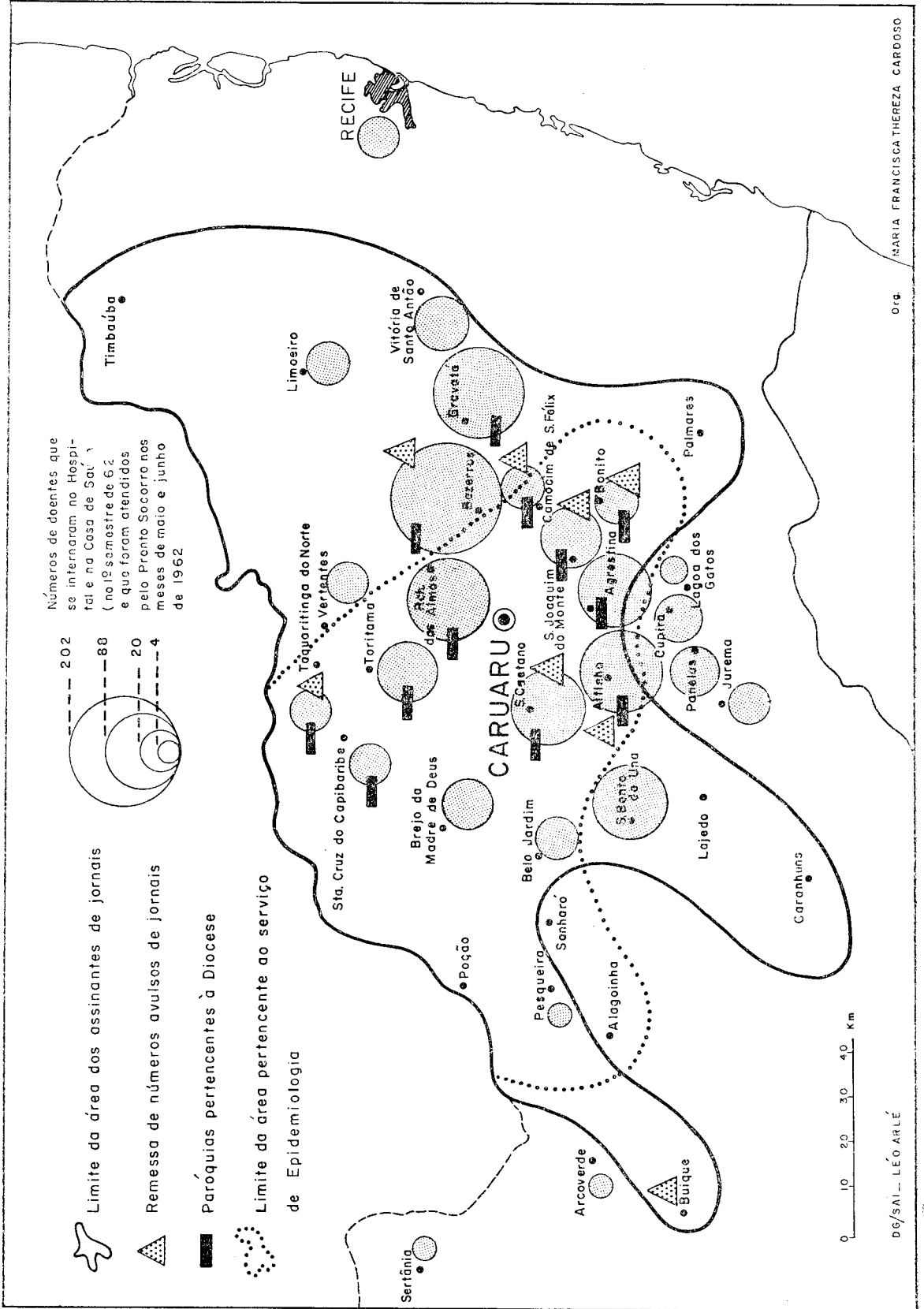
O seu comércio, já bastante diversificado, é muito procurado pela população agrestina, graças às numerosas linhas de ônibus que fazem o percurso entre Caruaru e os demais centros urbanos da região. Como são pequenas as distâncias, a ação do comércio varejista alcança, na direção de oeste, Arcoverde, cidade que exerce a função de porta de entrada do sertão pernambucano. A leste, estende-se a atuação de Caruaru até Gravatá, mas algumas vendas são realizadas, vez por outra, para Vitória de Santo Antão. Para o norte, o limite da penetração comercial de Caruaru coincide com o do estado e, para o sul, alcança as cidades de Garanhuns, Jurema, Lagoa dos Gatos e, já na direção sudeste, Bonito. Mais além, Catende e Palmares compram alguma coisa, mas em menor escala. (Fig. 2)

A agências bancárias do Agreste confirmam esta influência direta de Caruaru, uma vez que pertencem a sua jurisdição. De igual modo, nos hospitais, embora sejam encontrados doentes internados provenientes de outros centros mais distantes (Sertânea, Arcoverde) há uma maior procura por parte da população residente nos municípios próximos. Além dos moradores da própria cidade são os doentes de Bezerros, Gravatá, Riacho das Almas, Agrestina, Altinho, São Bento do Una os que mais se beneficiam dos serviços médico-hospitalares caruarenses, embora disponham também de serviços médicos. (Fig. 3)

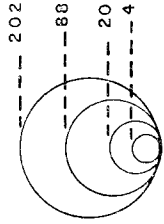
As relações entre a cidade de Caruaru e a população rural do Agreste confirmam o seu papel de capital regional. (Fig. 4) Fazendeiros residentes em São Caetano, Riacho das Almas, Brejo da Madre de Deus, Bezerros, Santa Cruz do Capibaribe, São Bento do Una, Altinho, São Joaquim do Monte, Bonito e outros procuram a Associação Rural de Caruaru. Por outro lado, o fato de muitos fazendeiros com propriedades

CARUARU: atuação de alguns serviços

Fig. 3



Números de doentes que se internaram no Hospital e na Casa de Saúde (no 2º semestre de 62 e que foram atendidos pelo Pronto Socorro nos meses de maio e junho de 1962

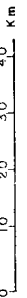


Limite da área dos assinantes de jornais

Remessa de números avulsos de jornais

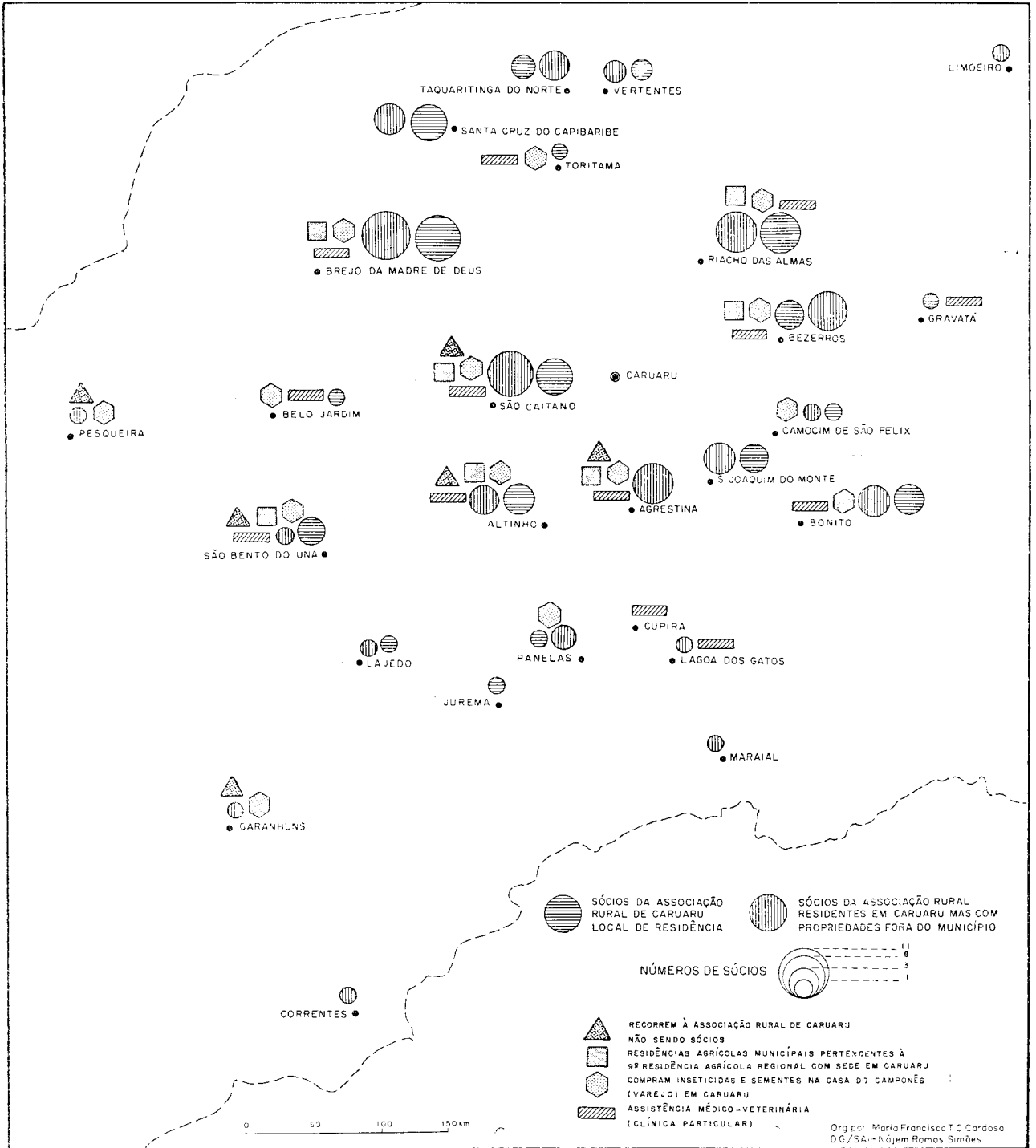
Paróquias pertencentes à Diocese

Limite da área pertencente ao serviço de Epidemiologia



CARUARU: Relações com a Vida Rural

Fig.4



nesses municípios escolherem Caruaru como residência vem confirmar que essa cidade é realmente um centro regional de primeira ordem. Centro sócio-educacional, com escolas secundárias e superiores, com serviço de atendimento médico-hospitalar e, também, com vida social mais intensa que os núcleos menores da redondeza, consegue Caruaru atrair os fazendeiros principalmente por causa de sua famílias.

Caruaru desempenha ainda uma certa centralidade no que diz respeito à concentração de produtos a serem comercializados e industrializados. Assim, funciona na cidade desde 1961 um pôsto de refrigeração pertencente à Companhia de Industrialização do Leite de Pernambuco, pôsto no qual é resfriado o leite a ser encaminhado a Recife, onde é posteriormente pasteurizado e também transformação em laticínios. De acôrdo com informações colhidas *in loco*, em julho de 1962, o pôsto recebia diàriamente de Riacho das Almas 300 a 400 litros, de Vertentes, 1 100 a 1 200, de Agrestina 2 000, de Taquaritinga do Norte 400, sem contar os 2 000 do próprio município de Caruaru (outros postos aparecem em municípios próximos como em Carpina, Limoeiro, Timbaúba, Gravatá, Bezerros e São Caetano).

Matérias-primas destinadas a alimentar as indústrias de Caruaru acham-se também vinculadas à economia regional, como sejam aquelas que vão alimentar as indústrias têxteis, as de produtos alimentares, as de couros e peles e produtos similares, as de minerais não metálicos. (Fig. 5)

O quadro que se segue dá-nos idéia da importância destes diversos ramos industriais, que, por sinal, são os que mais sobressaem em Caruaru:

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO (31-XII-59)			
RAMOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL	
		Total	Operários
Têxtil.....	4	444	411
Produtos alimentares.....	54	405	333
Couros, peles e produtos similares.....	14	350	317
Vestuários, calçados, artefatos, tecidos.....	52	263	211
Bebidas.....	3	74	42
Minerais não metálicos.....	40	214	170

Embora a venda de produtos industrializados não seja por si só demonstrativa do grau de penetração de um centro urbano em áreas próximas e mesmo mais longínquas, ao se analisar o raio de ação das indústrias da cidade que se estuda constatamos primeiramente que também neste setor industrial há uma grande vinculação à economia regional. Excetuando-se duas das fábricas existentes na cidade, as demais agem de preferência no Agreste, sendo que algumas delas se restringem à própria cidade, dada a maior fragilidade do produto que

fabricam (como as telhas que não resistem a um transporte muito longo); outros ampliam suas vendas de modo a atingir os vários estados da região nordeste.¹¹

Embora Caruaru seja a capital do Agreste sua atuação atinge ainda áreas já de si mais distanciadas, chegando mesmo algumas vezes a ultrapassar os limites estaduais e, neste caso, o estado que mais sofre sua influência é o de Alagoas. É interessante notar que em alguns municípios alagoanos, justamente aqueles que abrigam os centros comerciais mais importantes do estado como Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, principalmente no primeiro, as relações com Caruaru são freqüentes e muitos moradores se valem até do seu próprio varejo. Mas a área de atuação de Caruaru amplia-se consideravelmente quando se trata da influência de seu comércio atacadista. Apesar do volume de vendas ser maior dentro da mesma área de atuação do comércio varejista, os seus grossistas atendem praticamente a todo o estado, excluídas as zonas do litoral e mata, vários centros de Alagoas, principalmente as praças já anteriormente citadas e atingindo mesmo, esporadicamente o sudeste cearense (Crato, Juazeiro, Barbalha.¹² É preciso ressaltar que a atuação de Caruaru nestas zonas não é a essencial, ocorrendo simultaneamente com as de outros centros de maior centralidade como Campina Grande, Fortaleza e Maceió. Nesta área, de atuação menos intensa, os diversos ramos de comércio estão representados, mas o das estivas (gêneros alimentícios) sobressai mais, seguindo-se o dos tecidos e seus artefatos e o das ferragens e cimento.

Muitas vezes, a atuação de Caruaru se faz sentir indiretamente. No sertão, ela passa a agir através de Arcoverde e na zona de Garanhuns, através dessa cidade. Tem-se uma boa idéia a respeito, quando se analisa o mapa da distribuição de carga realizada pelas transportadoras. (Fig. 6)

Nas firmas mais importantes, Arcoverde sempre aparece como dependente da filial de Caruaru,¹³ encarregando-se, por sua vez, da distribuição a ser realizada no sertão. Algumas vezes, porém, Caruaru toma diretamente o encargo da entrega até a fronteira estadual. Conclui-se, ainda, pelo zoneamento destas empresas, que todo o estado de Pernambuco, excluída a zona da Mata, está sob a atuação

¹¹ Como exceções industriais em Caruaru, não só pelo número de operários, bem superior as demais, como também pelo valor da produção aparecem a Companhia Industrial de Caruaru (em 1961, 430 operários) e o Curtume Souza Irmãos S/A (em 1961, 200 operários). A primeira, tendo como matéria-prima o caroá proveniente do alto sertão de Pernambuco e do sertão da Paraíba, transforma-o em estopas ou aniagens (tela de caroá) e em barbantes. Estes produtos encontram compradores em diversos estados brasileiros sendo os maiores clientes o Ceará (aniagem), São Paulo (barbante), Rio de Janeiro (barbante), Rio Grande do Norte (aniagem), Pernambuco (aniagem e barbante), Paraíba (aniagem) e Minas Gerais (barbante).

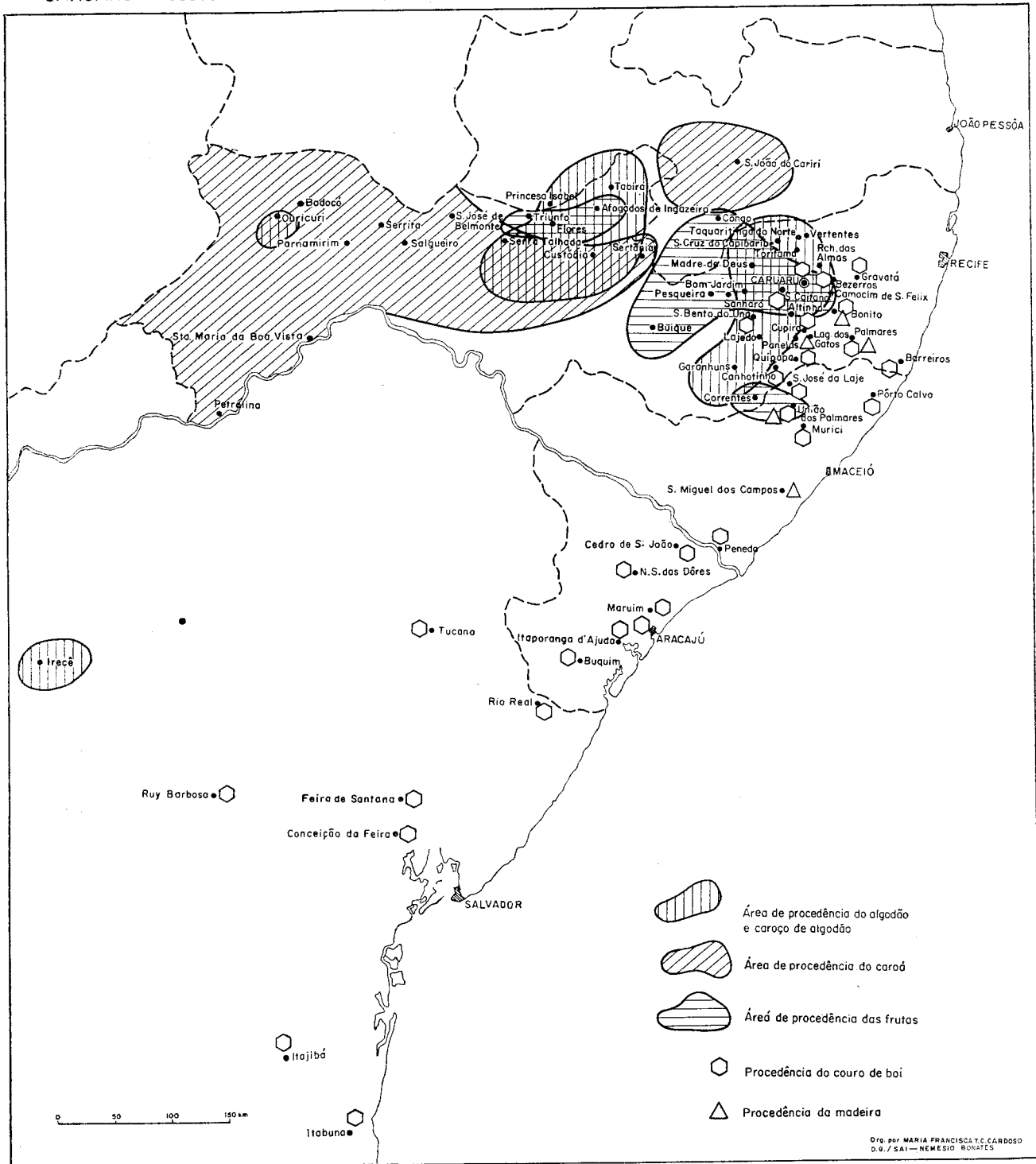
O Curtume Souza Irmãos S/A, fundado em 1922, trabalhando com couro de boi procedente de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, produz vaquetas, raspas e solas. Como a firma além dos escritórios de Recife e Salvador e de um agente em João Pessoa, possui também firmas representantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza, suas vendas alcançam numerosos municípios de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

¹² Esporadicamente até a própria zona litorânea vê-se servida por Caruaru. Isto se verifica através de um magazin, a Filial da Mesbla S/A. Esta firma divide o território nacional em diversas secções, cada uma sendo atendida por uma filial. E a de Caruaru, além de servir ao Agreste, serve ainda toda a zona do litoral e Mata, excluídas as praças do Recife, Olinda e Jaboatão (as duas últimas pertencem à área metropolitana da capital).

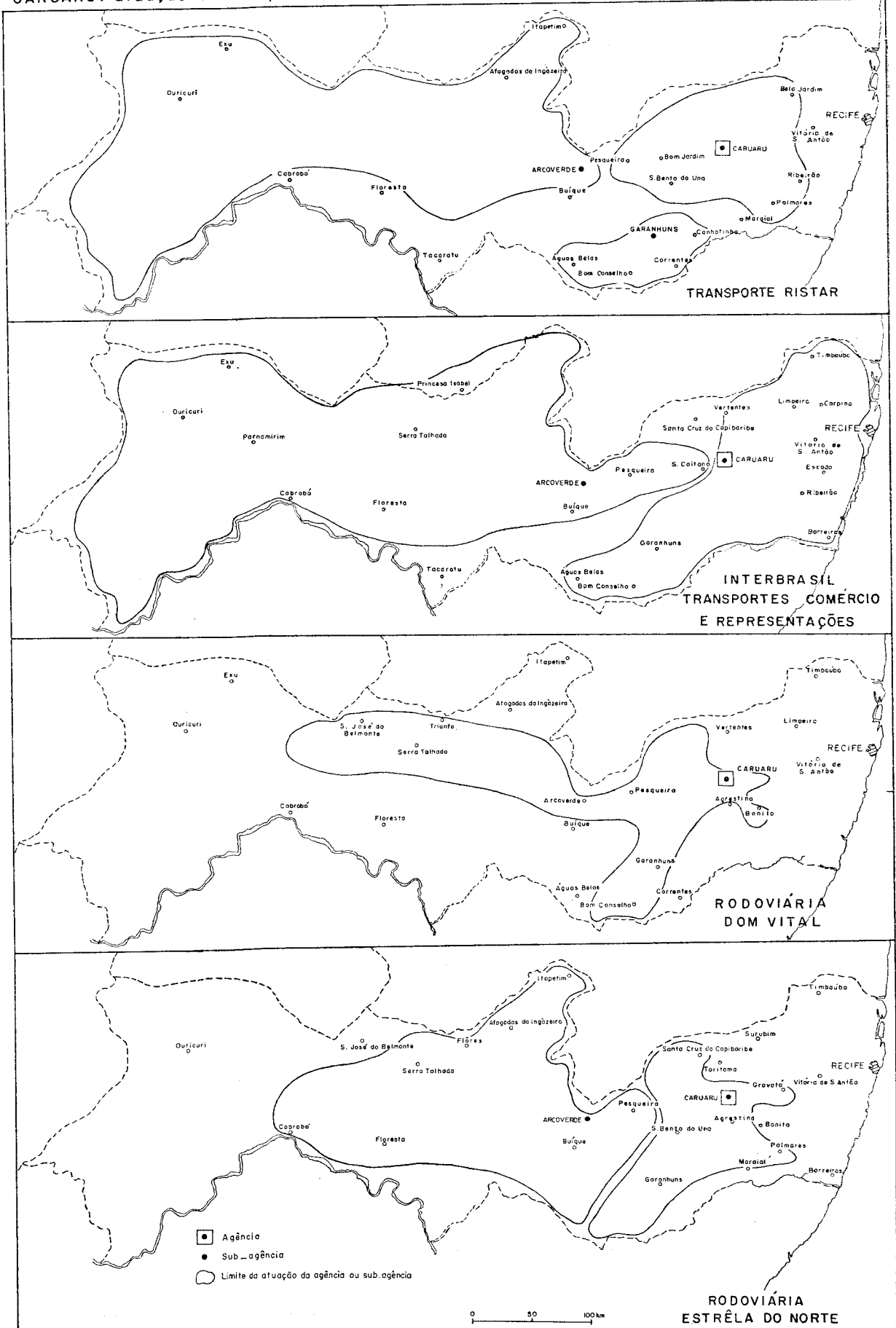
¹³ É o caso das transportadoras Estréla do Norte, Ristar e Interbrasil.

CARUARU: Procedência de matérias-primas para as indústrias

Fig. 5



Org. por MARIA FRANCISCA T. C. CARDOSO
D.G. / SAI — NEMESIO BONATES



das filiais de Caruaru. E, no caso de uma delas¹⁴ até essa zona, costumadamente trabalhada por Recife, depende de Caruaru (exceção feita à própria cidade de Recife e Olinda). Percebe-se, claramente, que tal fato é a resultante da posição de Caruaru, relativamente aos grandes eixos de circulação do estado e do próprio Nordeste e da localização de Recife no litoral nordestino, excêntrica em relação ao traçado das rodovias, o que torna obrigatória a passagem das mercadorias em Caruaru, uma vez que a via de acesso preferida não é a litorânea.

A área de atuação de Caruaru amplia-se consideravelmente também ao se tratar do raio de influência da sua tradicional feira de gado, uma vez que diversas áreas nordestinas encaminham a ela os animais que criam. Além daqueles pertencentes a municípios próximos — Garanhuns, Pesqueira, Vertentes, Brejo da Madre de Deus, Sertânea, chegam ainda outros da porção ocidental do estado, como os procedentes de Araripina e de Petrolina¹⁵ assim como também dos estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe e até mesmo da Bahia (zona de Jacobina). Conforme a época do ano há uma variação na procedência do gado que chega à feira. Assim, “nem todos os meses do ano aparecem animais do Piauí ou do alto sertão da Paraíba nas feiras de gado de Pernambuco. Sua presença depende das chuvas, aguardando os fazendeiros a chegada do inverno, para logo após a engorda, venderem o gado por melhor preço”.¹⁶

O movimento dessa feira (que só pode ser avaliado através das vendas, já que o gado que entra não é controlado, mas sim o que sai vendido ou o que paga a taxa de estacionamento) é, segundo informações locais (dados de 1962) de 1 500 a 1 800 bois. A maior parte destina-se ao consumo de Recife, exceto no período de março a agosto, o período das chuvas, quando se vende muito gado para cria. É interessante notar a importância relativamente pequena do próprio município de Caruaru no movimento de compra e venda da sua feira: do total de cabeças que ali se comercializa, somente 10% procede do município e apenas 7% segue para o Matadouro Municipal.

Todos os aspectos da influência regional de Caruaru, analisados no decorrer deste capítulo, comprovam o seu papel como centro de primeira grandeza na vida regional do Nordeste brasileiro.

V — *A organização interna de uma capital regional*

Quando uma aglomeração urbana começa a se firmar como capital ou centro regional, nela se verificam dois processos simultâneos de desenvolvimento: a par da atuação do centro numa área circunvizinha (já analisada no capítulo anterior quando se tentou explicar a regionalização de Caruaru), observam-se a ampliação do espaço urbano e

¹⁴ A Interbrasil Transportes, Comércio e Representações Ltda.

¹⁵ Em Araripina e Petrolina são realizadas a maior parte das transações com o gado. A Araripina, por exemplo, chega a pé o gado procedente do Piauí, dos municípios de Picos, Oeiras e Corrente. Lá esperam a feira semanal, rumando depois para Caruaru e Arcoverde, cidades que apresentam famosas feiras de gado.

¹⁶ In: JOSÉ H. LAVAREDA — “Abastecimento da cidade do Recife em Carne e Leite”.

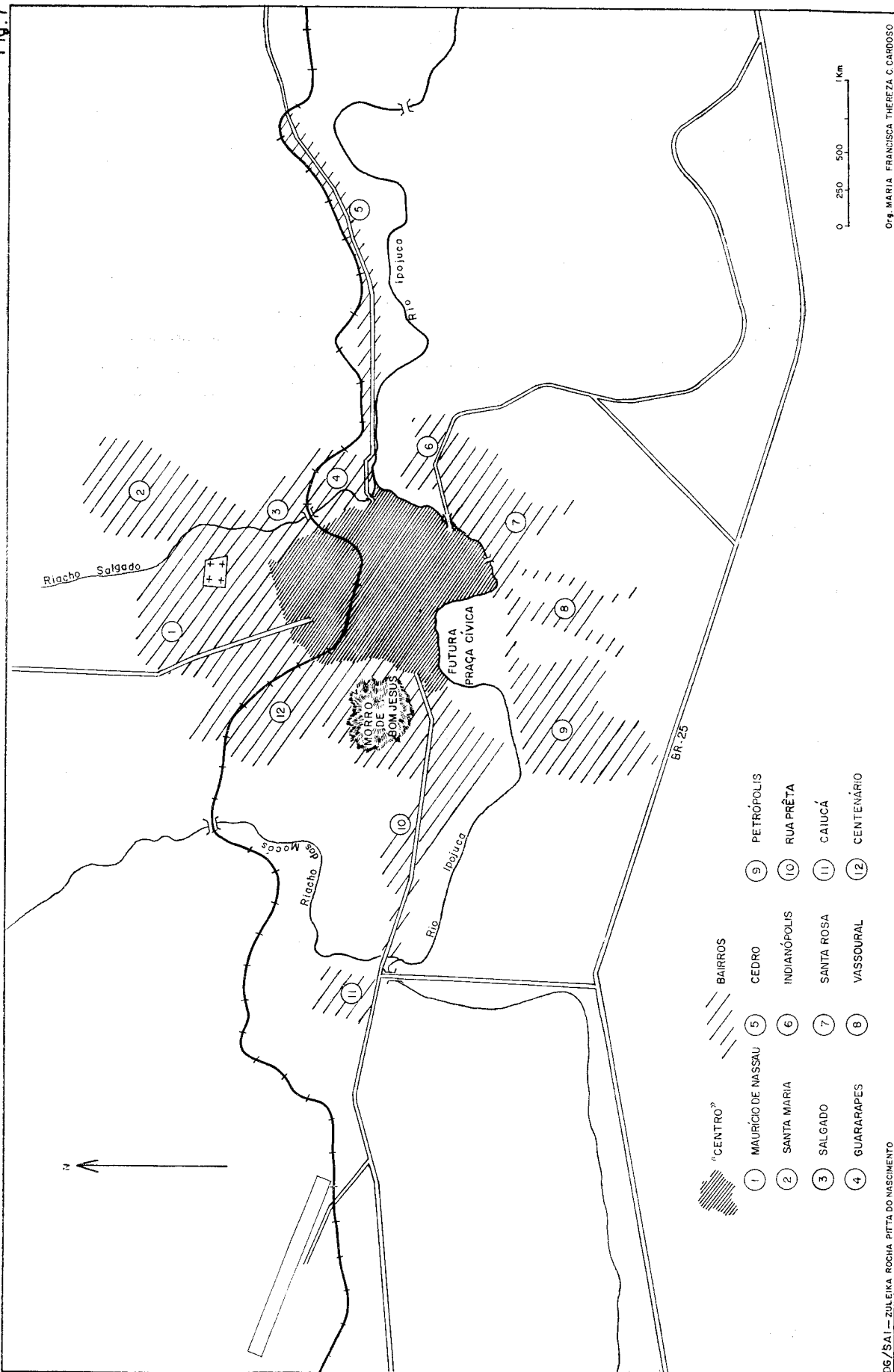
modificações sensíveis na própria estrutura urbana. Estas modificações decorrem da ampliação e diversificação das funções do centro urbano (embora algumas vêzes haja a primazia de alguma sobre as demais) e elas se exprimem na paisagem urbana através da diversificação e especialização dos vários setores da cidade.

Todos êsses fatos funcionam simultâneamente como causa e consequência, pois a ampliação do espaço urbano e a maior especialização de seus "serviços" refletem-se forçosamente na atuação da cidade dentro da sua região, havendo conseqüentes modificações na organização da rêde urbana regional. Por outro lado, uma expansão da cidade dentro da região faz com que a mesma amplie seu espaço, especialize suas funções e diversifique sua estrutura, uma vez que atrairá numerosos habitantes de áreas circunvizinhas, e seus serviços serão requisitados por uma maior clientela, o que justificará, por sua vez, um início de desenvolvimento industrial e a ampliação das outras funções.

Êste desenvolvimento todo ocasiona o aparecimento de um "centro" no qual se reflete com maior intensidade o fenômeno urbano, dado o seu maior dinamismo. Em Caruaru, êste "centro" vem passando desde há uns quinze ou vinte anos por modificações bem sensíveis, pela construção de novos prédios e a remodelação de alguns outros, onde casas de comércio de preferência se instalam e, mais recentemente, novos bancos abrem suas portas. Êste "centro" compreende a área situada entre o morro Bom Jesus, os rios Ipojuca e Salgado, continuando-se do outro lado da linha férrea ainda pelo rio Salgado, ruas Prof. José Leão, São Paulo e Visconde de Pôrto Seguro. (Fig. 7)

Esta área é realmente aquela de maior vitalidade, pois aí se concentra a vida comercial, bancária e, poderíamos mesmo dizer, a vida social da cidade. Igualmente se apresenta como centro de circulação. Neste "centro" se encontra a maior concentração do comércio caruaruense nas ruas Sete de Setembro, praça Coronel João Guilherme, Quinze de Novembro, Duque de Caxias, Martins Junior, rua da Conceição, Tobias Barreto, Guararapes, José de Alencar, praça Juvêncio Mariz. As três primeiras, chamadas pelo povo de "ruas de comércio", apresentam as melhores lojas da cidade, amplas e bem montadas, principalmente aquelas de tecidos da Praça João Guilherme. Já nas ruas Tobias Barreto e da Conceição apesar de serem elas também ruas comerciais, suas lojas são pequenas e suas instalações sem requintes.

Como não poderia deixar de ser, tôdas as agências bancárias se localizam no "centro". Neste "centro" ainda funcionam importantes estabelecimentos de ensino de nível médio e também do superior, pois as faculdades aí se encontram provisoriamente. Três igrejas das mais importantes aí congregam os fiéis: a Catedral, a Igreja do Rosário e a da Conceição, esta última desempenhando papel histórico, uma vez que a cidade surgiu próximo à capela que lhe deu origem. Aliás, é característica essa transformação da estrutura da área central das cidades, justamente em tórno da área onde se deu a fundação da mesma.



- "CENTRO"**
- BAIRROS**
- 1 MAURÍCIO DE NASSAU
 - 2 SANTA MARIA
 - 3 SALGADO
 - 4 GUARARAPES
 - 5 CEDRO
 - 6 INDIANÓPOLIS
 - 7 SANTA ROSA
 - 8 VASSOURAL
 - 9 PETRÓPOLIS
 - 10 RUA PRÉTA
 - 11 CALUCÁ
 - 12 CENTENÁRIO

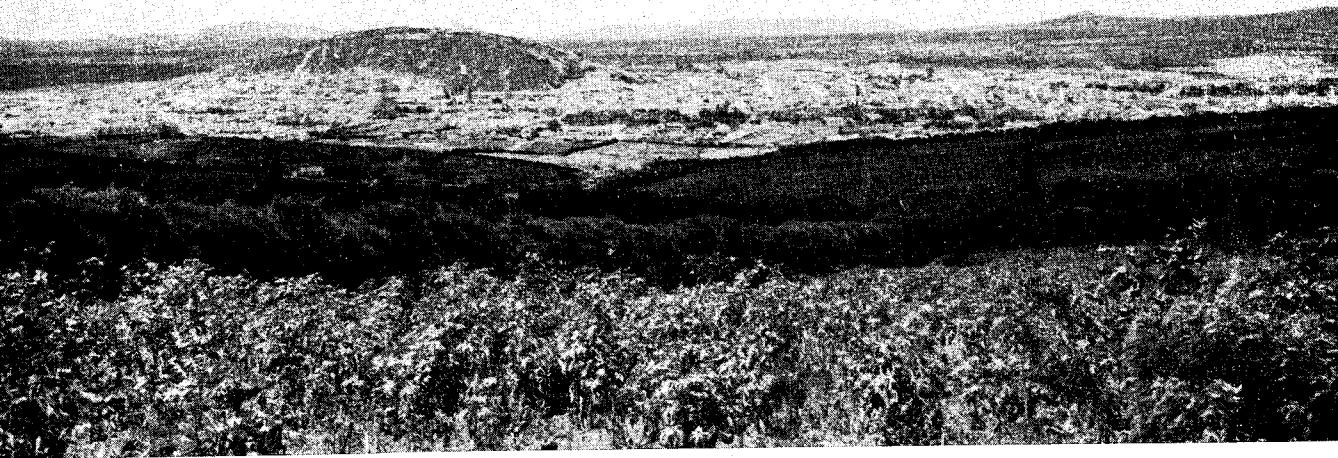


Fig. 8 — Aspecto do sitio de Caruaru, cidade localizada às margens do Ipojuca, no agreste pernambucano. Esse rio, organizando sua rede de drenagem sobre o planalto granítico — gnáissico da Borborema, formou pediplanos que se constituem no traço dominante do relevo dessa área. Da superfície levemente ondulada destaca-se um morro isolado, o de Bom Jesus, que surge no próprio perímetro urbano, enquadrado por dois riachos afluentes da margem esquerda do Ipojuca. O casario, que se expandiu a princípio nesta margem, tendo um desenvolvimento linear, hoje se expande por ambas as margens, galgando mesmo as encostas menos íngremes do morro de Bom Jesus. Em primeiro plano, um detalhe bem característico da região agrestina: as cercas de avelós.

Realmente, das oito às dezenove horas sente-se neste trecho a animação peculiar às cidades de certa categoria, animação esta que contrasta sobremaneira com o quase absoluto silêncio depois das vinte ou vinte e uma horas.

Esta zona central, até há bem pouco tempo, também possuía função residencial importante, mas como é de prever essa função está se reduzindo. Ruas antes inteiramente residenciais, como por exemplo, a avenida Rio Branco, hoje não mais o são, pois as casas de família cedem lugar às lojas comerciais. Em algumas artérias a antiga função permanece total ou parcialmente; assim, a avenida João Velho e a rua Treze de Maio refletem a ocupação por uma classe mais abastada, enquanto que as outras ruas deste “centro” aparecem habitadas pela classe média, apresentando também várias lojas. Refletem a importância deste trecho da cidade o calçamento das ruas (pavimentação) e a iluminação moderna de mercúrio.

Neste “centro” aparecem certos pontos de grande movimento e com características particulares como a praça Henrique Pinto, onde se encontra a Catedral e o Palácio Episcopal. Ponto inicial de várias linhas de ônibus, o que faz com que ela se torne de grande animação nas horas do *rush*, lá também estão vários cafés, alguns dos quais com *snookers* e, assim, torna-se um dos pontos preferidos dos desocupados, desempregados ou não. Em Caruaru, como já se viu, o número desses sempre é grande, uma vez que sendo esta cidade um dos focos maiores de retenção de migrantes nordestinos, logo depois de Recife, sempre há numerosos recém-chegados à espera de uma oportunidade profissional.

Duas vezes por semana, às quartas e sábados, este centro vê-se tomado de um grande movimento, pois nele se realiza a famosa feira que torna Caruaru conhecida em todo o Brasil. Esta feira, principal-

mente a de sábado, possui enorme repercussão em ampla área circunvizinha, devido em grande parte ao seu dilatado caráter social. Além dos habitantes da cidade que nela fazem suas provisões, muita gente vinda do “sertão” ou dos brejos vizinhos vende seus produtos e adquire tudo aquilo que necessita, servindo ainda como ponto de encontro para muitos que só se avistam nessa oportunidade. Hoje, já se encontra muitos que vão simplesmente para conhecer a feira. Muitos turistas que chegam ao Recife procuram também conhecer a capital do agreste pernambucano (preferido os dias de feira), graças à facilidade de comunicações entre as duas cidades.



Fig. 9 — É realmente espantoso o movimento da feira de Caruaru. Os brejeiros levam a Caruaru os produtos de suas lavouras, os sertanejos, os de sua criação. Pequenos artesãos, por sua vez, transportam à feira tudo aquilo que conseguem fabricar. Expostos em barracas ou espalhados pelo chão (o que se observa no 1.º plano da foto) aparece uma grande variedade de produtos regionais. Mas, ao seu lado, figuram também outros adquiridos nas fábricas da própria cidade e, também, em centros mais distantes. Enquadrando a foto observa-se de um lado o Morro com a Igrejinha do Bom Jesus e, de outro, a Igreja da Conceição, possuidora de um passado histórico, uma vez que a cidade surgiu próximo à capela que lhe deu origem.

Os brejeiros trazem a Caruaru principalmente os produtos de suas lavouras, os sertanejos, os de sua criação. Pequenos artesãos, por sua vez, transportam à feira tudo aquilo que conseguiram fabricar. E, assim, expostos em barracas ou espalhados pelo chão observa-se uma grande variedade de produtos regionais; mas, ao seu lado, figuram hoje, também outros adquiridos nas fábricas da própria cidade e, também, em centros mais distantes. O aspecto desta feira é, realmente, o mais interessante, dado não só à variedade dos produtos apresentados como

também a grande quantidade de mercadorias o que torna, de certa forma, difícil o transitar-se nela.

Frutas típicas do Nordeste como jatobá, pitomba, genipapo, ingá e ainda abacate, manga, pinha, laranja, legumes, cereais os mais diversos, fumo, côco da praia, xarque, surgem ao lado dos mais variados artigos de couro (sapatos, botas, solas, jalecos e chapéus de vaqueiro, chicotes), roupas feitas, objetos de madeira ou de barro de famosos artistas regionais, artigos de palha, de fibra, cordas, redes, chapéus e uma enorme variedade de cestos.

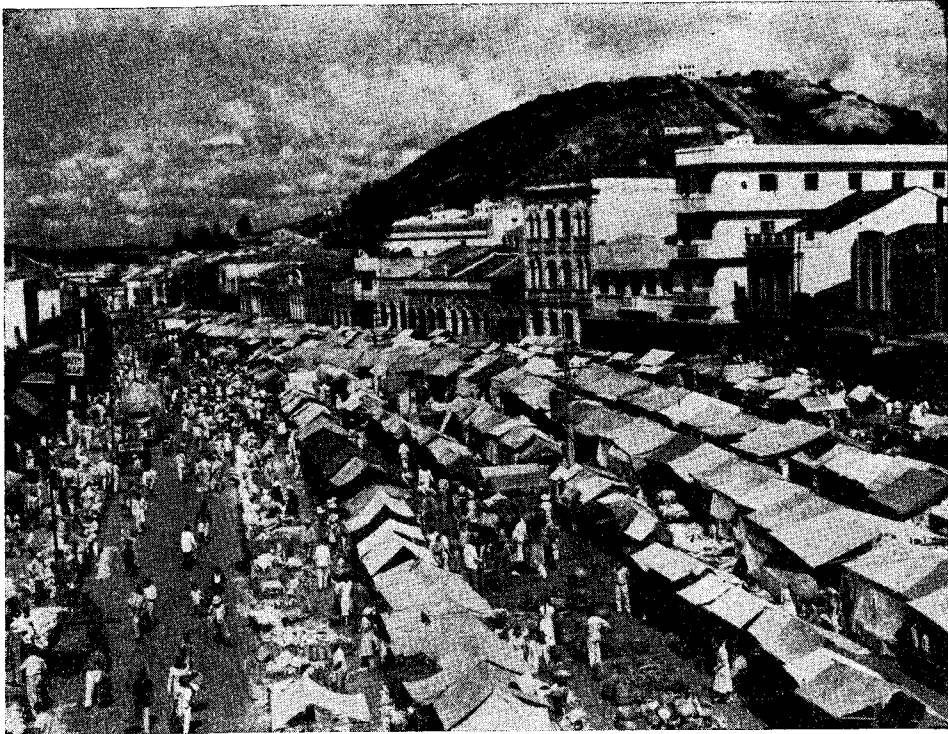


Fig. 10 — Aspecto parcial da famosa feira que tornou conhecida em todo o Brasil a cidade de Caruaru. O espaço ocupado pela feira atinge mais ou menos dois quilômetros, compreendendo as ruas Sete de Setembro, da Conceição, Tobias Barreto e Praça Guararapes. Nessa áreas, às quartas e sábados, as barracas se amontoam, oferecendo as mais diversas mercadorias, numa profusão que causa espanto a quantos a visitam pela primeira vez. É ampla a repercussão desta feira em toda a área circunvizinha, e isso principalmente devido a seu dilatado caráter social. Além dos habitantes da cidade que nela fazem suas provisões, muita gente vinda do “sertão” ou brejos vizinhos vende ali seus produtos e adquire tudo aquilo que necessita, servindo ainda como ponto de encontro para muitos.

Fatos curiosíssimos são observados na feira como os “restaurantes” — barracas com toldos que servem almôço com pratos típicos da terra. O tocador de viola, os trovadores, o barbeiro, todos estão presentes à feira de Caruaru.

O espaço ocupado pela feira atinge mais ou menos dois quilômetros, compreendendo as ruas Sete de Setembro, da Conceição, Tobias Barreto e Praça Guararapes. A feira é, realmente, um grande acontecimento na vida da aglomeração e na daqueles que a habitam, refletindo-se em inúmeros setores da vida cidadina: as casas comerciais que sistemati-

camente cerram suas portas das doze às quatorze horas (para o almoço), nestes dias permanecem abertas durante este intervalo, pois querem servir àqueles que só vêm à cidade nos dias de feira. Outro fato demonstrativo dessa influência é o número mais elevado de coletivos que trafegam nestes dias, entre os bairros e o centro. Na rua Bahia (bairro centenário) além do ônibus que trafega diariamente, passa a fazer o mesmo percurso mais uma kombi; outro bairro, o do Cedro, só dispõe de condução aos domingos e nos dias de feira.

A área central de Caruaru vê-se hoje rodeada por diversos bairros de ocupação planejada ou espontânea. Apesar de alguns serem antigos como o do Cedro (no extremo leste da cidade), onde se realiza a feira de gado,¹⁷ muitos datam de época bem recente como o de Maurício de Nassau, Indianópolis, Petrópolis. O desenvolvimento destes últimos deu-se a partir de 1940, graças aos progressos da circulação rodoviária que libertou a cidade de uma quase exclusiva dependência a Recife, aproximando-a, por outro lado, dos centros do sul. Os bairros são numerosos mas não se observa ainda nêles uma diversificação funcional, a única diferenciação passível de ser feita é através do conteúdo social dos mesmos.

O contraste entre eles é, às vezes, bem grande, principalmente quando a proximidade entre eles também é maior. Assim, o bairro Maurício de Nassau que compreende a avenida Agamenon Magalhães e a área que se estende para leste, a grosso modo até próximo ao riacho Salgado, apresenta um grande contraste com o que lhe fica a oeste. Enquanto suas residências mais confortáveis são habitadas, principalmente por comerciantes e industriais, o outro lado, de crescimento espontâneo (da Agamenon Magalhães até à linha férrea) é procurado por uma população de nível de vida mais baixo, sendo suas ruas sinuosas e sem calçamento.

No setor oeste da cidade, o bairro da rua Prêta, formado de três ruas que se continuam Joaquim Távora, Vera Cruz, Leão Dourado e algumas transversais e paralelas (considerado como bairro independente por ser bem servido em condução — ônibus e kombi) apresenta uma sensível diferença em seu conteúdo social, havendo predomínio da classe média nas três ruas acima citadas e a da classe proletária nas transversais e paralelas àquelas.

O mesmo contraste se observa na outra margem do Ipojuca, ao lado de bairros já bem antigos e de ocupação espontânea como o Vasoural e Santa Rosa, surgiu outros, bem mais recentes, resultantes de loteamentos. Por volta de 1946, quando da construção da ponte nova (por onde a estrada central penetra na cidade) o povoamento foi atraído naquele sentido, começando a se esboçar, então, o bairro de Indianópolis, hoje progressista e de densa população. Resultado tam-

¹⁷ A feira de gado deverá, no entanto, transferir-se para o outro extremo da aglomeração, para um local próximo ao aeroporto civil do Cajá. Esta transferência de local procurará evitar que o gado vindo de oeste, o mais numeroso por sinal, atravesse a cidade, passando pelo próprio "centro" (rua Tiradentes, via férrea, Prefeitura).

bém de loteamento (1955), o bairro Petrópolis serve de residência à classe média: comerciantes, funcionários públicos e pequeno número de operários.

Alguns outros bairros caracterizam-se por serem tipicamente proletários. Salgado e Guararapes, localizados na margem esquerda do Ipojuca, de ocupação espontânea, são tipicamente deste tipo, sendo que no primeiro encontra-se grande número daqueles desempregados que, como se viu, é fato comum na cidade em estudo. Na vertente norte do morro de Bom Jesus, o bairro do Centenário, em grande parte de relevo acidentado é o mais pobre de todos.

A cidade que de início teve um desenvolvimento linear, subordinou-se primeiramente ao Ipojuca e, após à chegada dos trilhos, à linha férrea. Dessa maneira o trecho compreendido entre o rio e a ferrovia, salvo o espaço ocupado pelo morro de Bom Jesus, constitui a área de ocupação mais antiga.

A organização interna da aglomeração caruaruense poderá sofrer pequenas ou grandes modificações nos anos vindouros, uma vez que Caruaru é um dos poucos municípios brasileiros a possuir uma Comissão de Planejamento, que tem como um dos seus objetivos o plano de urbanização.¹⁸

VI — *Conclusões*

Caruaru, localizada em zona de transição, no Agreste pernambucano, é, indiscutivelmente, uma cidade comercial, refletindo-se a primazia desta função na própria fisionomia do aglomerado e na atuação deste em sua região.

Como numerosas cidades localizadas em zona de contato, Campina Grande na Paraíba, Feira de Santana na Bahia, desenvolveu Caruaru, desde cedo, função coletora e distribuidora dos produtos regionais e daqueles importados dos centros mais desenvolvidos. A maior expansão da cidade, provocada inicialmente pela estrada de ferro e mais tarde pelo desenvolvimento da rede rodoviária, ampliou de muito o âmbito dos seus negócios, quantitativa e qualitativamente, passando a assumir dentro do estado papel de grande relevo e a figurar como a capital regional do Agreste pernambucano.

A princípio, simples local de troca dos produtos da lavoura e da criação das zonas de brejo e de caatinga foi, pouco a pouco, se transformando, expandindo e diversificando a sua função básica. Apresenta, hoje em dia, nas suas lojas comerciais e na sua tão conhecida feira, mercadorias chegadas não só do Recife, como também dos mercados sulinos, além dos produzidos nas indústrias da própria cidade.

¹⁸ Em 1959, essa Comissão organizou um programa preliminar de trabalho, constando deste o plano diretor de Urbanismo do prof. ANTÔNIO BALTAR, da Faculdade de Arquitetura do Recife (em julho de 1962, época de nossa pesquisa em Caruaru, não se achava ainda em execução, pois conforme nos foi declarado, estava em discussão na Câmara dos Vereadores).

Como os demais centros regionais do nordeste, Caruaru não se destaca ainda por uma vida industrial intensa, mas ela é, dentro do Agreste, uma das cidades que detêm maior número de estabelecimentos fabris e de operários, destacando-se ainda quanto ao valor da produção industrial. Ao ser comparado o valor da produção industrial de Caruaru com a de outros municípios pernambucanos, verifica-se que dentro do Agreste êle ocupa o 3.º lugar, vindo após Limoeiro e Pesqueira. No conjunto do estado o seu lugar é o 13º, sendo conveniente, no entanto, ressaltar que muitos daqueles que ultrapassam a produção industrial caruaruense o devem exclusivamente à agro-indústria açucareira. Tal é o caso de Catende, Barreiros, Escada e Agua Prêta.

Ocupando o segundo lugar em Pernambuco no que diz respeito ao número de estabelecimentos fabris (o primeiro é ocupado logicamente por Recife) predomina em Caruaru os pequenos estabelecimentos, desempenhando a indústria artesanal um grande papel na vida da cidade.

Mas, no setor secundário, o mais importante de se salientar em Caruaru é a sua já razoável diversificação industrial, diversificação esta necessária em todo centro urbano que tende a polarizar as áreas circunvizinhas. É o caso de Campina Grande, na Paraíba, na verdade com uma intensidade maior e, de outros centros como Crato, no Cariri cearense, onde o mesmo fenômeno vem se repetindo em menor escala. Essa diversificação é realmente necessária e, caso não venha a realizar-se, a cidade poderá perder a sua hierarquia dentro da malha urbana regional, desde que a exclusividade de um setor da vida industrial prejudica o desenvolvimento do aglomerado urbano. No próprio estado pernambucano, um exemplo demonstra tal asserção: o caso de Paulista, que sobressai no ramo têxtil mas que, no entanto, apresentou decréscimo de população pelo último censo (65,4% foi a taxa de crescimento na década de 40/50, e — 15,6% foi a diminuição que sofreu a população urbana na década seguinte).

Como já foi visto na introdução do presente artigo, a situação demográfica de Caruaru é bem diversa, uma vez que vem apresentando considerável aumento populacional a partir de 1920, mas principalmente após a década dos 40. E, assim, embora a mão-de-obra disponível não seja toda ela qualificada, sempre se constitui em fator favorável à implantação industrial.

Se, hoje em dia, Caruaru mormente através de seus serviços consegue atuar em todo o Agreste pernambucano e, em certos casos, a ultrapassar mesmo êstes limites, conclui-se que a sua atuação crescerá muito em intensidade e expandir-se-á, forçosamente, além dos limites estaduais, caso se verifique nos anos vindouros um progressivo desenvolvimento de suas indústrias.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de

A Terra e o Homem no Nordeste — Edit. Brasiliense — São Paulo, 1963 — pág. 265.

LAVAREDA, José Hesketh

“Abastecimento da cidade do Recife em Carne e Leite” — *Bol. Carioca de Geografia* — Ano XIV n.º 1 e 2 — Rio de Janeiro, 1961 — pp. 11/26.

“As Migrações internas do Nordeste” — Caruaru um de seus centros detentores” — *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* n.º 9 — Recife, 1960 — pp. 8/44.

LIMA, Dárdano de A.

Estudos Fitogeográficos de Pernambuco — Separata dos Arquivos do Instituto de Pesquisas Agronômicas — vol. 5 — Ano de 1960 — Recife — pág. 305/341 c/ 1 mapa.

MELO, Mário Lacerda de

“Bases Geográficas dos Problemas do Nordeste” in: *R.B.G.* — Ano XXIV n.º 4.

“Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba — *Guia da excursão* n.º 7 realizado por ocasião do XVIII C.I.G.

As Migrações para o Recife — I — Estudo Geográfico — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife, 1961.

PIERRE, George

Précis de Géographie Urbaine.

PINTO, Estevão

História de uma estrada de ferro do Nordeste.

ROCHEFORT, Michel

“Métodos de Estudo das Redes Urbanas (Interesse da análise do setor Terciário da população ativa) — *Boletim Geográfico* n.º 160 — pág. /318.

ROCHEFORT, Michel e Melo, M. Lacerda de

“Geografia da População do Estado de Pernambuco” — Universidade do Recife — *Caderno n.º 1* da Fac. Filosofia de Pern. set., 1961.

TEJO, Limeira

Brejos e Carrascaes do Nordeste — Documentário — Edições Cultura Brasileira S/A — São Paulo — 1937 — pág. 184.

— Aspectos Gerais da Atividade Industrial (31-12-59).

— Administração de Caruaru — A base de uma pesquisa — Desenvolvimento — Prefeitura Municipal de Caruaru — Assessoria de Planejamento — out. 1961 — pág. 34.

— Estudo Econômico do Município de Caruaru — Prefeitura Municipal de Caruaru — Assessoria de Planejamento — pág. 46.

— Pastas do Arquivo Corográfico — Caruaru.

SUMMARY

The present article analyses the city of Caruaru and its area of influence. Placed in the Pernambuco's Agrestic, a transition zone between the Forest and the Hinterland, that city a long time famous by her open-air market, to have been presenting a significative increase in its populational contingent, principally from 1940. Caruaru constitutes herself, in these days, one of the principal convergent focus of the migratorie inter-regional currencies of the North-east. Even the city having just now a reasonable attraction's power she don't disposes of one sufficient labor market for all people that arrives in it. As a consequence, a great number of arrived citizens they couldn't have a participation in the urban life properly. When they don't obtain their fixation they take another rhumb right to the capital of Pernambuco or the great adventure to the South.

Caruaru placed in the Pernambuco's Agrestic, in the full dominion of the xerophilous caatinga, she executes an important part to the life of that agglomeration the famous swamps that appears nearby, because they give it much of the food products necessaries.

Wheter the presence of the swamps had make possible the expansion of the initial settlement, today, the actual expansion of the city is connected with its position, looked in that case like a resultant of the actual aspect of transportations.

The city is placed at the border of Ipojuca, which the valley is followed in the great snatch by two roadways those that have the greatest importance for state: Northeast's Railway and the Federal Highway Recife-Petrolina.

Caruaru is placed between Recife and Arcoverde, cities that enjoys of an strategic position in Pernambuco, the first great northeastern metropolis and the second considered by the people as a real door of the hinterland. Due to the coastal position of Recife, excentric in connection with the great Caruaru's railroads axles insides the actuation of that city, thanks to the roadways that profits of the Ipojuca's valley, just like the many others that going to join themselves to her, derives of the most diverse directions.

Although reaches its actuation, in certain sectors, an extensive area of Pernambuco is the Agrestic the truthfully polarized area by Caruaru. She is the real economical capital of that transition strip. Caruaru presents a very accentuated development of the terciary sector, characteristic trace, of the cities that to be extended like regional centers on that region, where the industrial activity still occupy a secondary position. The most important commercial center of State, thereon Recife, with a great variety of commercials stores, wholesale and retailer, presents also a great number of bank institutions, health and education services. Relations among the Caruaru city and the rural population of the arid region they reinforce its place as the regional capital.

The crescent actuation of Caruaru in its region is reflected in the amplification of urban space and sensibles modifications in its proper urban structure. This modifications occurs because the amplification and diversification of the urban center's functionos and they are expressed in the urban aspect across the diversification and specialization of the various sectors of the city.

Versão de LÊDA CHAGAS PEREIRA RIBEIRO.

RESUMÉ

L'auteur étudie la ville de Caruarú et sa zone d'influence. Caruarú, ville de l'Agreste de Pernambuco — zone de transition entre la "Mata et o Sertão" — déjà fameuse par son marché présente, à partir de 1940, une augmentation significative de sa population. Actuellement, Caruarú est un des principaux centre de convergence des courants migratoires inter-régionaux du Nordeste. Possédant un certain pouvoir d'attraction, la ville cependant ne dispose pas encore d'un marché de travail qui puisse absorber tous ceux qui la cherchent. Un grand nombre de ses habitants ne participe de sa vie que de très loin. Quand, finalement, ils ne réussissent pas à se fixer ils prennent ou la route de Recife ou celle de la grande aventure du sud.

Caruarú se trouvant dans l'Agreste de Pernambuco, domaine de la caatinga xérophile, les fameux "brejos" voisins jouent un rôle important dans sa vie.

Si, intialement, la présence des "brejos" a facilité l'expansion du village, aujourd'hui c'est à sa position par rapport aux transports que la ville doit son développement.

Caruarú se trouve près du fleuve Ipojuca dont la vallée est parcourue par deux voies de la plus haute signification: la "Rede Ferroviária do Nordeste" et la "Rodovia Federal Recife-Petrolina".

Caruarú se rencontre a mi-chemin de Recife et de Arcoverde, villes qui, à Pernambuco, ont une position stratégique; la première comme grande métropole du Nordeste, la seconde comme la vraie porte d'entrée du "sertão".

Recife étant, par sa position, excentrique par rapport aux grands axes, l'influence de Caruarú se fait sentir à l'intérieur grâce aux voies de communication provenant de différentes régions.

Quoique dans certains secteurs cette action s'étende sur une grande zone de son État, la région véritablement polarisée par Caruarú est l'Agreste. Caruarú est la vraie capitale économique de cette bande de terre. Son développement dans le secteur terciare est très accentué, ce qui constitue un fait caractéristique des villes qui se développèrent comme centres régionaux et dont l'activité industrielle est encore secondaire. Après Recife, elle est le centre commercial le plus important de l'État avec des maisons de commerce, en gros et en détail, des banques, des hôpitaux, des établissements d'éducation. Les relations entre la ville de Caruarú et la population rurale de l'Agreste fortifient son rôle de capitale régionale.

L'action toujours plus intense de Caruarú sur sa région se reflète dans l'ampliation de l'espace urbain et dans les modifications sensibles de sa structure urbaine. Ces modifications découlent de l'ampliation et de la diversification des fonctions du centre urbain et se révèlent dans le paysage par la diversification et la spécialisation des divers secteurs de la ville.

Versão de OLGA BUARQUE DE LIMA.

Origens e evolução do comércio carioca *

JESSÉ PINTO FREIRE
Presidente da Confederação Nacional
do Comércio

Coube-me, neste ciclo de palestras em boa hora promovido pelo Conselho Nacional de Geografia, a incumbência de abordar o tema referente ao papel desempenhado pelo comércio na vida da Cidade do Rio de Janeiro ao longo dos seus quatro séculos. Cumpro o encargo com redobrada satisfação, não só por ter assim a oportunidade de conviver com um auditório tão representativo, mas também pelo ensejo de trazer uma contribuição, embora singela, da Confederação Nacional do Comércio às comemorações do IV Centenário da “Rainha das Províncias” — destino que o seu fundador, Estácio de Sá, vaticinava para o Rio.

A história do comércio carioca — dos seus dias tormentosos e dos seus tempos de esplendor — é a própria história atribulada, mas sempre gloriosa do Rio. Separá-las seria o mesmo que admitir a terra sem o sol, a noite sem o dia.

Até chegar ao que é hoje, percorreu o comércio carioca diversos estágios de desenvolvimento, demarcados com bastante nitidez. Numa tentativa de periodização, creio que cinco etapas, pelo menos, podem ser assinaladas: 1.^a) o escambo predatório; 2.^a) a contenção monopolista; 3.^a) o empório da mineração; 4.^a) o apogeu da importação; e 5.^a) o florescimento autônomo.

A rigor, no primeiro estágio não existe ainda comércio, no sentido da permuta de valores equivalentes. Em seus primeiros anos, não era o Rio um mercado de trocas, onde as mercadorias se permutassem segundo os padrões válidos do comércio. Antes disso, era para os estrangeiros que aqui aportavam — particularmente os franceses e holandeses — nada mais que um centro abastecedor de artigos que encontravam interesse e bons preços nas praças européias e que praticamente nada lhes custavam, além das despesas obrigatórias da travessia oceânica. A população autóctone — indígenas submersos no primitivismo da idade da pedra polida — era incapaz de imaginar os motivos e as conseqüências de um ato aparentemente tão simples como a entrega de dezenas de toros de pau-brasil por um pequeno espelho que operava o fascinante milagre de reproduzir a própria imagem.

No entanto, atos dessa natureza verificavam-se com relativa freqüência muitos anos de ser oficialmente fundada a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. De acordo com o Padre Anchieta, datam de 1504 — 61 anos, portanto, antes da fundação — as primeiras incursões de piratas franceses no Rio. Tem-se como certo que nesse ano aqui esteve Goneville. Daí por diante, e por muito tempo afora, os traficantes europeus, especialmente os franceses, volta e meia irrompiam pela Guanabara, carregando as suas naus com as madeiras tintoriais, o jacarandá, as penas de aves, os sagüins e os macacos que os nativos lhes entregavam contra bugingangas que faziam o seu deslubrimento e asseguravam a sua ingênua gratidão.

O escambo alcançou tais proporções que dele resultou, num breve espaço de tempo, a extinção de nossas reservas de pau-brasil. Em sua *Histoire du Brésil Français*, comenta a propósito PAUL GAFFAREL: “Não foi mesmo uma

* Conferência pronunciada no “Ciclo de Conferência sobre a Geografia Económica do Estado da Guanabara” promovida pelo IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia (27-10-1965).

exploração, mas antes uma destruição. Como os paus de tinturaria custavam muito caro na França, e como deles ali se serviam não somente para dar aos panos uma magnífica côr purpúrea, mas também para a fabricação de móveis preciosos, cada navio francês que chegava ao Brasil procurava logo onde poderia fazer uma provisão de madeiras. Os indígenas, estimulados pela procura de nossos negociantes, preparavam enormes depósitos de madeiras, que amontoavam sobre a costa; somente como não sabiam poupar suas riquezas, abatiam essas árvores ao acaso. Muitas vezes, mesmo, a fim de evitar o trabalho de cortá-las, punham fogo em sua parte inferior e o incêndio se propagava pelo resto da floresta. Alguns anos desse desperdício bastaram para aniquilar muitas essências preciosas". Estima-se em 20 mil quintais, em média, a saída anual de pau-brasil para os países marítimos da Europa, especialmente a França.

Explica-se porque a França: o aproveitamento do pau-brasil interessava mais a esse País do que a Portugal, nos primeiros anos da colonização. Os portugueses dispunham então de mercados fornecedores mais rendosos do que a terra de Santa Cruz. Mantinham, no Oriente, uma corrente de comércio solidamente estabelecida, e aí — no Continente de mais remota civilização e o mais populoso do mundo — se abasteciam de uma variada faixa de produtos, desde as especiarias e as pedras preciosas até custosas manufaturas. Uma nau carregada com os produtos da Índia valia pelo menos sete vezes mais que uma nau carregada com o pau-brasil. A renda auferida com a nossa madeira era inferior às despesas decorrentes da necessidade da defesa militar da Colônia. Basta lembrar que durante o reinado de D. João III, de 1521 a 1557, a renda proveniente dos negócios com o pau-brasil representou menos de 5% da receita do erário de Lisboa.

Outra era a situação da França: não lhe pesando qualquer dispêndio para a preservação da Colônia, que não era sua, nem tendo à sua disposição um mercado como o indiano, mas precisando alimentar com matérias-primas a sua indústria nascente, a França encontrava nas madeiras tintoriais do Brasil um elemento de que não podia abrir mão, quaisquer que fossem os riscos inerentes à empresa. Quanto às dimensões desse tráfico, é suficiente mencionar que, de uma só feita, sofreram os franceses um prejuízo de 600 mil escudos, resultante do aprisionamento e destruição de vários dos seus veleiros pela expedição repressiva de Cristóvão Jacques. Explica isso — a importância econômica que atribuíam ao pau-brasil — a insistência dos franceses em se instalarem no Rio, mesmo depois da derrota que experimentaram em 1711.

Na segunda metade do século XVI, paralelamente com o escambo do pau-brasil, surge e logo se expande, a partir do Rio, uma exuberante corrente de comércio com outras regiões do Continente, formada, de um lado, pelos mercadores europeus que aqui chegavam e, do outro lado, pelos "peruleiros", como eram conhecidos os negociantes, em geral espanhóis, que comerciavam nas zonas mineiras do Peru e Nova Granada. Nessa altura — aí por volta de 1580 — a população branca do Rio não ia além de 150 pessoas.

As fabulosas minas de prata do Cerro de Potozi, no Peru, foram descobertas em 1545, e a notícia logo despertou o interesse dos mercadores europeus. As maravilhas do comércio com os "peruleiros" estão descritas numa carta que, em 1596, o português Francisco Soares mandou a seu irmão; Diogo, em Lisboa. "Esse Rio é um grande ponto de comércio", diz o mercador, esclarecendo ser esse "o mais próximo e mais fácil caminho para ir ao Peru". Navegando em barcos de 30 a 40 toneladas, através do Rio da Prata, chegavam ao Rio os "peruleiros", trazendo cada qual de 15 a 20 mil ducados em reais de ouro e prata, que aqui deixavam em troca de gêneros alimentares, mas, principalmente, de tecidos e manufaturas de metal originárias da Europa. Uma espada, custando na Espanha 24 a 26 reais, era vendida por 45 ducados. Observa FRANCISCO SOARES: "Com o emprêgo em Espanha de 100 ducados, tem-se aqui de lucro de 200 a

500 ducados". E conclui, depois de advertir que não relatava uma fábula, "mas a simples verdade": "Espero em Deus obter mais proveito e lucro nesta viagem do que em duas para Angola".

Era êsse o período de apogeu da mineração peruana, quando das minas, de Potozi chegavam a ser extraídas, em determinados anos, cêrca de 200 toneladas de metais preciosos.

Eis aí, em traços sumários, a fase embrionária do comércio carioca, definida basicamente pelo escambo predatório, que suprimiu em pouco tempo as nossas reservas de pau-brasil, e pelo contrabando, que se estendia, como vimos, além das fronteiras da Colônia.

No comêço do século XVII a população da Cidade andava pelos três ou quatro mil habitantes, constituindo os brancos um terço dêsse reduzido total. A pequena Cidade ensaiava os primeiros passos no caminho da ampliação de seus limites. Descendo lentamente o morro do Castelo, espalhava-se pela várzea, utilizando os pequenos intervalos entre as lagoas e os pântanos que cobriam a terra fluminense. Nesse tempo começa a estruturar-se o centro mercantil da Cidade. Intensifica-se a pesca da baleia — alimento então predominante. Com o aumento também do consumo de carne, intala-se em 1609 o primeiro mata-douro, construído no atual rua da Quitanda. Pouco depois surge o primeiro açougue construído na hoje rua da Assembléia. Em 1646 obtém Aleixo Manoel, o Moço, concessão da Câmara para levantar um trapiche, entre as atuais ruas do Rosário e Primeiro de Março, fincando com o privilégio da passagem de todos os açúcares trazidos aos cais fluminense e obrigando-se, em contrapartida, ao pagamento de um fóro anual de cinco cruzados à Fazenda Real.

Foi êsse estágio, até fins do século XVII, uma fase de dificuldades para o crescimento do Rio, para a expansão de suas atividades econômicas e, em particular, do seu comércio. As vias do progresso estavam obstruídas. Não se tratava apenas das dificuldades antepostas por uma natureza inóspita, mas também de pesadas barreiras de caráter econômico. Vivíamos sob o império do açúcar, agroindústria que era a grande fonte geradora de riquezas na Colônia e que encontrara no Nordeste as condições ideais de desenvolvimento, relegando a um segundo plano as capitânicas do Centro e do Sul. Mas, além disso, sofriamos as conseqüências da política econômica posta em prática pela Metrópole, que não admitia pudesse aqui florescer qualquer atividade produtiva. O comércio gemia sob o pêso de múltiplos e arrasadores impostos, além de estar submetido a um regime de rígido monopólio. Os benefícios de toda possível atividade lucrativa eram canalizados para Lisboa, enquanto a população fluminense se via compelida a viver em meio a uma penúria dia a dia mais intolerável.

Típico dêsse estado de coisas era o que acontecia quanto à produção e à venda do sal. O gênero era rigorosamente monopolizado pela Coroa, que para cá o mandava das salinas de Setúbal, Alverca e Figueira. A distribuição local era feita mediante contratos, firmados perante o Conselho Ultramarino, que conferiam ao melhor arrematador, por um prazo variável de três a seis anos, o privilégio de vendê-lo por preço previamente fixado, em toda a Capitania. O contrato em vigor no ano de 1664 assegurava à Fazenda uma receita de 500 mil réis anuais.

Entretanto, eram ilimitadas, para a época, as possibilidades de produção de Cabo Frio, onde o sal se formava até espontaneamente, "coalhando-se em salinas ou lagoas", como diz VARNHAGEN em sua *História Geral do Brasil*. Mas as autoridades portuguesas eram implacáveis, tudo fazendo para esmagar aquelas possibilidades e anular, assim, a ameaça de concorrência com o artigo remetido de Lisboa. Houve mesmo ocasiões em que, diante da tenacidade com que a população de Cabo Frio tentava furar o bloqueio monopolista, fôrças militares foram mandadas à localidade fluminense para seqüestrar o pouco sal que, apesar das repressões, se produzia, bem como confiscar fazendas e outros bens dos temerários produtores.

A política seguida pela Metrópole em relação ao sal não só obstruía o surgimento de uma rendosa indústria nativa, como também criava sérios problemas para os consumidores. Era freqüente a escassez do produto, com bruscas elevações de preços, que comumente se traduziam em violentas perseguições contra o comércio.

Foi, todavia, a partir da criação da Companhia Geral de Comércio, em 1649, que se fez sentir em tôda a sua dureza a orientação monopolista da Coroa. Ao formar a Companhia, alimentava o Govêrno português, como salienta ROBERTO SIMONSEN, o propósito de encaminhar capitais judeus para a obra de colonização do Brasil. O Alvará de 1649 estabelecia que a Coroa, sem renunciar ao direito de confisco, "demitia de si os bens apreendidos aos cristãos novos condenados pelo Santo Ofício, com a condição de que os utilizassem na formação de uma companhia comercial — a Companhia do Brasil". Efetivamente, reuniram-se nessa empresa capitais particulares de grande vulto, em tórno de 400 mil cruzados.

A Companhia assumia a obrigação de expedir para a Colônia, todos os anos, duas frotas em comboio, cada uma com pelo menos 18 navios de 20 peças e mínimo de 350 toneladas cada frota. Obrigava-se, igualmente, a participar na luta pela reconquista dos portos brasileiros sob o domínio dos holandeses. Em troca, obtinha uma vasta soma de privilégios, dentre os quais sobressaíam: 1.º) o monopólio absoluto de venda da farinha de trigo, do vinho, do azeite de oliva e do bacalhau; 2.º) o monopólio virtual dos transportes marítimos, uma vez que só os navios da Companhia ficavam autorizados a conduzir para a Europa as cargas provenientes do Brasil, impossibilitando dêsse modo qualquer concorrência, pois nenhum armador europeu encontraria estímulos em trazer para cá os seus barcos sem o direito de carga de retórno.

Foram tempos de angústia para tôda a população fluminense. Os proprietários de engenho e lavradores de açúcar, os comerciantes que operavam no varejo e na exportação de aguardente para as colônias africanas, especialmente Angola, os consumidores e, por via de consequência, o Fisco real viram-se a braços com uma crise econômica de enormes proporções e que se acentuava de ano para ano.

Em fins de 1649 chegou ao Rio a primeira frota da Companhia, mas tão mal provida dos gêneros monopolizados que a sua falta no mercado se fez sentir dramaticamente logo nos primeiros meses do ano seguinte, motivando uma vertiginosa elevação de preços e graves dificuldades para o comércio e tôda a população. A Câmara decide controlar os preços dos gêneros essenciais. E assim o ano de 1650 assiste ao primeiro e desde então, inglório — tabelamento de preços na história do Rio.

Contudo, o mais grave, do ponto de vista da economia da Cidade, foi a taxativa proibição do fabrico e venda do vinho de mel, aguardente e cachaça — produtos que concorriam com o vinho português e diminuía o seu consumo. Isso significou um desastre para a incipiente economia do Rio, ainda mais porque ocorria no quadro geral da crise do ciclo açucareiro. Uma representação enviada pela Câmara ao Govêrno português pinta um retrato da angustiante situação em que viviam os fluminenses "sem poderem sustentar seus créditos; forçados a não pagarem as suas dívidas e obrigações; vexados e compelidos cada dia pela Justiça; perdidos sem esperanças de poderem pagar aos credores; e tudo isso — conclui veemente a representação da Câmara — causado pela proteção que o Govêrno tem dado a uma classe de homens que sôbre a ruína dos povos têm armado a hidra da discórdia e da desconfiança, limitando o comércio, quando Deus, abrindo os mares para a comunicação recíproca dos povos, o deixou livre e ilimitado".

Tão profunda era a crise em que se debatiam os engenhos, com os lavradores sobrecarregados de dívidas e privados de numerário para satisfazê-las, que a Câmara, nesse ano, lhes concedeu uma moratória, mas em prejuízo do

comércio, já duramente sacrificado. Determinava a Câmara que os credores — isto é, o comércio — recebessem em açúcar o pagamento das dívidas e, mais, pelos preços oficialmente fixados e não pelos preços reais do mercado. Mas, que fazer com o açúcar invendável? De tudo resultou que o comércio, na prática, foi compulsoriamente investido na função de financiar a lavoura açucareira em seus estertôres. Resolveram então os negociantes — num dos primeiros movimentos associativos do comércio fluminense — protestar contra as providências que feriam os seus interesses, decidindo, ademais, que nenhum fornecimento de mercadorias seria feito aos engenhos, a não ser sob a forma de pagamento em dinheiro.

A crise atingiria o seu ponto culminante logo mais tarde, quando o Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, às voltas inclusive com o atraso de nove meses no pagamento do sôldo dos 350 homens que compunham a guarnição do Rio de Janeiro, toma a iniciativa de criar novos impostos. Irreprimível indignação sacode a Cidade, levando a que Clero, Nobreza e Povo se amotinasse, depondo Salvador de Sá. O Governo passou a ser exercido pela própria Câmara durante seis meses, até que a Côrte oficializasse a destituição do Governador.

A revolta de 1660/1661 — que pode ser legitimamente considerada a primeira manifestação nativista em terras brasileiras — forçou a Côrte a reduzir os privilégios da Companhia Geral e restabelecer a liberdade da indústria de aguardente.

Por muito tempo ainda o comércio fluminense iria experimentar os malefícios de uma política econômica que estreitava as perspectivas de progresso, embora sem poder impedir que, apesar de tudo, se dilatasse as fronteiras urbanas, e, nesse passo, crescesse o centro comercial que, já no século XVIII, firmaria uma incontestável liderança em relação ao resto da Colônia.

Entramos numa época em que o Rio se converte no empório da mineração.

A descoberta e exploração do ouro e das pedras preciosas nas Minas Gerais desloca para o Centro-Sul o eixo da vida econômica brasileira, que o apogeu do açúcar transferira antes para o Nordeste. E sob o aspecto do comércio, é o Rio o grande beneficiário dessa reviravolta. Detinha o seu pôrto o privilégio do escoamento para a Europa das riquezas extraídas nos veios auríferos do interior, fechado que fôra para isso o pôrto de Santos, por temor das autoridades ao contrabando. De outro lado, com a mesma finalidade de evitar o desvio fraudulento do ouro, ordenara a Coroa o fechamento das estradas que ligavam a Bahia e o Espírito Santo a Minas.

Dessa maneira, tudo confluía para o Rio. Aqui é que os centros mineradores vinham abastecer-se de todo tipo de mercadorias, desde os tecidos e manufaturas de origem européia até os gêneros alimentares produzidos no sertão e litoral fluminenses. O comércio se expande em ritmo veloz e contribui para que a Cidade, realizando colossais obras urbanísticas, como o aqueduto da Carioca, o desmonte de morros e o atêrro de lagoas, alargue consideravelmente o seu espaço social.

Para que se tenha uma idéia do que representou o ciclo do ouro para a economia do Rio de Janeiro basta recordar que em 1749 — no melhor momento da mineração — enquanto pelo seu pôrto eram exportados valores orçados em £ 1 850 000, entrando nesse total o ouro e os diamantes com £ 1 750 000, a frota de Pernambuco conduzia valores calculados em apenas £ 500 000. E a carga exportada pela Bahia não ia acima de £ 300 000.

O geógrafo francês BOUGAINVILLE, que aqui estêve em 1766, afirma ter encontrado um “florescentíssimo comércio, principalmente pelos negócios com a frota de Lisboa”. Comércio, aliás, todo êle dominado pelos portugueses — os “reinóis” —, que se distinguiam dos brasileiros por uma notável capacidade de trabalho, não medindo mãos na execução das mais árduas tarefas. MARTIUS registra bem essa diferença: “Os portugueses são ativos e industriosos; os brasileiros, nascidos

na fartura e criados entre escravos domésticos de pouca educação, preferem o gozo ao trabalho, e deixam aos forasteiros o comércio, preferindo desfrutar o bem-estar da fazenda”.

Um aspecto a assinalar é que se inaugura nessa quadra histórica a tendência à descentralização dos núcleos comerciais, como resultado da procura e fixação de caminhos novos em demanda das Minas. Emergem êsses núcleos interioranos na embocadura dos rios que serviam de condutos àqueles que se destinavam aos centros de mineração: Magé, Piedade, Iguaçu e Estrêla. Em Estrêla e Iguaçu, principalmente, constituíram-se, nos bons anos do ouro, movimentados vilarejos, nos quais começou a desenvolver-se um próspero comércio.

O fim do século é também o ocaso da mineração. Com a decadência das minas, transforma-se o Centro-Sul, como diz ROBERTO SIMONSEN, num “deserto empobrecido”. Agravando essa situação, D. Maria I, através do Alvará de 5 de janeiro de 1785, manda destruir as “fábricas e manufaturas de ouro, prata, sêda, algodão, linho e lã.

O Rio, já capital da Colônia, atravessa instantes penosos. Reduz-se drásticamente o movimento de seu pôrto: em 1796 a exportação não alcançou sequer a metade do valor realizado em 1760. E sua população mantém-se quase estagnada entre os últimos anos do século XVIII e a primeira década do século XIX: 48 mil habitantes em 1799 e somente 50 144 em 1808.

Em todo caso, era uma situação menos sombria, em meio à desolação geral. Embora assistindo a uma violenta depressão, possuía o Rio melhores condições para resistir ao revés ocasionado pela deposição do rei ouro e ao nôvo deslocamento do eixo econômico da Colônia para o Nordeste. E resistiu, até que a transmigração da Côrte de D. João VI e, em seguida, o advento do ciclo do café lhe rasgassem outros horizontes.

Nesse nôvo estágio de sua evolução, cujo marco inicial é o ano de 1808 — o do desembarque do Regente português com o seu vasto e rico séquito — o Rio vai ter o orgulho de ver algumas de suas ruas comparadas às ruas de Paris. O comércio, como tôda a vida da Capital, sofre transformações radicais e só não se pode dizer que atinge a maioria pelo fato de encontrar-se na total dependência de fornecimentos dos mercados estrangeiros, particularmente de Londres e Paris.

Ao desembarcar no Rio, com a sua faustosa frota de 40 navios, encontrou D. João VI uma cidade cujas ânsias de progresso eram inflexivelmente sufocadas pela Coroa portuguesa. No transcurso dos dez anos que precederam o memorável acontecimento a população do Rio crescera apenas em 4%. As iniciativas de caráter industrial eram consideradas criminosas. Os trabalhos de ourivesaria se faziam na clandestinidade. As poucas tipografias foram destruídas e seu funcionamento rigorosamente interdito. O pôrto fluminense não podia acolher outros navios senão os que trouxessem a bandeira de Portugal.

Não é difícil imaginar-se o impacto que significou, nesse panorama, a chegada de D. João VI. Aos 50 mil habitantes do Rio, distribuídos, no perímetro urbano, em suas modestas 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 largos, vinham agregar-se nada menos de 15 mil pessoas, habituadas ao confôrto requintado dos palácios de Lisboa. Quanto ao comércio, é óbvio que não podia corresponder à demanda suplementar de uma clientela tão numerosa quanto exigente, que trazia em seus bolsos 200 milhões de cruzados, o que vale dizer, 22 milhões de libras, ao câmbio da época.

Não haveria solução para o crucial problema se não fôssem de logo adotadas por D. João VI as providências que viriam, antes de uma série de outras, renovar a economia e a vida da Colônia, sobretudo de sua Capital: a abertura dos portos e a revogação do mal inspirado Alvará de 1785, que proibia a instalação e funcionamento de manufaturas. Então, sim, pode o comércio situar-se à altura da realidade que se inaugurava. E começar a viver uma nova era: o estágio do varejo importado, capaz de atender inclusive aos caprichos dos requintados

palacianos de Lisboa. Se um ano antes da chegada do Regente existiam, segundo PIZARRO, apenas 127 comerciantes na praça do Rio, já em 1831 — 24 anos depois — somavam 3 500 os estabelecimentos comerciais por toda a Cidade. De outro lado, se no primeiro ano da abertura dos portos entravam na Guanabara 90 barcos estrangeiros, dois anos depois 422 navios de outras bandeiras fundeavam no porto fluminense.

Como se sabe, foi o Império Britânico, que estendia à Coroa portuguesa a proteção do seu poderio face à intervenção napoleônica, o inspirador e grande beneficiário do ato pelo qual os portos do Brasil se abriam à navegação internacional. Ficaram os exportadores ingleses, pelo tratado firmado em 1810, detentores de vantagens maiores até que as reservadas a Portugal: enquanto Lisboa pagava 16% de taxas alfandegárias, Londres se obrigava ao pagamento de 15%. Para as mercadorias de todos os demais países as tarifas se elevavam a 25%.

Não poderia ser outro o resultado: em pouco tempo, os luzitanos perdiam para os ingleses a hegemonia do comércio fluminense. “Foi como diz PEDRO CALMON — a ruína do comércio português, dos seus homens de negócio, da sua política econômica”. Não se entenda, contudo, que os comerciantes portugueses tenham sido despojados da praça: perderam a hegemonia, mas não deixaram de crescer numericamente. Em 1863 a proporção era de 1 083 estabelecimentos comerciais de brasileiros para 4 813 de negociantes portugueses.

Voltemos, porém, aos ingleses. Em 1811 suas casas comerciais já eram mais de 60 e nelas se vendiam, sobretudo no atacado, desde peças de linho, queijos e manteiga, até ferro, chumbo, zinco e pólvora. Seis anos depois, existiam 105 lojas inglesas na Cidade. Esse brusco incremento não pode surpreender, quando se sabe que em poucas semanas após a abertura de nossos portos zarparam da Inglaterra para o Brasil frotas que conduziam mais mercadorias do que as remetidas para Portugal durante anos inteiros. Nessa febre de importações surgiam inclusive lances curiosos, como o de se encontrarem, nas primeiras remessas inglesas, e em grandes quantidades, patins e esquis para esportes de neve, equipamento para calefação interna e grossos cobertores de lã, como se tivéssemos de nos proteger do inverno europeu. Todavia, mais curiosa é que nenhum desses extravagantes artigos ficou sem encontrar interessados compradores que, com o tradicional “jeito” brasileiro, convertiam os patins em trincos de porta e aproveitavam os cobertores espessos para os trabalhos da mineração em irremediável declínio.

Instalaram-se os comerciantes ingleses na rua Direita, hoje Primeiro de Março, erguida à condição de centro indisputável do comércio fluminense, pelo menos até que os franceses ocuparam as ruas do Ouvidor e dos Ouvires. O seu movimento era tal que Júlio Itier, nosso visitante em 1844, chega a qualificá-lo de “assombroso”, acrescentando que se tornava incômoda “ao desocupado que ali pretendesse vadiar à vontade”.

O monopólio exclusivo dos ingleses foi quebrado a partir de 1814, em virtude do estabelecimento de uma nova linha de comércio, desta feita com a França, país ao qual o Brasil concedia, dada a sua emergente reaproximação com a Coroa portuguesa, tarifas alfandegárias afinal convidativas. Em 1817 oito comerciantes franceses operavam no Rio. Mas de 140 funcionavam onze anos mais tarde, em 1828.

Inglêses e franceses instituem entre si uma tácita divisão do mercado: os londrinos continuam senhores do atacado, tomando os parisienses em suas hábeis mãos o comércio varejista. Os poucos alemães e suíços ocupam um plano secundário. E os italianos são os mascates — os incansáveis andarilhos do comércio de porta em porta.

Como já disse, os negociantes franceses dominam as ruas do Ouvidor e dos Ouvires e os seus ramos preferidos são os artigos de moda, principalmente a feminina, joalheria, tapeçaria, confeitaria etc.. Dedicam-se igualmente à hote-

laria. E a êles devemos as primeiras livrarias da cidade, onde a elite intelectual encontrava as obras dos romancistas, poetas e pensadores franceses de sua predileção.

Cabe aos franceses o mérito de terem introduzido no comércio carioca o bom gosto e, pode-se mesmo dizer, as primeiras manifestações da técnica de venda no varejo. Suas lojas e vitrinas se singularizavam por uma magnífica apresentação, de tal maneira que apreciá-las, nelas fazer compras e em suas calçadas promover encontros veio a cristalizar-se num hábito das damas e cavalheiros da sociedade fluminense. “Via dolorosa dos maridos pobres”, por isso assim a chamava, irônicamente, Machado de Assis.

Não poucas vêzes, e sempre por pessoas credenciadas para fazê-lo, foi a rua do Ouvidor comparada a ruas de Paris. Dizia DEBRET que ela lhe lembrava a famosa *rue Vivienne*. E CASTELNAU não divergia: “Há nela ares de Paris, pela beleza de algumas de suas lojas”.

Foi com as reservas acumuladas nos prósperos negócios subseqüentes à abertura dos portos que os empresários fluminenses se lançaram ao financiamento da lavoura do café, timidamente iniciada em roças da Tijuca, Jacarepaguá, Santa Cruz e Guaratiba, mas celeremente subindo as serras até atingir o norte de São Paulo, onde passou a reinar.

Até o ano de 1860 deteve o Rio a liderança na exportação do café, perdida nesse ano, e em definitivo, para São Paulo. Ainda na década de 50 a supremacia fluminense era absoluta: dos 9,5 milhões de sacas exportadas por todo o país, em 1852, nada menos de 7,5 milhões foram escoados pelo pôrto do Rio. Essa primeira etapa do ciclo do café, se teve o seu êxito condicionado pelos recursos dos negociantes fluminenses, contribuiu, por seu turno, para uma animação mais intensa da vida econômica do Rio, sobretudo na segunda metade do século.

Outro fator concorreu para isso, ao lado do café, os capitais que a extinção do tráfico negroiro e, em seguida, a extinção da escravidão liberaram para toda sorte de empreendimentos, desde as arrojadas empresas de Mauá até as aventuras da pura e simples especulação, que conduziram a sucessivas crises ao Encilhamento. Entre maio de 1888 e novembro de 1889 — diz o relatório do Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, em 1891 — o capital das empresas organizadas no Rio atingia a quase 403 mil contos de réis, enquanto o capital das empresas constituídas nos 64 anos anteriores à Abolição era de 411 mil contos.

Nesse fervilhar de fatos econômicos a Cidade se renova. Abrindo sempre novos caminhos, quer na direção do Sul, quer no sentido do Norte, despe-se dos anacronismos e vai se afirmando, passo a passo, mas inequivocamente, como o grande centro da vida nacional. As seges e traquitanas, primeiro, e os ônibus puxados a cavalo, depois, cedem lugar ao bonde de tração animal e ao trem — e com o trem, na medida em que se multiplicam as estações, a disseminação dos núcleos de comércio nos bairros e subúrbios. Na última década do século XIX aparece o primeiro bonde elétrico e se abre ao público o primeiro túnel.

A tendência à urbanização é incessante. Já pelo Recenseamento de 1872, para uma população de 274 972 habitantes, o contingente de pessoas ligadas às atividades rurais se restringia a 17 021, menor que o de comerciantes, cujo número, naquela data, ascendia a mais de 20 mil.

Ao alvorecer do século XX, refletindo o processo renovador que impulsionava toda a nossa vida econômica, o comércio carioca ingressa em um nôvo estágio de seu desenvolvimento.

Isso diz respeito, em primeiro lugar, à sua expansão, em termos geográficos, e ao impressionante incremento de volume dos negócios mercantis. No início do século atual, simultaneamente com o adensamento do comércio no centro da Cidade, começam a proliferar as casas comerciais, rumo à zona Sul até Botafogo para, sem demora, irromperem por Copacabana, enquanto na zona Norte, acompanhando as vias férreas, atingem e ultrapassam o Méier, além de mostrar-se presentes nas áreas rurais.

A expansão do comércio se faz na razão direta do incremento da população do Distrito Federal. Em verdade, êsses foram anos de uma autêntica explosão demográfica: em pouco mais de 30 anos, a saber, no período transcorrido de 1872 a 1906, a população carioca saltou de 274 972 para 811 443 habitantes. Mais de meio milhão de consumidores, portanto, num intervalo de três décadas apenas, incorporaram-se ao mercado, apresentando-lhe exigências e propondo-lhe estímulos sem precedentes. Assinale-se, para acentuar o sentido dinâmico dêsse acréscimo populacional, a circunstância de que êle implica o reforçamento sobretudo do contingente urbano e só em mínimas percentagens o crescimento dos núcleos rurais.

As transformações por que passou o comércio carioca, nesse momento de sua história, não se referem somente ao seu crescimento físico, mas à sua própria composição. Já não estamos diante de um comércio que dependa para tudo dos mercados externos, um comércio meramente de importações, como acontecia quando as ruas Direita e do Ouvidor se abarrotavam de mercadorias, tôdas de procedência estrangeira. Agora, começava o Rio a ser um centro industrial — o mais poderoso do País — e suas manufaturas já podiam atender, até certo ponto e numa série de ramos, a demanda de bens de consumo. O Censo Industrial de 1907 testemunha a existência, na Capital Federal, de 652 estabelecimentos fabris, com uma produção avaliada em 221 mil contos de réis, representando 33% da produção total do País, a maior parte dela comercializada no próprio Rio. Nessa época, ocupando o segundo lugar na Federação, São Paulo possuía 314 fábricas, produzindo 118 mil contos de réis, isto é, 16,6% do total nacional. Essas são as principais características, nos seus primeiros instantes, da etapa atual, que chamamos de florescimento autônomo.

Ainda na primeira década do nosso século, dois fatos da história da Cidade merecem ser salientados pelo que passaram a representar para a vida do comércio carioca. Refiro-me à abertura da Avenida Central (que em 1912 ganhou a denominação de Avenida Rio Branco) e à construção do Pôrto do Rio de Janeiro — duas das grandiosas obras que marcaram a administração do Prefeito Pereira Passos.

A construção da Avenida Central, com os seus 1 800 metros de extensão e 33 de largura, assinala e simboliza a revolução urbanística que libertou o comércio das ruelas que, se encantavam os fluminenses das décadas de 20 e 30 do século passado, passaram a constituir, com os incessantes surtos demográficos, intoleráveis pontos de estrangulamento da economia e da vida urbana da Capital da República. Construída no curtíssimo prazo de 14 meses, sob a direção do notável Engenheiro PAULO DE FRONTIN, impôs-se a Avenida como o ponto de referência obrigatório da Cidade. Nela se ergueram as maiores lojas e mais famosas confeitarias do Rio, emprestando novos ares de beleza e progresso à paisagem carioca.

O nôvo Pôrto, obra do Engenheiro FRANCISCO BICALHO, construído numa extensão de 3,5 quilômetros e equipado com 52 guindastes elétricos, teve para a economia da Capital uma significação que dispensa comentários. É bastante lembrar a freqüência com que, antes dêle, dadas as precárias instalações portuárias existentes, mercadorias procedentes do estrangeiro a êle destinadas permaneciam expostas à ação corrosiva do tempo, ocasionando prejuízos ao comércio e aos consumidores.

Em nosso século, experimentou o comércio carioca — como, de resto, o de todo o País — dois momentos especialmente difíceis: os anos tormentosos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais. As correntes de intercâmbio com o exterior sofreram uma queda vertical, quando não se interromperam por completo. Os estoques em pouco se esvaíam, sem possibilidade de reposição normal. O crédito comprimiu-se, naturalmente. E a ação inescrupulosa dos especuladores, marginais do verdadeiro comércio, influía para que certos setores da população formassem uma idéia distorcida do negociante — e do comércio, como instituição.

É inquestionável que, nessas difíceis emergências enfrentadas pela população carioca — e brasileira — o comércio, superando todo tipo de obstáculos, deu o seu generoso concurso ao esforço comum.

Concurso, por sinal, recompensado, uma vez que às lutas e sacrifícios decorrentes das duas conflagrações seguiram-se períodos de ampliação contínua dos negócios, nos quais se exprimiam os novos estímulos dos processos simultâneos de industrialização e urbanização, característicos dos dois períodos de após-guerra.

Hoje, quando o estágio do florescimento autônomo atinge o seu ponto culminante, o comércio carioca é um vasto e complexo sistema formado por cerca de 70 mil estabelecimentos, com predominância — cerca de 50 mil — das casas de varejo. Incumbe-se o comércio carioca da distribuição dos produtos provenientes dos 6 mil estabelecimentos industriais da própria Guanabara, mas também os procedentes de praticamente todos os pontos do País, assim como de dezenas de praças estrangeiras que intercambiam com o Brasil.

O mercado consumidor da Guanabara — o de maior concentração demográfica do País, com uma taxa de quase 3 mil habitantes por quilômetro quadrado — chega hoje, desde que nêle se incluíam as chamadas cidades — dormitório, isto é, o Grande Rio, a 4,5 milhões de pessoas. As vendas realizadas nesse mercado foram, em 1964, superiores a Cr\$ 3,2 trilhões, contra menos de Cr\$ 400 bilhões em 1960, apresentando um índice de crescimento, em valores deflacionados, de mais de 5% no período.

Tendo perdido para S. Paulo, na última década do século XIX, a hegemonia do comércio exterior e, neste século, a da produção industrial, conserva o Rio, entretanto, o primeiro pósto como mercado financeiro. O vulto dos negócios realizada em sua Bôlsa de Valores não encontra paralelo no País: O movimento registrado na Bôlsa paulista corresponde aproximadamente a 20% do movimento registrado na Bôlsa carioca.

No que se refere à contribuição da Guanabara, sob a forma de impostos, para a receita orçamentária do Estado e da União, a soma atingida em 1964 foi de Cr\$ 450 bilhões, em números redondos, cabendo à União Cr\$ 240 bilhões e ao Estado Cr\$ 210 bilhões. Estudo recente promovido pela Federação das Indústrias da Guanabara revela que, nos últimos anos, se acentua sensivelmente a carga tributária que recai sôbre os cariocas. Assim, enquanto a contribuição *per capita* era, em 1959, de Cr\$ 18 063, representando 2,53 vezes o salário mínimo regional, em 1964 ascendia a Cr\$ 119 893, ou seja, mais de 3 vezes o salário mínimo. Para o ano corrente, a estimativa é de uma carga tributária *per capita* de Cr\$ 162 145. Entre os tributos estaduais avanta-se o Impôsto de Vendas e Consignaões, com uma arrecadação de Cr\$ 161,5 bilhões em 1964. E entre os impostos federais aparece em primeiro plano o de Consumo, com um recolhimento de Cr\$ 104,1 bilhões — um pouco acima do Impôsto Sôbre a Renda.

O comércio da Guanabara cumpre rigorosamente suas elevadas funções, enunciadas na perfeita definição formulada pelo Ministro DANIEL FARACO: “A comercialização consiste, precisamente, em acrescentar, aos bens fisicamente produzidos, as circunstâncias de lugar, de tempo e de forma que os tornam acessíveis aos consumidores. É um serviço essencial, na mais rigorosa acepção do termo, serviço que deve ser produzido em quantidade e qualidade adequadas, para tornar possível o aproveitamento da capacidade produtiva da agricultura e da indústria”.

Através de sua história, o comércio carioca comprova que tem sabido cumprir a sua alta destinação. E hoje, em sua plena maturidade, pode legitimamente orgulhar-se das dimensões que alcançou, dos superiores padrões em obediência aos quais desenvolve as suas atividades e da contribuição que presta ao progresso da Guanabara e do País e ao bem-estar dos brasileiros.

* * *

Proposição de uma nova divisão política do Brasil

J. C. PEDRO GRANDE
do Conselho Nacional de Geografia

Sob esta sugestiva epígrafe lemos na revista "O Cruzeiro", de 17 de outubro de 1964, a proposta de nova divisão política do Brasil, pelo padre marista PAULO EGÍDIO DE AZEVEDO, abalizado professor de literatura, história e geografia.

Interessou-nos o assunto, pois em 1938, quando pertencente ao quadro da Estatística Territorial (célula mater do Conselho Nacional de Geografia), da Estatística da Produção, Ministério da Agricultura, recebemos do saudoso mestre M. A. TEIXEIRA DE FREITAS a incumbência de estudar uma divisão territorial, modificando o chamado plano Segadas Viana. Voltaremos ao assunto mais adiante.

Pelo que, em seus "Subsídios para uma nova divisão política do Brasil", *in Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Ano XXII, n.º 2, abril a junho de 1960, lembram os professores ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA e IGNEZ AMELIA L. TEIXEIRA GUERRA, a divisão das terras de Santa Cruz que, em 1534, de quinze, aumentou até 1821, para dezenove capitanias, daí em diante denominadas províncias, deu nesse desenvolvimento histórico, áreas bem desiguais. Ressaltava a necessidade de uma redivisão mais adequada das unidades administrativas do país. O grande ANDRADA, ANTÔNIO CARLOS, foi o primeiro a propor uma divisão territorial nova, racional, baseada no molde francês, de departamentos, prefeituras, subprefeituras e comunas.

Outro ensaio de divisão política, em 22 províncias, apresenta-nos em 1849, FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, visconde de Pôrto Seguro. Nessa tentativa de redivisão do Brasil aparece o atual estado do Rio Grande do Sul compreendendo um distrito militar e a própria província de São Pedro. Mostram aproximadamente a mesma configuração dos atuais estados respectivos, as províncias de Santa Catarina, Curitiba (que pouco depois seria a província do Paraná), São Paulo, São Sebastião (hoje Rio de Janeiro), Campanha (hoje Espírito Santo), Minas (a Minas Gerais de hoje), São Salvador (hoje Bahia), Pernambuco, Piauí, São Luiz do Maranhão (hoje Maranhão) e Goiás. A da Barra do São Francisco abrangeria os atuais estados (é verdade "mirins") de Sergipe e Alagoas e Jaguaribe, os atuais estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em conjunto. Do contorno aproximado do atual estado do Pará separava-se a província do Nôvo Piauí, ocupando o espaço do atual território do Amapá. No mesmo plano, vemos o atual estado do Amazonas fragmentado nas províncias do Rio Negro, Centro Amazonas e Madeira (êste compreenderia também o vão do atual território de Rondônia e do atual Acre. Finalmente, o atual estado de Mato Grosso aparece dividido entre a enorme província do Paraguai-Xingu ao norte e a do Alto Paraná, ao sul. Embora com uma leve tendência para a equiárea ("Jaguaribe" = Ceará + Rio Grande do Norte + Paraíba de hoje; "Barra do São Francisco" = Alagoas + Sergipe atuais), persistem juntamente das "províncias" pouco extensas do "São Sebastião" e "Campanha", unidades com grande extensão territorial, como São Salvador, Minas, Goiás, Paraguai-Xingu, Pará (êste, no entanto, menor que o atual estado homônimo), Madeira e Rio Negro.

Mal se reconhecem as atuais unidades federadas na divisão territorial proposta por FAUSTO DE SOUZA, em 1880, em quarenta províncias, na qual se percebe a tendência de conservar as áreas de pequenas unidades, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte, e mesmo ampliá-las (Alagoas, Sergipe, Pernambuco), mas reduzir as superfícies de unidades maiores, como

Bahia, de cujo território atual sairiam: Ilhéus, Pôrto Seguro, São Francisco; o Maranhão que perderia o Turi-Açu e ajudaria o Piauí a formar a província de Uruçuí; o Pará, reduzido a área relativamente pequena, cederia superfícies para criar as províncias de Pinsônia, Xingu e Tapajós e parte da do Amazonas; este estado seria fracionado nas províncias do Amazonas, Rio Negro, Japurá, Solimões e Madeira; o atual estado de Mato Grosso resultaria numa província bem menor, cedidas superfícies para a formação das províncias de Diamantina, Araguaia e Amambá; Goiás compartilharia sua extensa área com a província do Tocantins, ao norte; Minas Gerais, além de ajudar a perfazer as províncias de Ilhéus e Pôrto Seguro, cederia ainda território para formar as províncias de Paracatu e de Minas do Sul; de São Paulo sairia a província do Tietê. Santa Catarina aumentaria a expensas do atual Paraná, e o Rio Grande do Sul de hoje seria novamente dividido em duas províncias: desta vez, as do Uruguai (faria confusão com o nome do país vizinho) e São Pedro do Sul. Acentuou-se a tendência de fracionar o país, que de 22 passaria a 40 províncias. — Outras propostas de redivisão do território nacional houve, com bases das unidades em limites naturais e equivalência territorial, rejeitadas tôdas pelo decreto de junho de 1890, do govêrno provisório que determina que “as províncias passam a estados, êstes com a faculdade de incorporar-se, subdividir-se ou desmembrar-se”.

A partir da revolução de 1930, reviveu com maior ímpeto a idéia de mais adequada divisão política do país. Entre outros planos merecem especial menção os do professor EVERARDO BACKEUSER (“estados equipotentes em eficiência política e equivalentes em superfície territorial”); JUAREZ TÁVORA (32 unidades não equivalentes em área, ao que parece, com limites naturais na maioria); ARY MACHADO GUIMARÃES (divisão equiárea em 35 departamentos de pouco mais de 240 mil km², limitados por acidentes geográficos); é notável êsse plano pela idealização da capital do país, “D. Pedro II”, no interior, aproximadamente no local da atual federal, e com diretrizes ferroviárias. SUD MENNUCU apresentou uma divisão um tanto artificial — 7 estados, 5 províncias, e o restante em territórios. Por fim, temos a lembrar dessa época, em 1933, o plano do então major JOÃO SEGADAS VIANA, que projetava 70 unidades. Êsse plano, embora com seu fracionamento algo excessivo, é verdade que aproximado à equiárea das unidades, tinha algumas idéias excelentes: a subdivisão do Acre (a subsistir em outra localização) pelas bacias do Juruá e Purus, dada a dificuldade de intercomunicação das duas bacias em que se localiza a área do atual estado do Acre; o encontro dos limites do projetado Distrito Federal em tórno de Belo Horizonte, perderia tôda a sua parte noroeste, oeste e o Triângulo Mineiro, para formar o estado do Paranaíba, com a sede a estabelecer em Patrocínio, e cederia também extensa área que, com o atual estado do Espírito Santo e o extremo sul da Bahia, constituirá o estado do Mucuri de que a capital seria Teófilo Otôni. — A pequena parte restante de Minas absorveria o atual estado do Rio e o da Guanabara, e seria o estado de Minas Gerais, com a capital Guanabara, o nosso Rio quatrocentão. — A Bahia subsistiria, privada de seu extremo sul e do seu norte que faria parte do nôvo estado de São Francisco. — Goiás, com sua capital em Goiânia (já então existia) cederia o seu norte todo para formar o estado do Tocantins, com sede prevista em Pedro Afonso. — O atual estado do Pará, com sua capital em Belém, cederia ao norte do rio Amazonas área para criar os territórios do Araguari (rio mais central do território que seria mais extenso que o atual Amapá) com sede em Macapá e ainda Tumucumaque (com sede em Óbidos) que completaria sua área com uma faixa desmembrada do atual Amazonas; ao sul do rio-mar surgiriam os territórios do Xingu (sede prevista em Altamira) e Tapajós (sede em Santarém). — Não existindo então o território de Roraima, formaria o território mencionado a parte do próprio estado, o do Amazonas, que manteria Manaus como capital. — Originar-se-iam do Amazonas os territórios de Rio Negro (sede em São Gabriel, hoje Uaupés); Solimões (sede, Jutai); Purus (sede em Tefé); e Madeira (sede em Borba). Também seria aumentada, a expensas do Amazonas, o atual estado do Acre, então território do Acre que

passaria à categoria de estado, com a nova sede em Seabra, hoje Tarauacá. — Por fim, Mato Grosso continuaria com sua capital em Cuiabá, mas desfalcada das superfícies para a criação dos territórios de Mamoré (capital, Santo Antônio, antecessora de Pôrto Velho), com o contôrno algo maior que o do atual território de Rondônia; a sudoeste, o território de Guaporé, com sede em Cáceres, e ao sul, o de Rio Pardo (sede prevista, Campo Grande), com o seu contôrno bem maior que o do extinto território de Ponta-Porã; ao nordeste, separar-se-ia o território do Araguaia, com sede prevista em Carajás, nas proximidades de São Félix do Araguaia.

O fato de a Carta do Brasil, naquela época, ter-se ressentido da existência de vastas regiões imperfeitamente cartografadas, aconselhou-nos a empregar algumas poucas linhas geodésicas para limites entre as unidades a criar. E, quanto aos limites naturais, achamos de bom aviso dar preferência aos rios e não aos divisores de bacias hidrográficas, pois êstes, então, eram muito menos conhecidos que o curso dos rios principais. Todo o país ficaria dividido, além do Distrito Federal, então projetado, em 19 estados e 10 territórios; dêstes, sete formariam uma cinta de territórios subordinados à jurisdição federal, desde o Iguaçu até o Oceano Atlântico, acompanhando os limites terrestres do país.

A nova divisão política do Brasil, proposta pelos professores ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA e IGNEZ AMELIA L. TEIXEIRA GUERRA, tem, parece-nos, entre os seus méritos, o de manter com os seus limites atuais, onze estados, três territórios e o atual Distrito Federal, ao todo, 15 unidades, estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; territórios: Rondônia, Roraima e Amapá; e o Distrito Federal atual. Diminuem de extensão ou são fracionados os atuais estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia, Piauí, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Pará. São 16 os novos territórios propostos: Alto Parnaíba, Alto Tapajós, Alto Xingu, Araguaia, Barreiras, Gurupi, Japurá, Javari, Juruá, Monte Alegre, Trombetas, Purus, Rio Negro e Tocantins; sugere o restabelecimento de dois ex-territórios: Ponta-Porã e Iguaçu e a eliminação do atual estado do Acre, a ser absorvido parte pelo território do Purus, parte pelo do Juruá. Efetivamente, justifica-se essa última sugestão pela razão que expusemos linhas acima.

Contamos também entre os méritos da divisão proposta a predominância de divisores de bacias hidrográficas para limites das novas unidades; reduzem-se apenas a poucas às geodésicas sugeridas que talvez pudessem ser evitadas. A maioria dos autores no assunto dão preferência ao *divortium aquarum* como linha divisória natural, acrescentando, embora em menor escala, grandes rios que permitam navegação, via de transporte uma única vez.

Parece-nos, igualmente, bastante feliz a escolha, nem sempre fácil, das capitais previstas: Monte Alegre (para o território homônimo), à margem do Amazonas, grande rio perfeitamente praticável mesmo para transatlânticos, e pela mesma razão, Oriximiná, que seria sede do Território de Trombetas; Uaupés (do projetado território do Rio Negro), a antiga São Gabriel, que o plano TEIXEIRA DE FREITAS ideara para proposto território com a mesma denominação.

Quanto aos territórios do Javari e Juruá, temos a sugerir a seguinte modificação: sendo o projetado território de Japurá de área menor (77 250 km²); ao passo que o do Javari teria 204 925 km² e desde que os dois territórios teriam como parte de seu limite o rio Solimões (Amazonas), valeria adjudicar ao do Japurá a área à margem esquerda do Solimões até o limite da Colômbia, cabendo assim, escolher para sua capital, Maraã, à margem do rio Japurá, ou Santo Antônio do Içá, à confluência do rio Içá com o Solimões. Para sede administrativa do território do Javari teríamos a sugerir Benjamin Constant que, prescindindo dos senões, se localiza próximo da referida trijunção de limites. A escolha de Eirunepé, localidade de reduzida população, para capital do projetado território do Juruá (êste nos parece excessivamente extenso, cêrca de

1 200 km por, às vezes, 80 km de largura) justifica-se por sua localização quase ao meio desse comprimento, à foz do rio Tarauacá no rio Juruá, o principal eixo de navegação. — É razoável que o projetado território do Purus, de superfície um tanto avultada, tenha como capital Rio Branco, no traçado da BR-29, parte integrante da variante Lima-Brasília, da rodovia pan-americana. — Não obstante a excentricidade de sua posição, justifica-se a escolha de Borba para capital do proposto território de Aripuana, pois a sua situação à margem do rio Madeira permite-lhe facilidade de transporte fluvial; por outro lado, não contém o ideado território outra cidade mais apropriada. Essa absoluta falta de alternativa também justifica a escolha de Itaituba e Altamira, para capitais, respectivamente, dos projetados territórios do Alto Tapajós e Alto Xingu. — Quanto à superfície destes, não abrangeriam a parte meridional (superior) das bacias dos respectivos rios; justificam os autores dessa determinação com o fato de ter essa parte das referidas bacias mais fácil acesso e ligação com Cuiabá, o que deixa de lado um limite natural (um tanto impreciso) que seria a chapada dos Parecis; no entanto, é tão inóspita, tão despovoada essa região que, porém, já vem sendo objeto de planos e tentativas de povoamento, — entre Diamantino (mais ao norte que Cuiabá) e Altamira medeiam 1 220 km em linha reta e entre Itaituba e Diamantino, 1 120 km — que nos faz sugerir a uma linha divisória ainda mais ao norte, talvez próxima do atual limite geodésico Mato Grosso-Pará, atribuindo, assim, maior superfície ao estado de Mato Grosso, e reduzindo as áreas dos projetados territórios de Alto Xingu e Alto Tapajós, que nos parecem avultadas. — Quanto ao território de Parecis, do plano em análise, parece-nos dispensável a sua criação: Cáceres, a sua capital projetada, dista de Cuiabá pouco mais de 200 km, ao passo que a distância aos seus extremos noroeste e norte é de 430 a 650 km. Daí se depreende a sua forte excentricidade. Demais, a construção da rodovia Cuiabá-Cáceres-Mato Grosso tornará dentro em pouco acessível a parte sul do projetado território, entretanto, sem ligação com a BR-29, acima referida em construção, que com seu traçado bem mais ao norte se aproxima muito mais do meio do território do plano TEIXEIRA GUERRA. Dessarte, Cáceres embora com início de colonização recente, não se presta tão bem para ser sede administrativa, ao passo que Cuiabá, em cuja imediata zona de expansão se colocaria "Parecis", pode tanto colonizar toda a faixa Cáceres-Mato Grosso como ainda promover, pela BR-29, o desenvolvimento do restante território planejado, cujos extremos são alcançados com 520 a 650 km.

Com respeito ao projetado território do Gurupi, poderia ser justificável a sua criação que, com a existência de um governo territorial — embora com uma capital tão excêntrica, com a distância de 500 km à sua extremidade — se poderia coibir o contrabando de ouro que, ao menos há pouco mais de um decênio ali se praticava. Entretanto, parece-nos bastante exígua a sua superfície, de pouco mais de 50 000 km², com uma largura média de 100 km. Distariam os seus pontos extremos, de São Luiz, respectivamente, 230 e 460 km, e de Belém, 250 e 500 km, em linha reta, bastante perto de cada uma das capitais vizinhas, ao que acresce que, do lado paraense, a complementação da rodovia BR-14 e a construção da BR-22, e do lado maranhense, a construção da mesma BR-22, tornarão essa faixa de terras de fácil alcance das duas cidades mencionadas. Daí se conclui ser dispensável a criação do território do Gurupi, do plano TEIXEIRA GUERRA.

Creemos bem escolhida Conceição do Araguaia para capital do projetado território do Araguaia, já que é difícil haver alternativa; entretanto, parece-nos que o limite sul desse território deveria retrair-se um tanto para o norte, dada a manifesta e efetiva ligação com Goiânia e sobretudo, com Anápolis, contrariamente à difícil e mesmo inexistente comunicação por parte de Conceição do Araguaia. — Julgamos bastante acertada a configuração geral do projetado território do Tocantins (cuja criação é preconizada pelos planos de divisão FAUSTO DE SOUZA (1880) Major JOÃO SEGADAS VIANA (1933) e ultimamente, Irmão PAULO EGÍDIO DE AZEVEDO (1964), sem esquecer que o plano TEIXEIRA DE FREITAS o adota;

nem tampouco poderia ser mais feliz a escolha de Carolina para sua capital; talvez convenha uma ligeira modificação, substituindo por acidentes seu limite geodésico com Goiás. — Com referência ao proposto território do Alto Parnaíba, a sua criação com terras dos extremos sul maranhense e sudoeste do Piauí proporcionaria uma benéfica ação governamental mais imediata a êsse trecho de terras, distante mais de 600 km de Teresina e 750 km de São Luís. Entretanto, a localização de Carolina, sem pronunciado divisor de águas a dificultar a comunicação terrestre, permitiria absorver a área destinada a êsse território pelo de Tocantins, formando assim uma unidade com superfície nada excessiva.

Se há um território cuja proposta de criação se justifica é o de Barreiras (se bem que, ultimamente, o estado da Bahia tenha criado um bom número de municípios ali). Muito distante de Salvador, sem fáceis vias terrestres, conviria que êsse trecho de terras, à margem esquerda do rio São Francisco, constituísse uma nova unidade, com capital em Barreiras, sem dúvida.

Chegamos a falar em dois territórios cuja criação os AA. do plano em foco não recomendam expressamente, mas tampouco a rejeitam. Trata-se dos ex-territórios de Ponta-Porã e Iguaçu, cuja volta a essa categoria aprovam tácitamente, pois constam êles no plano geral apresentado. Esta servia na época de sua criação a fins de defesa em uma zona então fracamente povoada e escassamente desenvolvida: uma extensa "cortina de matas". Hoje não se justifica a sua criação renovada, pois tôda a sua antiga área foi avassalada pela onda pioneira que não parou senão nos limites com a Argentina e o Paraguai. Isso, quanto ao território do Iguaçu.

Quanto ao ex-território de Ponta Parã, mais de doze anos atrás, no artigo "Cuiabá versus Campo Grande", in *Diário de Notícias*, 6 de julho de 1952, tivemos ensejo de discordar de sua criação, propondo ao invés, a criação de um estado, talvez a denominar-se "Rio Pardo" (êste nome foi lembrado no plano TEIXEIRA DE FREITAS, em 1938), que teria cêrca de 280 000 km² e como capital, Campo Grande. O território restante ao norte seria o estado de Mato Grosso, com sua tradicional, embora não primitiva, capital em Cuiabá, e suscetível de ceder área para criar mais um território de vastas proporções — muito chão e pouca gente.

No ardor da batalha esquecemo-nos de sugerir uma pequena modificação, a nosso ver importante para quem a aproveitaria: a cessão de Tutóia, com pôrto e terras adjacentes, do Maranhão que nem tanto dêle necessita, ao Piauí, quase privado de saída para o mar. Trata-se de um pormenor já lembrado no plano TEIXEIRA DE FREITAS e que já então teve carinhosa acolhida, de parte a parte.

Passando agora a analisar o plano de divisão política do Brasil, apresentando pelo Irmão PAULO EGÍDIO DE AZEVEDO, temos a esclarecer, antes de tudo, que a circunstância de faltar-nos o plano original não nos permitiu a desejável precisão no apreciar os limites que, felizmente, ao que parece, se constituem em grande, parte, de cursos d'água. Mantém êsse plano, com seu âmbito atual, os territórios nacionais do Amapá, Roraima e Rondônia, e os estados do Acre, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. As demais unidades existentes deveriam sofrer alterações, de insignificante a incisivas. Assim, o atual estado do Pará (capital Belém) ficaria restrito à margem meridional do Amazonas, à margem direita do rio Xingu e aos talvegues dos rios Fresco e Ponte, daí pelo Inajá à margem esquerda do rio Araguaia. — Tôda a margem direita do rio Amazonas seria do território projetado de Santarém, entre o rio Xingu e o atual limite Pará-Amazonas, pelo rio Tapajós a montante até a confluência Juruena-Teles Pires, por êste e o rio Cururu à sua nascente, desta e por um afluente do rio Jamanxim a desembocar neste, a oeste da cachoeira do Cantagalo no rio Curuá, dessa cachoeira atravessando o rio Iriri à nascente do rio Triunfo e por êste à sua foz no rio Xingu, restando ao sul desta última poligonal (Cururu-Triunfo) território atualmente paraense, a fazer parte do projetado território do Xingu. — À margem setentrional do rio Amazonas, entre os rios Jari e Trombetas-Mapuera, ficaria o projetado território do Acaará (capital proposta,

provavelmente em Monte Alegre). As restantes terras paraenses entre os rios Trombetas-Mapuera e Nhamundá fariam parte do estado do Amazonas (capital, Manaus) que se limitaria por uma geodésica, da foz do rio Janaperi no rio Negro, ao rio Amazonas, na ponta superior da ilha Grande da Botija, e ao sul por outra geodésica, daí ao rio Madeira, a jusante da cidade de Manicoré, e por mais outra geodésica à confluência dos rios Camaia e Sucundari, por este a montante até fronteiro a Miriti, procurando em seguida a margem esquerda do rio Tapajós, no comêço da cachoeira do Chacorão. Do restante território atualmente amazonense formar-se-iam: 1) o território do Rio Negro, a oeste da geodésica foz do Janaperi — ponta superior da ilha Grande da Botija, pelo rio Solimões (Amazonas) a montante, até o paraná Aranapu, por esse ao rio Japurá, daí procurando o divisor de guas Japurá-Negro que segue até frente à nascente do rio Ueiuxi, por este ao rio Negro, pelo mesmo a montante até a foz do Canaburi que segue a montante até o limite Brasil-Venezuela; 2) o território do Japurá, do paraná Aranapu, no rio Amazonas (Solimões), por este a montante, até o limite com a Colômbia; 3) o território do Javari, a partir da foz do rio Jutai, pelo divisor de guas Jutai-Juruá, até o paralelo de Carauari; daí à margem esquerda do rio Juruá, a jusante de Imperatriz, pelo rio Juruá a montante, até a foz do rio Tarauacá e por este e o rio Envira a montante até o limite com o Acre; 4) o território do Juruá, desde a poligonal foz do Jutai — rio Envira, pelo rio Solimões (Amazonas) a jusante, até a ponta superior da ilha Grande da Botija, daí ao lago Mameri e por este e seu principal alimentador até sua nascente, procurando daí a foz do rio Tapau no rio Purus; pelo Tapau e o Pinhu até a nascente dêste, por águas vertentes  foz do rio Mameri no rio Purus; por este a montante, até o limite com o Acre; 5) o território do Purus, a leste da poligonal Purus — ponta da ilha Grande da Botija, pela geodésica Ilha Grande da Botija — rio Madeira, por este a montante até o limite com Rondônia; 6) o restante do território amazonense faria parte do território do Madeira, a inteirar-se com terras atualmente matogrossenses, abrangendo a leste do rio Madeira, pela poligonal rio Madeira-Sucunduri-cachoeira do Chacorão, o rio Tapajós, seu formador Teles Pires, até a foz do Paranaiba, por este até sua nascente, daí  junção Teles Pires-Tapaina, por águas vertentes a um afluente da direita do ribeirio Mestre Falcão, por este abaixo ao rio Arinos, descendo por este até desaguar no rio Juruena, por este a montante até a foz do rio do Sangue, daí  cachoeira Perdidos, no rio Tenente Marques, limite com Rondônia. Do território do atual estado de Mato Grosso surgiram, além da parte a incorporar-se ao território do Madeira, outra  do mencionado território do Xingu, cujos limites meridionais seriam da foz do rio Tapaina no rio Teles Pires, por este a montante até a cachoeira Aquibi, daí  junção dos principais formadores do Manitsau-Miu, por este  jusante até a barra do rio Arraias, daí rumo sul  foz de um afluente da margem esquerda do rio Xingu, por este a montante até frente do Pôrto dos Meinacos, procurando daí, alcançar a foz do rio das Mortes no rio Araguaia; ao sul, o projetado estado de Cuiabá, a leste pelo rio Ronuro, desde a foz até sua nascente, por águas vertentes e atravessando o rio das Mortes até as alturas de Poxoreu, por linha indefinida, deixando ao sul Poxoreu e Rondonópolis e a oeste, incluindo, Barão de Melgaço e Poconé, a terminar  nascente da corixa do Destacamento, no limite Brasil-Bolívia; mais ao sul, o autor projeta o estado de Corumbá que, a leste pelo divisor de guas Paraguai-Araguaia, desde as alturas de Poxoreu até a nascente do Araguaia, alcançaria a linha férrea da Noroeste do Brasil, entre Três Lagoas e Pôrto Esperança, e pelo rio Paraguai, até o limite com a Bolívia, vindo a situar-se ao sul do atual estado de Mato Grosso, o projetado território de Sete Quedas; a parte restante do atual Mato Grosso (região leste-nordeste) formaria o território do Araguaia, a ser completado com terras atualmente goianas, a partir da nascente do rio Araguaia, que deixaria por uma linha não definida, ao norte (incorporando) Mineiros, Caiapônia, Goiás, e ao sul, Jatai, Aurilndia, Firminpolis, Anicuns, Jaraguá e Pirenópolis, a findar no

canto sudoeste do Distrito Federal, pelo limite ocidental dêste até seu canto noroeste; daí em rumo noroeste ao rio Maranhão, por êste a jusante, até sua confluência com o rio das Almas; daí, por linha indefinida, incluindo Uruaçu e São Miguel do Araguaia, até a ponta sul da ilha do Bananal. — De território goiano seria formado também o proposto Parque Nacional (da Ilha do Bananal), cujas terras seriam incluídas ao território do Araguaia, e seriam desmembradas terras que, com outras, desmembradas dos atuais estados da Bahia e Minas Gerais, formariam o estado de Santa Maria, a ficar contida da poligonal canto noroeste do Distrito Federal—ponta sul da ilha do Bananal, pelo braço menor do Araguaia (rio Javaés) até o grau 12 de latitude sul, por êste paralelo até alcançar o rio Grande, ao norte de Barreiras; pelo rio Grande, Cocos e do Brejo Velho ao rio São Francisco; por êste a montante, até a foz do rio Urucuia e por êste até a foz do São Miguel, por êste último até sua nascente e ao atual limite Minas Goiás, e por êste até atingir o limite do Distrito Federal. A restante parte norte do atual estado de Goiás formaria o território do Tocantins que incluiria terras atualmente baianas a oeste da futura rodovia Brasília-Fortaleza, excluía a zona de Mansidão. O restante das terras goianas ao sul da poligonal nascente do Araguaia-Distrito Federal formaria o estado de Goiás (capital, Goiânia), que seria completado com terras atualmente mineiras, por uma poligonal a partir da margem direita do rio Grande (curso superior do Paraná), por linha indefinida à nascente do rio Abaeté, por êste a jusante até sua barra no rio São Francisco, e por êste abaixo até a foz do rio Urucuia. — Entre os atuais estados a sofrerem desmembramento figura no plano do Padre Egídio a Bahia que, além dos tratos de terras a ceder aos projetados territórios do Tocantins e estado de Santa Maria, cederia também ao estado de Sergipe, ao norte da poligonal a partir da embocadura do rio Itapicuru, por êste e o rio Massacará a montante até a nascente dêste, daí por divisores de águas até próximo de Juazeiro; o próprio estado da Bahia ficaria restrito, a oeste pela poligonal Mansidão-Barreiras e ao sul, rio Grande-Cocos-Brejo Velho-São Francisco a foz do rio Onofre-Seabra-Paraguaçu-Maracás (excluía)-Jaguaquara-rio Jequié; formar-se-ia ao sul da linha Onofre-Jequié e a leste do rio São Francisco, o estado de São Francisco, que abrangeria todo o território baiano ao sul, até o rio Jequitinhonha. O extremo sul da Bahia até aproximadamente a ponta da Baleia e o traçado da E. F. Bahia a Minas faria parte do projetado estado de Santa Cruz, que seria completado com terras atualmente mineiras, ao norte de uma poligonal incluindo Umburaninha e Águas Formosas até Itinga, à margem do rio Jequitinhonha, por êste a montante até defrontar a nascente do rio Jequitai, por êste abaixo até sua barra no rio São Francisco e por êste a jusante, até o atual limite Bahia-Minas Gerais. Além das cessões acima referidas, projetados estados de Goiás, Santa Cruz e Santa Maria, o estado de Minas Gerais sofreria a cessão de território ao estado do Espírito Santo, por poligonal não definível, a partir da ponta oeste da ex-zona litigiosa ES-MG, deixando à direita, incluindo, Itambacuri e Minas Novas, e excluindo Capelinha, ao rio Jequitinhonha, e por êste abaixo até perto de Itinga. O próprio estado de Minas Gerais ficaria, de acôrdo com o plano Irmão Egídio, contido pelos atuais limites do estado do Espírito Santo e as poligonais ponta oeste da ex-zona litigiosa até o Jequitinhonha e daí até a foz do rio Jequitai, no rio São Francisco, daí por êste ao rio das Velhas até perto de Várzea da Palma e, aproximadamente, pela E. F. Central do Brasil até Sete Lagoas, continuando por linha indefinível e pela BR-3, das alturas de Itabirito até perto de Três Rios, e abrangendo a parte oriental “norte” do atual estado do Rio de Janeiro, incluindo, parece-nos, Nova Friburgo, e Silva Jardim, e excluindo Três Rios, Teresópolis e Rio Bonito. O restante do território atualmente mineiro seria parte integrante do projetado estado da Guanabara que compreenderia também as terras atualmente fluminenses (o chamado “sul fluminense”) a oeste da poligonal Três Rios-Rio Bonito

e ainda as terras atualmente paulistas, deixando por uma poligonal que não conseguimos definir, à direita, incluindo, Parati, Pindamonhangaba e Campos do Jordão.

Vamos, agora, analisar o próprio plano Irmão Egídio, cujas unidades ficamos conhecendo nas linhas acima, quanto aos seus contornos, e comparar cada unidade proposta com a do plano TEIXEIRA GUERRA, analisado anteriormente.

Quanto ao projetado território do Acaraí, nada temos a objetar à sua configuração; apenas preferimos os propostos, por TEIXEIRA GUERRA, de Monte Alegre e Trombetas, porque a localização da capital do primeiro permite a necessária penetração econômica ao longo do rio Maicuru, não oferecendo, também, maiores dificuldades à do Paru d'Oeste, via Almeirim, e quanto ao de Trombetas, a localização de Oriximiná, sua capital proposta no plano TEIXEIRA GUERRA, possibilitaria a penetração do interior através dos rios Trombetas e Mapuera e seus afluentes; demais seu limite ocidental coincide com o do atual estado do Amazonas. Comparando o estado do Pará dos dois planos confrontados, temos a dizer que o do Irmão Egídio se apresenta mais "arredondado", com a maior distância, sempre em linha reta, de 850 km (Belém-foz do Inajá no rio Araguaia), ao passo que, pelo plano TEIXEIRA GUERRA, a maior distância da capital seria de 1 200 km (Belém-ponta ao norte da cachoeira do Chacorão) (ponta que se poderia eliminar por permuta entre o Pará e o Amazonas, reduzindo essa distância para 900 km, que, embora maior, poderia ser vencida com maior facilidade — navegação desimpedida — que no plano Irmão Egídio). A necessidade de deixar Altamira e Itaituba como capitais, respectivamente, do território do Alto Xingu e do Alto Tapajós, deu ao Pará, delimitado pelo plano TEIXEIRA GUERRA, na sua configuração irregular, que a criação de um estado de Santarém tornaria menos grotesca (Santarém-Belém, 700 km, Santarém-Manaus, 600 km); esse estado, projetado como território pelo Irmão Egídio, substituiria com alguma vantagem o proposto território do Alto Tapajós de TEIXEIRA GUERRA, entretanto, com uma desvantagem: a de estender a distância entre a capital prevista e o extremo sul (Santarém, grau 12) para cerca de 1 200 km de região inívia; o traçado pelo plano TEIXEIRA GUERRA justificaria o nome dado ao planejado território: Alto Tapajós. — Quanto ao território do Xingu (Irmão Egídio) e Alto Xingu (TEIXEIRA GUERRA), o deste plano apresenta-se (prescindindo-se do defeito apontado linhas acima) mais homogêneo como bacia hidrográfica, exceto seu limite sul, ao passo que o "Xingu" do Irmão Egídio seria realmente a parte central da região, de população mais rarefeita do país; nem sombra de uma localidade, que de pronto pudesse servir de capital, e com que meios de transporte senão, penosamente, com avião...?

Quanto aos estados do Amazonas dos dois planos em confronto, ocorre o mesmo que com o do Pará: o Irmão Egídio esboça um estado bastante "arredondado", embora algo reduzido em superfície, com seus pontos extremos medianamente afastados (máximo, Manaus-foz do Trombetas, 500 km), ao passo que o plano TEIXEIRA GUERRA projeta um estado com meio milhão de km², mas com maiores distâncias aos pontos extremos (máximo, Manaus-nascente do Repartimento, cerca de 900 km). O traçado das linhas de contorno do território do Rio Negro, pelo plano TEIXEIRA GUERRA, é evidentemente mais adequado porque contém melhor o objeto principal, o rio Negro, que o plano Irmão Egídio, que do rio Negro deixa muita coisa de fora para o território do Japurá. Quanto ao território do Javari, daríamos, feita a modificação apontada linhas atrás (limite com Japurá pelo Solimões) a preferência ao do plano TEIXEIRA GUERRA que não invade a bacia do Juruá, o que acontece no plano Irmão Egídio. Com respeito ao território do Juruá, dos dois territórios em confronto, o planejado por TEIXEIRA GUERRA mostra apenas o defeito de sua grande extensão (de um extremo ao outro, 1 150 km, da capital planejada à foz do Juruá, 650 km); entretanto, tem excelente eixo de penetração por via fluvial. Por outro lado, acaba com a desvantagem do Acre situado em duas bacias, de intercomunicação terrestre difícil até agora. Por sua vez, o "Juruá" do Irmão Egídio deixa todo

o curso superior do rio dêsse nome fora do território e, por outro lado, invade em extensão considerável a bacia do Purus. Quanto ao território dêsse nome, o do Irmão Egídio merece apenas parcialmente essa denominação, desde que descamba para a bacia do rio Madeira; o do plano TEIXEIRA GUERRA, embora não consiga abranger tôda a bacia do rio Purus, compreende-a mais completamente, inclusive a parte acreana. Eis a razão por que lembramos que se dê a êsse território o nome de Acre, e a categoria de estado, em substituição ao estado dêsse nome que desapareceria. Não passa de um conglomerado de trechos de bacias (Madeira-Juruena-Teles Pires) o território do Madeira, tal como planejado pelo Irmão Egídio (qual seria sua capital: Manicoré, evidentemente excêntrica, ou Aripuanã, no meio das selvas, sem vias de comunicação facilmente praticáveis). Mais viável nos parece seu "pendant" no plano TEIXEIRA GUERRA: o território do Aripuanã (bacias dos rios Aripuanã e Canumá) que, entretanto, nos parece ter o defeito de ter sua ponta norte a apenas 150 km da capital amazonense, e com quase 900 km de norte a sul; tem Borba, sua capital planejada, única cidade com capacidade de assumir essa função, a perto de 900 km de extensão máxima. — O plano TEIXEIRA GUERRA prevê a criação do território dos Parecis no qual se nos afigura menos acertado o limite leste a menos de 40 km da capital de Mato Grosso que quase dominaria o restante do estado (TEIXEIRA GUERRA não é explícito quanto ao ex-território de Ponta Porã). O plano Irmão Egídio, por sua vez, deixa espaço para um estado de Cuiabá e um território de Sete Quedas. Não nos parece acertada a configuração dada ao território do Araguaia pelo Irmão Egídio: por um lado tira de Mato Grosso uma zona na qual se vem desde há muito processando a atividade comercial e colonizadora de Cuiabá; por outro lado subtrai de Goiás, zonas em que o comércio e o esforço colonizador goianos afirmam seus direitos desde há muito. Ao que parece, o ilustre Irmão professor tinha em mira ver o território alcançar o Distrito Federal e depois voltar, satisfeito... Ainda mais: o território do Araguaia do Irmão Egídio abrange a bacia do seu nome apenas na sua parte sul, cabendo assim, com maior acêrto, essa denominação ao projetado por TEIXEIRA GUERRA. Quanto a êste, há a observar que quase tôda a sua parte à margem esquerda do rio Araguaia se tornou, através da BR-14 (Brasília-Belém) de fácil acesso a Goiânia e Anápolis ou Carolina, malgrado a grande distância dessas na sua parte central, o que recomendaria, a sustentar a criação do território pelo plano TEIXEIRA GUERRA, ter para capital, Araguacema. No plano Irmão Egídio, mereceria atenção a proposta criação do Parque Nacional da Ilha do Bananal, de limites naturais (sem esquecer de tornar efetiva a do Parque Nacional do Xingu). — Aplaudimos a projetada criação do território de Barreiras, com os limites planejados por TEIXEIRA GUERRA; efetivamente, o território assim abrangido achar-se-ia com fácil comunicação terrestre, em boa parte desde há muito ligado comercialmente a Barreiras, a planejada capital. — Implica essa nossa preferência na rejeição do projetado estado de Santa Maria do Irmão Egídio, com a capital ideada — Santa Maria da Vitória, muito descentralizada, de acesso algo fácil apenas pelo rio São Francisco; demais, na parte a ser desmembrada de Goiás, nada teria a contrapor ao comércio goiano, com suas ligações desde há muito estabelecidas, ainda mais com a construção da BR-14 e coadjuvado em parte pelo comércio da nova capital federal; implica também na eliminação da parte baiana do projetado território do Tocantins. Êste parece-nos mais viável com os limites do plano Irmão Egídio quanto ao rio Araguaia, mas mantidos os demais com o Maranhão e incluído o projetado território do Alto Parnaíba, com o estado do Piauí. Quanto à Bahia, o plano TEIXEIRA GUERRA, restringe-se ao desmembramento de suas terras à margem esquerda do rio São Francisco até a serra do Boqueirão. Concordamos com isso, pois apenas nessa parte, a Bahia não conseguiu ainda apreciáveis resultados colonizadores. — A faixa de terras baianas projetada no plano Irmão Egídio para aumentar a superfície do estado de Sergipe vem, desde há alguns anos, sendo desenvolvida pela Bahia; parece-nos que mais força econômica tem a Bahia que Sergipe para

desenvolver essa "terra ingrata". Pela mesma razão sentimos rejeitar, por nos parecer desnecessária, a criação do projetado estado de São Francisco (capital, Ilhéus ou Itabuna?) cujo território pode ser e vem sendo eficientemente administrado por Salvador. Ainda a mesma razão parece-nos prevalecer para rejeitarmos a projetada criação, no plano Irmão Egídio, do estado de Santa Cruz: na parte baiana (extremo sul baiano) vem se desenvolvendo animadoramente a cultura do cacau para o que contribui a construção acelerada do BR-5, para integrar à economia baiana êsse trecho extremo, antes de fato algo abandonado; na parte mineira, o prolongamento da linha da Central do Brasil até Monte Azul, o asfaltamento da BR-4 e o adensamento das demais rodovias, além da navegação fluvial no São Francisco tornam desnecessária essa criação.

Nenhuma alteração prevê, afinal, o plano TEIXEIRA GUERRA quanto ao âmbito dos estados do Espírito Santo (eliminada a zona litigiosa da serra dos Aimorés, com Minas Gerais), Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Quanto a êste último, dada a sua grande superfície, seria o caso de pensar no desmembramento e anexação ao território de Barreiras, da região entre os rios Carinhanha e Pardo (afluente do São Francisco). Entretanto, a ligação das suas cidades de Januária e Manga, apesar de menos distantes em linha reta, de Barreiras (300 a 400 km) que de Belo Horizonte (500 a 600 km) é, na realidade mais longa de Barreiras, por ter que valer-se da única via fluvial que é a navegação do São Francisco e de seus afluentes. No mais, a construção das rodovias BR-4, BR-3, BR-7, BR-31, BR-55, além de outras de menor projeção, fazem aparecer Minas Gerais cada vez mais uma unidade econômica, prescindindo-se das reais influências do Rio de Janeiro (GB) e, sobretudo, de São Paulo (SP). É essa a razão por que, acompanhando o plano TEIXEIRA GUERRA, discordamos da conveniência de retalhar Minas Gerais como sugere o plano Irmão Egídio, e particularmente do desmembramento da parte que o plano Irmão Egídio propõe adjudicar ao estado de Goiás; êsse estado, com a extensão que para êle ideamos, não necessitaria do Triângulo Mineiro, cuja população é, em sua maioria, contrária a essa separação de uma das regiões mais ricas do estado montanhês, colonizado por gente mineira, nem da região percorrida e altamente beneficiada pela BR-7. Do mesmo modo não há razão por que o estado da Guanabara se haja de estender até a junção dos rios São Francisco e das Velhas, tomando a Minas Gerais os seus tesouros Furnas e Três Marias. Por outro lado, ao estado de Minas Gerais pouco adiantaria o sacrifício do estado do Rio de Janeiro ("norte fluminense") para receber faixa litorânea na qual somente o pôrto de Macaé poderia servir a Minas Gerais como pôrto marítimo, assim mesmo após dispendiosa adaptação. Ao estado da Guanabara tampouco interessa, cremos, anexar a parte acima referida do "norte" de São Paulo (talvez apenas para "arredondar" seu território) que economicamente e por todos os demais títulos pertence a São Paulo. Por outro lado, o plano TEIXEIRA GUERRA não se refere ao estado da Guanabara que na época de sua elaboração (1959) ainda não existia com essa categoria.

* * *

Após essa exposição que forçosamente se tornou longa, chegamos a poder cristalizar elementos para uma nova divisão política, escoimada, dentro do possível, dos senões que surgiram em boa parte com o melhor conhecimento da geografia e cartografia nacional e com o desenvolvimento do país, e assim, podemos enumerar as unidades que nos parecem dever prevalecer e a justificação para a criação das propostas:

I --- REGIÃO NORTE

	Km ²
1) Amapá (capital, Macapá), território nacional existente, sem alteração de seu contôrno	140 276

2) <i>Monte Alegre</i> (capital proposta, Monte Alegre), território do plano TEIXEIRA GUERRA	126 250
3) <i>Trombetas</i> (capital proposta, Oriximiná), território do plano TEIXEIRA GUERRA	142 300
4) <i>Roraima</i> (ex-Rio Branco) (capital, Boa Vista), território nacional existente, sem alteração de seu contôrno	230 104
5) <i>Rio Negro</i> (capital proposta, Uaupés), território do plano TEIXEIRA GUERRA	294 625
6) <i>Japurá</i> (capital proposta, pelo autor desta, Santo Antônio do Içá), território do plano TEIXEIRA GUERRA, modificação de seu contôrno proposta pelo autor desta)	107 840
7) <i>Javari</i> (capital proposta pelo autor desta, Benjamin Constant), território do plano TEIXEIRA GUERRA, modificação de seu contôrno pelo autor desta	174 335
8) <i>Juruá</i> (capital proposta, Eirunepé), território do plano TEIXEIRA GUERRA	219 800
9) <i>Acre</i> (capital proposta por TEIXEIRA GUERRA) Lábrea; pelo autor desta: Rio Branco, além da elevação à categoria de estado	278 625
10) <i>Rondônia</i> (capital, Pôrto Velho), território nacional existente, sem alteração de seu contôrno	243 044
11) <i>Aripuanã</i> (capital, proposta, Borba), território do plano TEIXEIRA GUERRA	181 450
12) AMAZONAS (capital, Manaus), estado existente, após o desmembramento dos territórios do plano TEIXEIRA GUERRA: Rio Negro, Japurá, Javari, Juruá (parte), Purus-Acre (parte), Aripuanã (parte) e Tapajós (parte)	545 750
13) PARÁ (capital, Belém), estado existente, após o desmembramento dos territórios do plano TEIXEIRA GUERRA: Monte Alegre, Trombetas, Alto Tapajós (parte), Alto Xingu (parte) e Araguaia (parte)	526 000
14) <i>Tapajós</i> (nome proposto pelo autor desta, apoiado pelo plano Irmão Egídio, substituindo o de Alto Tapajós, proposto por TEIXEIRA GUERRA, modificação do seu contôrno sul sugerida pelo autor desta	235 900
15) <i>Xingu</i> (nome proposto pelo autor desta, apoiado pelo plano Irmão Egídio, substituindo o de Alto Xingu, proposto por TEIXEIRA GUERRA; modificação de seu contôrno sul sugerida pelo autor desta ...	240 000
16) <i>Tocantins</i> (capital proposta, Carolina), território do plano TEIXEIRA GUERRA, modificação do seu contôrno sul e anexação do território do Alto Parnaíba, proposto no plano TEIXEIRA GUERRA, sugerida pelo autor desta	214 640
17) <i>Araguaia</i> (capital proposta por TEIXEIRA GUERRA: Conceição do Araguaia; sugerida pelo autor desta: Araguacema), território do plano TEIXEIRA GUERRA; modificação de seu contôrno sul (e norte) sugerida pelo autor desta, e incluindo a superfície do Parque Nacional da Ilha do Bananal, proposta pelo Irmão Egídio, com 19 507 km ²)	177 440
18) MARANHÃO (capital, São Luís), estado existente, após o desmembramento dos territórios do plano TEIXEIRA GUERRA: Tocantins (parte) e ex-Alto Parnaíba (parte, anexado ao do Tocantins, sugestão do autor desta, e cessão da região de Tutóia	242 875

II — REGIÃO NORDESTE

19) PIAUI (capital, Teresina), estado existente, após o desmembramento da parte do ex-território do Alto Parnaíba, proposto por TEIXEIRA GUERRA e incluindo sua parte na zona litigiosa PI-CE e a cessão da região de Tutóia	218 392
---	---------

20)	CEARÁ (capital, Fortaleza), estado existente, incluída sua parte na zona litigiosa CE-PI	149 650
21)	RIO GRANDE DO NORTE (capital, Natal), estado existente, sem alteração de seu contórno	53 015
22)	PARAÍBA (capital, João Pessoa), estado existente, sem alteração de seu contórno	56 372
23)	PERNAMBUCO (capital, Recife), estado existente, sem alteração de seu contórno	98 281
24)	Fernando de Noronha (capital, Vila dos Remédios?), território nacional existente, sem alteração de seu contórno	26
25)	ALAGOAS (capital, Maceió), estado existente, sem alteração de seu contórno	27 731

III — REGIÃO LESTE

26)	SERGIPE (capital, Aracaju), estado existente, sem alteração de seu contórno	21 994
27)	BAHIA (capital, Salvador), estado existente, após o desmembramento do proposto território de Barreiras (parte, plano TEIXEIRA GUERRA)	431 604
28)	<i>Barreiras</i> (capital, Barreiras), território do plano TEIXEIRA GUERRA	175 225
29)	MINAS GERAIS (capital, Belo Horizonte), estado existente, acrescentada sua parte na ex-zona litigiosa MG-ES)	586 839
30)	ESPÍRITO SANTO (capital, Vitória), estado existente, com sua parte na ex-zona litigiosa ES-MG	44 350
31)	RIO DE JANEIRO (capital, Rio de Janeiro ou mais acertadamente, Guanabara), estado existente, acrescida a sua superfície pela do atual estado da Guanabara, sugerida pelo autor desta	44 268

IV — REGIÃO SUL

32)	SÃO PAULO (capital, São Paulo), estado existente, sem alteração de seu contórno	247 898
33)	PARANÁ (capital, Curitiba), estado existente, sem alteração de seu contórno	199 554
34)	SANTA CATARINA (capital, Florianópolis), estado existente, sem alteração de seu contórno	95 985
35)	RIO GRANDE DO SUL (capital, Pôrto Alegre), estado existente, sem alteração de seu contórno	282 184

V — REGIÃO CENTRO-OESTE

36)	MATO GROSSO (capital, Cuiabá), estado existente, após o desmembramento dos territórios propostos no plano TEIXEIRA GUERRA: Aripuanã (parte), Alto Tapajós ou Tapajós (parte) Alto Xingu ou Xingu (parte), Araguaia (parte), e incluída a área (23 900 km ²) do Parque Nacional do Xingu, criado pelo decreto federal número 50 455, 1961, e excluída a superfície do estado do Rio Pardo, sugestão do autor desta, apoiado no plano TEIXEIRA DE FREITAS ...	645 840
37)	<i>Rio Pardo</i> (capital proposta, Campo Grande), estado de criação sugerida pelo autor desta, apoiado no plano TEIXEIRA DE FREITAS	312 110
38)	GOIÁS (capital, Goiânia), estado existente, após o desmembramento dos territórios do plano TEIXEIRA GUERRA: <i>Araguaia</i> (parte) Tocantins (parte), e da área do Parque Nacional do Bananal, sugerido pelo Irmão EGÍDIO	386 426
39)	DISTRITO FEDERAL (Brasília), conforme os limites contidos no decreto de sua criação	5 814

Justificação das alterações sugeridas na atual Divisão Política do Brasil:

- 1) AMAPÁ — Situação inalterada.
- 2) *Monte Alegre* — Como proposto, sem alterações; principais eixos de desenvolvimento do proposto território: rios Amazonas, Paru do Oeste, Maicuru e Curuapanema.
- 3) *Trombetas* — Como proposto, sem alterações; principais eixos de desenvolvimento do proposto território: rios Amazonas e Trombetas, com os seus afluentes Mapuera e Cumaná.
- 4) RORAIMA (ex-Rio Branco) — Situação inalterada.
- 5) *Rio Negro* — Como proposto, sem alteração. Principais eixos de desenvolvimento do projetado território: rio Negro e seus afluentes navegáveis.
- 6) *Japurá* — Com a alteração proposta pelo autor desta, a fim de, alcançando a trijunção Brasil-Colômbia-Peru, reforçar a soberania nacional. Principais eixos de desenvolvimento: rios Solimões (Amazonas), Japurá e Içá. Capital proposta pelo autor desta: Santo Antônio do Içá.
- 7) *Javari* — Com a alteração de contôrno proposta pelo autor desta, e da capital proposta para Benjamin Constant, para próximo do acima referido ponto de trijunção Brasil-Colômbia-Peru.
- 8) *Juruá* — Como proposto, sem alteração. Principal eixo de desenvolvimento, do território projetado: rio Juruá, além dos rios Tarauacá e Envira.
- 9) ACRE (Purus) — Como proposto, sem alteração de contôrno. Principal eixo de desenvolvimento: rio Purus, e rio Acre, além de outros curso de água navegáveis.
- 10) RONDÔNIA — Situação inalterada.
- 11) *Aripuanã* — Como proposto, sem alteração. Principais eixos de desenvolvimento: rios Madeira, Aripuanã e outros navegáveis.
- 12) AMAZONAS — Principal eixo de desenvolvimento: rio Solimões (Amazonas); secundários: rios Negro, Madeira, Purus e outros, navegáveis. Seria de desejar modificação parcial dos limites AM-PA, para substituir a geodésica Outeiro do Maracá-Açu, Cachoeira do Chacorão, pelo curso do rio Manura-Muriquã até o divisor da bacia do Tapajós e por esta até defrontar a cachoeira do Chacorão.
- 13) PARÁ — Principais eixos de desenvolvimento: rios Amazonas, Pará, Tocantins, Xingu e outros rios navegáveis; rodovias BR-14 (Brasília-Belém) e BR-22. Recomenda-se a modificação parcial dos limites AM-PA, como especificado. No caso de convir reduzir a extensão do projetado território do Araguaia, será aconselhável fazer como limite meridional do estado do Pará o ribeirão Santa Maria e o rio Araguaia.
- 14) *Tapajós* — Como proposto, tendo como eixo principal de desenvolvimento, aliás de vantagem duvidosa, o rio Tapajós e seus formadores Juruena e Teles Pires. Com a modificação indicada no seu limite sul: do entroncamento na serra do Norte, pelo paralelo da junção dos rios Juruena e Arinos para leste até a referida confluência; daí por águas vertentes até a junção dos rios Teles Pires e Peixoto de Azevedo, por este e seu principal formador leste até a nascente, no divisor de águas Tapajós-Xingu. Justificativa: reduzir a enorme distância entre Itaituba, capital proposta, e o limite sul, de mais de 850 km, para pouco mais de 700 km, em região ínvia, alargando ao mesmo tempo a zona de expansão do estado de Mato Grosso.
- 15) *Xingu* — Como proposto, tendo como eixo principal de desenvolvimento, de vantagem duvidosa, o rio Xingu e alguns de seus afluentes. Com a modificação no limite sul: do divisor de águas Tapajós-Xingu, frente à nascente oriental do rio Peixoto de Azevedo, a nascente do rio Jarina, por este a jusante até o limite do Parque Nacional do Xingu, por este ao grau 10

- de latitude sul, e por êste até o rio da Liberdade, subindo por êste até seu primeiro afluente da margem direita, e por êste a montante até sua nascente, na serra do Matão, divisor de águas dos rios Xingu e Araguaia. Justificativa: reduzir a grande distância entre Altamira, capital proposta, e o limite sul, de cerca de mil km, em linha reta, para pouco mais de 800 km, em região inóspita, e alargando simultaneamente a zona de expansão do estado de Mato Grosso.
- 16) *Tocantins* — Com a rodovia BR-14 e o rio Tocantins como eixos principais de desenvolvimento, mantido, de um modo geral, sua configuração proposta por TEIXEIRA GUERRA, a modificá-la no limite sul, fixando-o no encontro do divisor Araguaia-Tocantins com o paralelo da foz do rio Santo Antônio no rio Tocantins; por êsse paralelo até a referida junção; pelo rio Tocantins a jusante até a foz do rio Manuel Alves e por êste a montante até alcançar o limite do projetado território de Barreiras; idem, com a inclusão, no seu contôrno, do território do Alto Parnaíba, do plano TEIXEIRA GUERRA; no caso de se verificar a conveniência de reduzir a extensão do projetado território do Araguaia, seguir da foz do ribeirão de Santa Maria no rio Araguaia, por espigão até defrontar a cabeceira do ribeirão das Areias (afluente da margem esquerda do rio Tocantins).
- 17) *Araguaia* — Com a rodovia BR-14 e o rio Araguaia como principais eixos de desenvolvimento, mantida em sua parte essencial, sua configuração como proposta por TEIXEIRA GUERRA, com as seguintes modificações; em seu limite sul: da serra do Roncador, divisor de águas Araguaia-Xingu, frente à nascente do rio São João, por êste a jusante, até sua barra no rio das Mortes, por êste a montante, cerca de 30 km, até o paralelo da foz do rio Cristalino no rio Araguaia; por êste a montante, até a bifurcação do seu braço menor (rio Javaés); por êste a jusante, até o paralelo da foz do rio Santo Antônio, no rio Tocantins; por êste paralelo para leste, até alcançar o divisor de águas Araguaia-Tocantins. No caso de se verificar a conveniência de diminuir a extensão do território, há a sugerir como limite norte, desde a serra dos Gradaús, divisor de águas Araguaia-Xingu, alcançar a nascente do ribeirão Santa Maria, por êste a jusante até sua foz no rio Araguaia e pelo espigão fronteiro até a serra do Estrondo, divisor de águas Araguaia-Tocantins, frente à nascente do ribeirão das Areias afluente da margem esquerda do rio Tocantins. Justificativa: para o limite sul: trata-se de incontestável zona de influência comercial e colonizadora de Goiás, respectivamente de Goiânia e Anápolis, em melhores condições de comunicação terrestre que a projetada capital, Conceição do Araguaia; do lado mato-grossense, é incontestável a influência de Cuiabá; no limite setentrional: do lado do Pará (margem ocidental do rio Araguaia), a influência de Marabá, e do lado goiano, a de Carolina (embora localizada em território maranhense), coadjuvada pela BR-14.
- 18) *MARANHÃO* — Como resultante do plano TEIXEIRA GUERRA, havendo a sugerir por parte do autor desta, apoiado no plano TEIXEIRA DE FREITAS, a cessão de pouco mais de 2 000 km², da região de Tutóia, a fim de proporcionar ao estado do Piauí um pôrto realmente praticável para a exportação dos seus produtos.
- 19) *PIAUI* — Sem alteração, excetos cessão acima sugerida da região de Tutóia (pôrto), por parte do Maranhão.
- 20) *CEARÁ,*
 21) *RIO GRANDE DO NORTE,*
 22) *PARAÍBA,*
 23) *PERNAMBUCO,*
 24) *Fernando de Noronha,*
 25) *ALAGOAS,*
 26) *SERGIPE,*
- } sem nenhuma modificação.

- 27) BAHIA — Como proposta, pelo plano TEIXEIRA GUERRA: cessão da parte à margem esquerda do rio São Francisco, até a serra do Boqueirão, para o território de Barreiras.
- 28) Barreiras — Como proposto no plano TEIXEIRA GUERRA. Principais eixos de desenvolvimento: navegação fluvial no rio São Francisco e nos seus afluentes: Corrente, Grande e Prêto.
- 29) MINAS GERAIS }
 30) ESPÍRITO SANTO } nenhuma modificação, eliminada a zona litigiosa da Serra dos Aimorés.
- 31) RIO DE JANEIRO — Sugere o autor desta, apoiado em tendência generalizada, a começar do fato histórico de ser o atual estado da Guanabara parte da antiga província do Rio de Janeiro da qual foi tomada por empréstimo a fim de formar o "Município Neutro" para voltar à origem por ocasião da mudança da capital do país (como em 1960) e apoiada por numerosos adeptos, a fusão do atual estado da Guanabara, de área nimia-mente exígua, com o estado do Rio de Janeiro, fazendo capital a cidade do Rio de Janeiro ou, mais pròpriamente, Guanabara, à qual se incorporariam, a fim de constituírem a sua área metropolitana: Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e eventualmente, Nova Iguaçu. É óbvia a justificativa dessa sugestão, sendo a de maior relêvo a de assegurar à Guanabara a adução de água que se tem visto ameaçada não uma só vez; demais, essa fusão formaria uma unidade, embora de pouco mais de 44 mil km², muito populosa — cêrca de 8 milhões de habitantes, muito industrializada, com densa rêde de ferrovias e rodovias.
- 32) SÃO PAULO, }
 33) PARANÁ, }
 34) SANTA CATARINA, } sem modificação alguma.
 35) RIO GRANDE DO SUL, }
- 36) MATO GROSSO — estado existente — Os seus principais eixos de desenvolvimento: os trechos navegáveis dos rios Paraguai, Cuiabá e outros, os traçados das rodovias BR-31, BR-29 e outras de menor projeção.
- 37) RIO PARDO — Estado, como proposto pelo autor desta, apoiado no plano TEIXEIRA DE FREITAS. Principais eixos de desenvolvimento: E. F. Noroeste do Brasil e seu ramal Campo Grande-Ponta Porã; trechos navegáveis dos rios Paraguai, Paraná e outros. Justificativa: a distância de 950 km de Cuiabá ao extremo sul do atual estado de Mato Grosso, enquanto que de Campo Grande, a capital prevista do estado sugerido, essa distância será de menos de 400 km. Quanto ao Parque Nacional do Xingu, temos a esclarecer que foi criado pelo decreto federal n.º 50 455, publicado no *Diário Oficial* de 6 de julho de 1961. Procedemos sua delimitação de acôrdo com os dizeres do decreto de sua criação. Temos a impressão que, por ser muito artificial essa delimitação, deverá ser futuramente alterada, aproveitados dentro do possível, limites naturais como divisores, cursos de água, etc. De passagem cabe-nos dizer que, de acôrdo com as fôlhas Tocantins e Goiás, da Carta do Brasil ao Milionésimo, do Conselho Nacional de Geografia, IBGE, essa delimitação deixaria de abranger as aldeias Caiapós, Onoiora e Minhuá, à margem esquerda do rio Paranaíba, respectivamente Suiá-Missu. Entendemos que a superfície dêsse Parque Nacional deve ser incluída à do estado de Mato Grosso, como consta de relação anterior. Quanto ao Parque Nacional da Ilha do Bananal, pela mesma razão aduzida pelo decreto que criou o Parque Nacional do Xingu, merece ser acolhida sugestão do professor Irmão EGÍDIO DE AZEVEDO, da criação de um parque nacional, abrangendo a ilha do Bananal (área incluída no território do Araguaia).

- 38) GOIÁS — Como decorrente do plano TEIXEIRA GUERRA, com as modificações sugeridas pelo autor desta, do seu limite norte, como descrito sob Araguaia e Tocantins.
- 39) DISTRITO FEDERAL (Brasília) — Nenhuma modificação.

Não sugerimos expressamente — trata-se de unidades federadas com limite e eixos de desenvolvimento (rodovias) perfeitamente delineados — mas julgamos possível que a racionalização — signo de nossa época — realize a fusão dos atuais estados do Rio Grande do Norte-Paraíba-Ceará e Alagoas-Sergipe, principalmente destes últimos, cuja superfície não alcança 50 000 km² (49 725 km²). É essa a única modificação que, além das sugeridas na exposição acima, talvez nos traga a Divisão Política do Brasil — Ano 2 000.

Quadro provisório de superfícies de erosão e aplainamento no Brasil (*Inferências paleoclimáticas e econômicas*)

OTÁVIO BARBOSA

Fazem 25 anos que o autor coleciona dados para preparar o quadro aqui apresentado. Por circunstâncias felizes do acaso, tem êle viajado o país por tôda a parte, exceto no Acre e no Amapá. E sempre levou consigo um altímetro.

O quadro mesmo começou a ser esboçado em 1959. Então uma cópia do primeiro ensaio foi oferecida ao Prof. AZIZ AB'SABER, que inadvertidamente publicou-a nas "Notícias Geomorfológicas" de Campinas. Era inoportuno, é óbvio. Mesmo a atual apresentação padece de dúvidas, pelo que todos os interessados são conclamados a colaborar.

Não apelidamos as superfícies de aplainamento, porque julgamos que, com o tempo e o progresso dos conhecimentos, alcunhas mais apropriadas surgirão. Preferimos numerá-las, como andam fazendo BIGARELLA e GILBERTO OSÓRIO.

Destinam-se a principiantes e aos alunos de geologia e de geomorfologia algumas explicações sôbre o conteúdo das diversas colunas.

A evolução tectônica relacionada com a fase erosiva foi deduzida dos conhecimentos geológicos. Nesse particular, é importante declarar que parece não padecer dúvida que no Cretáceo o Brasil era um país de muito suave topografia — várias bacias, as mesmas que já conhecemos hoje, eram separadas por lombadas divisoras de pouca monta. Tanto assim é, que por todo o país se formaram pequenas, médias e grandes conchas sedimentares, correlatas, do mesmo tipo, dentro do cráton cristalino. Dessa época em diante, começaram os importantes arqueamentos que, escalonadamente, condicionaram o modelamento do atual relevo. Conseqüência disso, por exemplo, foi a acentuação dos grandes divisores de bacias. Outra conseqüência: o sôbre-alçamento dos blocos Mantiqueira, Borborema, Caparaó, etc. Não analisaremos porque isso começou no Cretáceo, é conseqüência da evolução da dinâmica interna crosta-manto, e assunto ainda especulativo.

Para provar que o Escudo Brasileiro elevou-se muito, desde o Cretáceo, basta um exemplo: o nível de equinóides marinhos da formação Santana (aptiano-albiano) está hoje a 750 m de altitude na região de Araripina, oeste de Pernambuco.

As idades relativas prováveis (ou certas) dos acontecimentos tectônicos relacionam-se com as idades dos eventos propulsores dos sedimentos correlativos. As idades das sedimentações vinculam-se às determinações, quase tôdas muito modernas, de macro — e microfósseis, ou então geocronológicas. Assim, os estudos de pólen e ostracoides permitiram à Petrobrás e outros institutos estabelecerem seguramente os eventos do Jurássico-Cretáceo; e a datação do vulcanismo basáltico da bacia Paraná no Cretáceo inferior, e vulcanismo alcalino da Mata do Corda no Cretáceo superior, se devem ao Laboratório de Geocronologia da U.S.P. Entretanto, a idade provável de sedimentação "Serra dos Martins", por exemplo, subjetivamente discutida por vários autores, foi inferida da sua interrelação com as superfícies de aplainamento — ela se realizou entre as pediplanações VI e VIII (respectivamente "pós-Gondwana" e "sul-americana" de King); logo, teria idade entre o Terciário inferior e o Terciário médio. A precisão das idades das superfícies do Terciário e do Quartenário vai depender muito das determinações polínicas. Isso não vai ser fácil no Brasil — pólen utilizável geralmente se encontra a mais de 10 metros de profundidade, sendo necessário pois recorrer a poços ou eventuais cortes profundos.

A idade do "Barreiras" e homólogos fica por enquanto na fronteira Mioceno-Plioceno, porque cinco dos gêneros da flora fóssil de Ouriçanguinhas, na Bahia, foram abundantes no Mioceno. E como havia carvalho, é claro que o clima não era tropical.

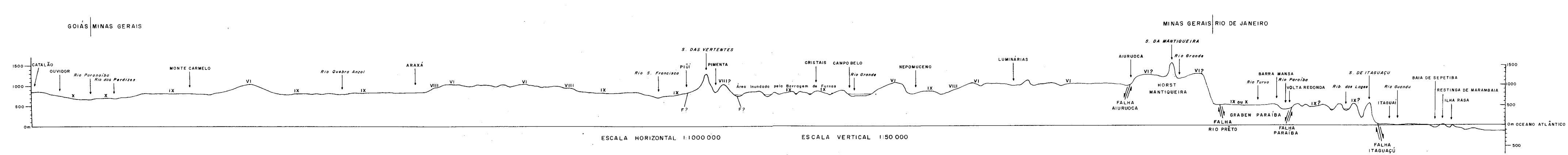
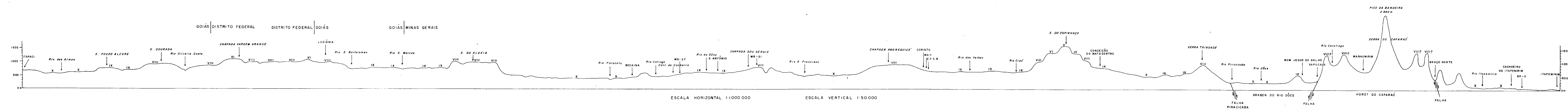
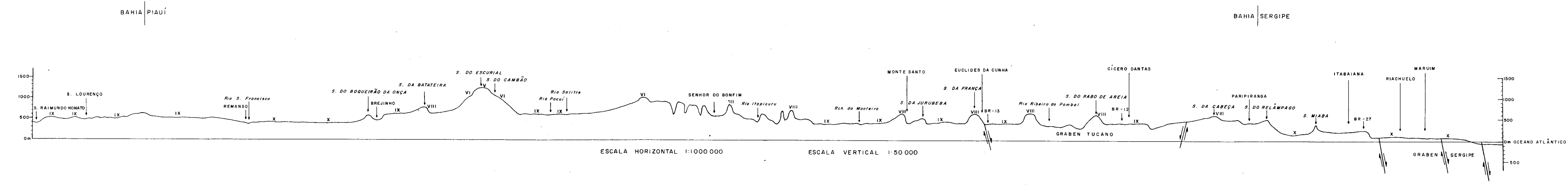
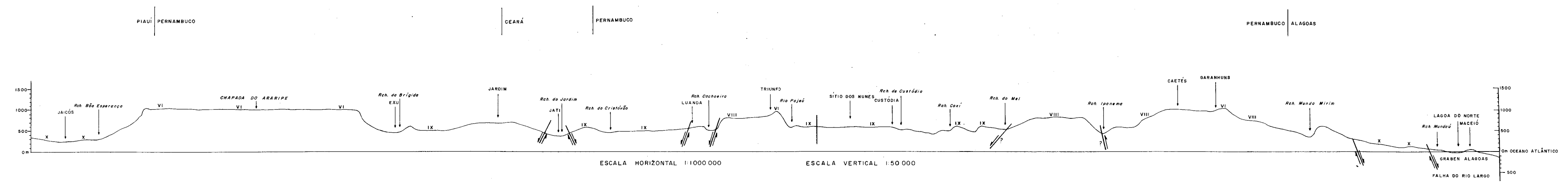
Sendo o Brasil territorialmente muito vasto e dotado de nada menos de doze importantes regiões de modelamento geomorfológico (Amazonas, Paraguai, Paraná, Jacuí, Itajaí, Paraíba, Doce, Jequitinhonha, São Francisco, Tocantins, Jaguaribe, e Parnaíba), é óbvio que as altitudes das pediplanações da mesma época nem sempre se harmonizam. Daí algumas variações apresentadas no quadro. A precisa classificação ordenada dessas superfícies vai depender, — e claro, do seu mapeamento sistemático. Experimente alguém fazer um perfil do Planalto Central ao Atlântico e vai ver como é difícil ordenar essas superfícies.

Uma palavrinha sobre as variações climáticas do quadro, do Mesozóico ao Plioceno. No limiar do Cretáceo, as vastas bacias Paraná, Meio-Norte e Tucano gozavam de clima desértico (dunas de Botucatu, Sambaíba e São Sebastião). É de se supor que nas áreas entremeadas prevalecia clima desértico a semi-árido. Daí começou a modificação, no rumo da savana. As sucessivas pediplanações do Cretáceo superior ao Plioceno indicam clima de savana, necessário ao desenvolvimento desse processo (cf. King, *South African Scenery*, 1964). Como sabemos, há savanas e savanas. O processo pediplanador exige um clima tropical continental com um curto período de aguaceiros arrasadores, coisa que não acontece hoje em dia no Brasil. E de permeio com essas pediplanações? Aconteceram modificações mais úmidas? É provável, mas difícil de provar. Em alguns casos o pólen vai dar cartas. Noutros, técnicas sedimentológicas darão uma mãozinha.

Quanto às variações dos climas "pleistocênicos", o grupo BIGARELLA anda fornecendo muita informação, mas as suas frequentes mudanças climáticas de curto período parecem inaceitáveis. Verdade é que FLINT (Bol. G.S.A., 1959, 3, pp. 343-374) e alguns pesquisadores sul-africanos andaram batendo especulativamente na mesma tecla. Não se pode deduzir, parece-me, que um diástema de "linha de pedra" num colúvio indique mudança climática, pois uma só enxurrada torrencial anual pode carregar muito material de um veio de quartzo desagregado, numa área que não sofre variações climáticas durante milênios. Também a presença de feldspato numa areia nem sempre indica clima semi-árido, pois as areias dos riachos de Petrópolis estão cheias dele! Isso é consequência da preponderância da energia do relevo e não do clima (em Petrópolis chove o ano todo, totalizando 3 000 mm/ano). Por outro lado, não nos parece, por questões paleogeográficas, que a formação Pariquera-Açu e similares sul-brasileiras sejam pleistocênicas, mas sim terciárias. Assim sendo, as correlações de BIGARELLA devem ser encaradas com muita reserva.

Uma observação final sobre o escalonamento de terraços, cobertos ou não por cascalheiros, ao longo dos vales. Desde que RICH chamou a atenção do autor, em 1951, para a influência predominante dos níveis de base locais, em numerosas regiões do país, perto da costa ou no interior, êle tem reparado que é devido a êsses acidentes êsse escalonamento. Difícil seria explicar-se o fenômeno por alternâncias de variações climáticas ou simplesmente por soerguimentos tectônicos sacadês, como era de hábito antigamente. O mais forte desnível que o autor conhece, na região de Pitangui, MG, orça por 120 m e o cascalheiro alto parece corresponder à pediplanação IX ("Soledade" de Meunier).

Diversos cálculos feitos sobre a taxa de erosão na região do Escudo Brasileiro forneceram um valor médio de 10 milímetros por milênio. E a taxa de elevação no Nordeste também dá êsse valor. Isso quer dizer que o Escudo Brasileiro está em geral isostaticamente compensado desde longa data geológica. De certo modo, êsse valor médio de 10 mm/ano serve para avaliar a idade de uma superfície qualquer ocorrendo em determinada bacia — basta medir o desnível dessa superfície em relação ao seu nível de base, dividir por 10 e comparar com a tabela-padrão da geocronologia.



O VENDEDOR DE PALHA

JOÃO DE MELLO MORAES

O aproveitamento das folhas de numerosas espécies e variedades de palmeiras e de certas gramíneas, na construção da mais primitiva habitação brasileira, é um dos aspectos mais significativos dos elementos culturais indígenas, transmitidos ao caboclo brasileiro.

Nas malocas, nos tapiris ou tapuís da Amazônia; nos copés da fronteira meridional paraguaia; nos mocambos ou palhoças das margens do Atlântico às lindes ocidentais do Brasil — a palha de palmeira ou de determinadas gramíneas, além de outras aplicações variadas e interessantes, encontra, sem dúvida, sua maior utilidade, na edificação de casas rústicas ou simples abrigos, cuja riqueza de denominações, graças aos regionalismos, constitui, com as devidas restrições, uma das sinonimizções mais extensas, contidas nos dicionários brasileiros da língua portuguesa: *arribana, cabana, caluje, capuaba, choça, choupana, colmada, colmo, ipuaba, maloca, mocambinho, mocambo, moquiço, palhal, palhar, palhoça, palhota, quimbembe, rancho, tapiri e tapuí (itapuí, tapuisa)*.

Quando não conta com a palha ou ripas do fuste da palmeira, como recurso local, o caboclo recorre às gramíneas: *sapé, capim-açu, taquara* e até à folha de cana e, na zona dos pinheirais, onde rareiam as palmáceas e gramíneas altas, a palha cede lugar às tábuas, tabuinhas ou lascas de tronco do pinheiro. Portanto, a casa do caboclo reflete em sua feitura, os recursos naturais mais acessíveis ou mais econômicos do meio em que vive, traduzidos, muitas vezes, num perfeito retrato ecológico.

Assim, pois, o tipo de palha utilizado, também define, de certo modo, uma região ou sub-região, zona ou subzona fitogeográfica do país.

Tanto que, na Amazônia, predomina entre outras palmeiras, o emprêgo das folhas de *bacabas* (*Enocarpus distichus* e *Enocarpus bacaba*, Mart.), *buritirana* (*Mauritia aculeata*, A.B.K.), *Inajá* (*Maximiliana Regia*, Mart.), *açaí* (*Euterpe edulis*, Mart.), *umbirana* (*Geonoma Spixiana*, Mart.), *juçara* (*Euterpe oleacea*, Mart.), *buriti* (*Mauritia vinifera*, Mart.), *curuá-pixuna* (*Orbignya pixuna*, Barb. Rodr.) e *pupunha-marajá* (*Guilielma speciosa* var. *Flava*, Barb. Rodr.). No Meio-Norte, a *carnaúba* (*Copernicia cerifera*, Mart.), o *babaçu* (*Orbignya Martiana*, Barb. Rodr.), cuja palmeira nova é chamada *pindova*; o *buriti* (*Astrocaryum buriti*, Barb. Rodr.) e a *piacaba* (*Attalea funifera*, Mart.). No sertão do Nordeste, os *catolés* (*Cocos picrophylla* e *Attalea oleifera*, Barb. Rodr.) e o *ouricuri* ou *uricuri* (*Cocos coronata*, Mart.). Finalmente, em outras partes do Brasil, onde a utilização da palha das palmeiras não é tão intensa quanto no Nordeste, Meio-Norte e Norte, o *pindó* ou *jerivá* (*Cocos Romanzofiliana*, Cham.), o *palmito* (*Euterpe oleracea*, Mart.), os *butiás* (*Cocos odorata*, Barb. Rodr.) e (*Cocos coronata*, Mart.), *apati*, *guaviroba* ou *palmito amargoso* (*Barbosa Pseudococos*, Becc.), a *guaricanga* (*Geonoma Spixiana*, Mart.), o *imburi* (*Polyandrus caudescens*, Barb. Rodr.), o *jataí* (*Cocos paraguayenses*, Barb. Rodr.), o *jataí-guaçu* (*Attalea guaranítica*, Barb. Rodr.), a *brejaúba* (*Astrocaryum Ayre*, Mart.) e no pantanal de Mato Grosso, o *carandá* (*Copernicia cerifera*, Mart.)

Todavia, é na orla litorânea do Nordeste e do setentrional do Leste Brasileiro, que se vai encontrar a aplicação da palha em maiores concentrações humanas: mocambos de cidades, palhoças praianas e aldeias de pescadores e até afastada do mar, caracterizando a cobertura das casas de vilas isoladas, como na histórica *Tejucupapo*, em Pernambuco e em Alhandra, na Paraíba.

É que viceja naquela faixa marítima, o "reino dos côcos da Bahia", na expressão de Barbosa Rodrigues, o antigo "inajá-guçu" dos indígenas, a palmeira exótica *Cocos nucifera* de Linneo.

Mas a palmeira não é apenas "a distinção inconfundível, a aristocracia da beleza, o encanto, graça e utilidade", ostentando-se desde a altaneira palmeira-real (*Oreodoxa oleracea*



Mart.), ao *indaiá-rasteiro* (*Attalea exigua*, *Drude*), como a sublimou em *Sertum Palmarum Brasiliensium*, *Barbosa Rodrigues*, uma das glórias da ciência nacional.

Realmente, na toponímia brasileira, os nomes vulgares das palmeiras, predominantemente de origem tupi, caribe ou aruaque, abrangem mais de quatrocentas espécies e variedades, permitem a formação de numerosas palavras e é tal a influência paisagística e utilitária deste nobre vegetal, que através de todo o território nacional, define lugares de sua ocorrência ou denomina várias localidades.

Enriquecendo o vocabulário geográfico das cidades, vilas e lugarejos do Brasil, encontram-se com sentido geral os topônimos: Cocal, Cocais, Côco, Côcos, Coqueiral, Coqueiro, Coqueiros, Palma, Palmas, Palmares, Palmeira, Palmeiras, Palmital e Pindorama, significando este último termo, até uma referência ao próprio Brasil: região ou país das palmeiras.

Contudo, topônimos tipicamente palmáceos, avultam em toda a vastidão pátria, como entre outros, Açai (PR), Anajás (PA), Anajatuba (MR), Babaçu (PI), Babaçulândia (GO), Bacabal (MA), Bocaiúva (MG, PR, SP), Brejatuba (MG, PR), Buri (SP), Buriti (BA, CE, GO, MA, MG, PI, SP), Buritis (MG), Buritizal (MT, SP), Buritizeiro (MG), Butiá (RS, SP), Carandazal (MT), Carnaíba (PE), Carnaúba e Carnaubais (RN), Carnaubal (CE, PA), Carnaúbas (CE), Carnaubinha (CE), Catolé (CE, PA), Catolés (BA), Cumari (GO), Guaricanga (SP), Dendê (GB), Guriri (RJ), Indaiá (BA, SP), Indaiá (SC), Indaiatuba (SP), Jeribituba (GB), Jericimó (GB), Macaíba (RN), Macaúba (GO), Macaúbas (BA, MG, SP), Muriti (CE), Muritiba (BA), Pati e Patis (RJ, MG), Ouricuri (PE), Pindobaçu (BA), Pindoba Grande (AL) e Pindotiba (SC).

* * *

O vendedor de palhas, com a curiosa maneira de transportá-las, é um dos tipos mais interessantes do complexo ecológico nordestino.

Revestido de estranha armadura de palhas ou palmas de coqueiro, cujas pontas dos feixes posteriores arrastam pelo chão, o cargueiro dócil e lento, algo de fantástico, porquanto dele mal se lobra a cabeça, quando visto de flanco — segue o itinerário da zona dos mocambos, da beira de um alagado ou da periferia dos manguesais do Recife.

O destino da palha é normalmente a cobertura de mocambo e servir de porta e janelas, da mais rústica e paupérrima habitação nordestina.

Não se trata de vendedor ambulante, à procura de freguês, visto que ele vai satisfazer uma encomenda, cuja unidade de venda é o cento de palmas ou o feixe de palhas.

A palha mais usual é a do coqueiro (*Cocos nucifera*, *Lin.*), daí ter de ser cumprida a árdua tarefa do "trepador de coqueiro" ou "tirador de palha", aliás atentatória à estética da palmeira, por reduzir praticamente a copa, apenas ao palmito e um penacho de folhas incipientes.

O vendedor procede o carregamento do animal, cavalo ou égua (o muar ou o jumento devido às pernas curtas, não se presta ao transporte de palmas longas), distribuindo e amarrando os feixes de palhas no cambito, com o cuidado de manter o equilíbrio da carga.

Algumas vezes, a carga excessiva recobre toda a cangalha e o condutor tem de caminhar a pé, seguido do animal.

Entretanto, este não é o caso do flagrante fotográfico que serviu de base à ilustração de BARBOSA LEITE, continuador de PERCY LAU, consagrado artista do bico de pena, que tanto vinha enriquecendo as páginas de Tipos e Aspectos do Brasil, imprimindo vigorosa autenticidade às sínteses descritivas, por mais expressivas que elas fôssem: completando-as e descerrando motivos de admiração, observação e estudo.

Viagem do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia

Viajou no dia 30 de outubro por via aérea, para a Dinamarca, o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia do IBGE, Eng.º RENÉ DE MATTOS, que a convite da Organização das Nações Unidas (ONU) e como delegado do Governo brasileiro, participará do Seminário Inter-Regional de Cartografia e Desenvolvimento Econômico, a reunir-se em Copenhagen, sob os auspícios das Nações Unidas.

Além de uma publicação preparada especialmente para o certame, levou o Secretário-Geral do CNG uma coleção de mapas do Brasil, *slides*, fotogra-

fias e documentos outros de interesse geo-econômico e referentes ao nosso país.

O Secretário-Geral do CNG, que permanecerá na Europa cerca de 60 dias, visitará, após o Seminário, a Alemanha, a Suíça e Itália onde estabelecerá contatos com centros cartográficos, objetivando inteirar-se dos progressos científicos e métodos ali aplicados.

Durante a ausência do Eng.º RENÉ DE MATTOS, encontra-se respondendo pela Secretaria-Geral o Dr. WILSON TÁVORA MAIA, titular da chefia do Gabinete.

Curso de Informações Geográficas

Realizou-se no período compreendido entre 12 à 23 de julho do corrente ano, o já tradicional Curso de Informações Geográficas, organizado pela Seção de Divulgação Cultural, da Divisão Cultural do Conselho Nacional de Geografia.

O Curso, como em outros anos, alcançou pleno êxito e as aulas foram ministradas no horário de 8,30 à 11,20 e 14,30 às 16,30 na Escola Nacional de Estatística.

Freqüentaram o Curso 39 alunos

regulares, sendo 21 bolsistas de vários estados e mais 13 ouvintes.

Foram distribuídas aos alunos apostilas das aulas, assim como publicações do CNG, recebendo os três primeiros colocados um número maior de publicações como prêmio.

Uma excursão a pontos de interesse geográfico foi programada para o final do Curso e seu encerramento foi feito no auditório do IBGE contando com a presença do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral e dos Diretores de Divisão.

Curso de férias para aperfeiçoamento de professores de Geografia do Ensino Médio

O Conselho Nacional de Geografia, através de sua Divisão Cultural, a exemplo de anos anteriores, fará realizar de 3 à 28 de janeiro próximo, mais um Curso de Férias para aperfeiçoamento de professores do Ensino Médio,

cumprindo assim mais uma etapa do seu programa de assistência ao Ensino. Anualmente, com esta finalidade, a instituição concede bolsas de estudo aos candidatos dos diversos estados da União.

Ciclo de conferências sôbre Geografia Econômica da Guanabara

Patrocinado pela Divisão Cultural do Conselho Nacional de Geografia, realizou-se no período de 18 de outubro à 23 de novembro do corrente ano o Ciclo de Conferências sôbre Geografia Econômica da Guanabara. O importante conclave que foi mais uma promoção do Conselho Nacional de Geografia (IBGE) durante o ano em que se comemora o Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação de renomados técnicos em assuntos econômicos e geográficos relacionados com o Estado da Guanabara.

Foram as seguintes as conferências pronunciadas:

- Primeira Conferência — Dia 18 de outubro: Caracterização Geográfica do Estado da Guanabara (Prof. José CEZAR DE MAGALHÃES FILHO, Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia);
- Segunda Conferência — Dia 22 de outubro: A Economia Agrícola e a dependência do estado de outras regiões (Dr. GUILHERME BORGHOFF, Superintendente da SUNAB);
- Terceira Conferência — Dia 25 de outubro: A Indústria, base da economia do Estado da Guanabara (Dr. ALUIZIO PEIXOTO, da Revista Conjuntura Econômica — Fundação Getúlio Vargas);
- Quarta Conferência — Dia 27 de outubro: A função comercial e financeira do Estado da Guanabara (Dr. JOSÉ CARLOS PEREIRA DE SOUZA, Secretário da Confederação Nacional do Comércio);
- Quinta Conferência — Dia 23 de novembro: Um tipo de indústria pouco explorada: O turismo (Doutor WALTER RIBEIRO, Membro do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio e Presidente do Sindicato de Agentes de Viagens do Estado da Guanabara).

INDICADOR DO ANO XXVII

DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, COMPREENDENDO OS
NÚMEROS 1, 2, 3 E 4, CORRESPONDENTES A JANEIRO-MARÇO,
ABRIL-JUNHO, JULHO-SETEMBRO E OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1965

ÍNDICE ANALÍTICO

NÚMERO DE JANEIRO-MARÇO

ARTIGOS

- Sambaquis do Litoral Carioca*, Ernesto de Mello Salles Cunha, p. 3.
Taubaté — Estudo de Geografia Urbana, Nice Secocq Müller, p. 71.
Estudo Crítico de Planejamentos Regionais do Nordeste, Salomão Serebrenich, p. 111.

COMENTÁRIOS

- Histograma Cumulativo Concêntrico para Análises Sedimentológicas*, Aida Osthoff Ferreira de Barros, p. 123.
Os Solos e a Reforma Agrária no Brasil, Antônio Teixeira Guerra, p. 129.
Natalidade e Desenvolvimento, Jayme Magrassi de Sá, p. 137.
Potencial Humano do Nordeste e do Leste Setentrional, Grupo de Geografia da População, p. 145.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

- O Cesteiro*, Altiva Pilatti Balkana, p. 165.

NOTICIÁRIO

- Relatório do ex-Secretário-Geral do CNG*, p. 167.
Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio, p. 175.
II Congresso Brasileiro de Geógrafos, p. 179.
Aposentado Mário Lopes da Costa Moreira, p. 181.
O Rio não é só Indústria e Turismo: é Agro-pecuária, p. 182.
Produção Extrativa Vegetal: Paraná arrecada mais de 23 bilhões anuais, p. 183.
Industrialização do babaçu goiano, p. 184.
Atualidades cartográficas, p. 185.

NÚMERO DE ABRIL-JUNHO

ARTIGOS

- A cidade do Rio de Janeiro, Evolução Física e Humana*, Maria Novaes Pinto, p. 191.
Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju, Roberto Lobato, p. 233.
Revisão da divisão municipal do Estado do Amazonas, Orlando Valverde e Catharina Vergolino Dias, p. 259.

COMENTÁRIOS

- Atribuição dos estudos de sedimentologia em Geografia Física*, Aida Orthoff Ferreira de Barros, p. 289.
Crescimento médio anual da população do Nordeste — períodos de 1920 a 1950 e de 1950 a 1960 —
Ariadne Soares Souto Mayor, Elisabeth Fortunata Gentile e Solange Tietzmann Silva, p. 294.
As Índias Ocidentais e a Federação, Delgado de Carvalho, p. 305.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

- A Vendedora de Tacacá*, Irio Barbosa da Costa, p. 311.

NOTICIÁRIO

- Informe sobre o X Congresso Internacional de Fotogrametria*, p. 313.
Na América Latina, o maior índice de nascimento relativo, p. 325.

NÚMERO DE JULHO-SETEMBRO

ARTIGOS

Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro, Maria Terezinha de Segadas Soares, p. 329.
Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau, Armen Mamigonian, p. 389.

COMENTÁRIOS

Ritmos de Crescimento Urbano do Nordeste, Maria Emília T. de Castro Botelho, p. 483.
Levantamentos Geológicos na Região Centro-Oeste Brasileira, J. R. de Andrade Ramos, p. 491.
Distribuição da População do Centro-Oeste — 1960, Sônia Alves de Souza, p. 515.

TIPOS E ASPECTOS

O Padeiro Flutuante, Jacob Binstok, p. 522.

NOTICIÁRIO

Curso de Informações Geográficas para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio, p. 524.
II Congresso Brasileiro de Geógrafos, p. 528.
II Simpósio Brasileiro sobre Fotografias Aéreas, p. 528.
Participação do Conselho Nacional de Geografia no IV Congresso Nacional de Museus, p. 531.
II Congresso Brasileiro de Cartografia, p. 534.
Inauguração da Reprêsa de Furnas, p. 535.
Atualidades Cartográficas, p. 535.

NÚMERO DE OUTUBRO-DEZEMBRO

ARTIGOS

Paisagens Físicas da Guanabara, Antônio Teixeira Guerra, p. 539.
Evolução Política e Crescimento da Cidade do Rio de Janeiro, Therezinha de Castro, p. 569.
Caruaru: a cidade e sua área de influência, Maria Francisca T. C. Cardoso, p. 587.

COMENTÁRIOS

Origens e Evolução do Comércio Carioca, Jesse Pinto Freire, p. 615.
Proposição de uma nova Divisão Política do Brasil, J. C. Pedro Grande, p. 625.
Quadro Provisório de Superfície de Erosão e Aplainamento no Brasil (Inferências Paleoclimáticas e Econômicas), Octavio Barboza, p. 641.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

O Vendedor de Palha, João de Mello Moraes, p. 643.

NOTICIÁRIO

Viagem do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, p. 646.
Curso de Informações Geográficas, p. 646.
Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio, p. 646.
Ciclo de Conferências Sobre Geografia Econômica da Guanabara, p. 647.

ÍNDICE DE AUTORES

ALVES DE SOUZA, Sônia

População do Centro-Oeste, coment., n.º 3, p. 515.

ANDRADE RAMOS, J. R. de

Levantamentos Geológicos na Região Centro-Oeste, coment., n.º 3, p. 491.

BARBOSA, Octávio

Quadro Provisório de Superfícies de Erosão e Aplainamento no Brasil (Inferências Paleoclimáticas e Econômicas), coment., n.º 4, p. 641.

BARBOSA DA COSTA, Irio

A Vendedora de Tacacá, tipos, n.º 2, p. 311.

BINSTOK, Jacob

O Padeiro Flutuante, tipos, n.º 3, p. 522.

CARDOSO, Maria Francisca T. C.

Caruaru: a cidade e sua área de influência, art., n.º 4, p. 587.

- CASTRO, Therezinha de
Evolução Política e Crescimento da Cidade do Rio de Janeiro, art., n.º 4, p. 569.
- CASTRO BOTELHO, Maria Emília T. de
Ritmos de Crescimento Urbano do Nordeste, coment., n.º 3, p. 483.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos
As Índias Ocidentais, coment., n.º 2, p. 305.
- FERREIRA DE BARROS, Aida Osthoff
Atribuição dos Estudos de Sedimentologia em Geografia Física, coment., n.º 2, p. 289.
- FERREIRA DE BARROS, Aida Osthoff
Histograma cumulativo concêntrico para análises sedimentológicas, coment., n.º 1, p. 123.
- GRUPO DE GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO
Potencial Humano do Nordeste e do Leste Setentrional, coment., n.º 1, p. 294.
- LECOCQ MÜLLER, Nice
Taubaté — Estudo de Geografia Urbana, art., n.º 1, p. 71.
- LOBATO, Roberto
Contribuição ao Estudo da Área de Influência de Aracaju, art., n.º 2, p. 233.
- MAGRASSI DE SÁ, Jaime
Natalidade e Desenvolvimento, coment. n.º 1, p. 137.
- MAMIGONIAN, Armen
Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau, art., n.º 3, p. 389.
- MELLO MORAES, João
O Vendedor de Palha, tipos, n.º 4, p. 643.
- NOVAES PINTO, Maria
A Cidade do Rio de Janeiro: Evolução Física e Humana, art., n.º 2, p. 191.
- PEDRO GRANDE, J. C.
Proposição de uma Nova Divisão Política do Brasil, coment., n.º 4, p. 625.
- PILATTI BALHANA, Altiva
O Cesteiro, tipos, n.º 1, p. 165.
- PINTO FREIRE, Jessé
Origem e Evolução do Comércio Carioca, coment., n.º 4, p. 615.
- REDAÇÃO
Aposentado Mário Lopes da Costa Moreira, n.º 1, p. 181.
Atualidades Cartográficas, n.º 1, p. 185.
Atualidades Cartográficas, n.º 3, p. 535.
Ciclo de Conferências Sobre Geografia Econômica da Guanabara, n.º 4, p. 647.
Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio, n.º 1, p. 175.
Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio, n.º 4, p. 646.
Curso de Informações Geográficas, n.º 3, p. 524.
Curso de Informações Geográficas, n.º 4, p. 646.
Inauguração da Represa de Furnas, n.º 3, p. 535.
Industrialização do Babaçu Goiano, n.º 1, p. 184.
Informe sobre o X Congresso Internacional de Fotogrametria, n.º 2, p. 313.
Na América Latina, o maior índice de nascimento relativo, n.º 2, p. 325.
Participação do Conselho Nacional de Geografia no IV Congresso Nacional de Museus, n.º 1, p. 531.
Produção Extrativa Vegetal: Paraná arrecada mais de 23 milhões anuais, n.º 1, p. 183.
Relatório do ex-Secretário-Geral do CNG, n.º 1, p. 167.
Rio não é só indústria e turismo: é agro-pecuária, n.º 1, p. 182.
Segundo Congresso Brasileiro de Cartografia, n.º 3, p. 534.
Segundo Congresso Brasileiro de Geógrafos, n.º 1, p. 179.
Segundo Congresso Brasileiro de Geógrafos, n.º 3, p. 528.
Segundo Simpósio Brasileiro Sobre Fotografias Aéreas, n.º 3, p. 528.
Viagem do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia do IBGE, n.º 4, p. 646.
- SALLES CUNHA, Ernesto de Melo
Sambaquis do Litoral Carioca, art., n.º 1, p. 3.
- SEGADAS SOARES, Maria Terezinha
Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro, art., n.º 3, p. 329.
- SEREBRENICK, Salomão
Estudo crítico de planejamentos regionais do Nordeste, art., n.º 1, p. 111.
- SOUTO MAYOR, Ariadne Soares; GENTILE, Elisabeth Fortunata e Silva, Solange Tietzmann
Crescimento Médio Anual da População do Nordeste — períodos de 1920-1950 e 1950-1960, coment., n.º 2, p. 294.
- TEIXEIRA GUERRA, Antônio
Os solos e a Reforma Agrária no Brasil, coment., n.º 1, p. 139.
Paisagens Físicas da Guanabara, art., n.º 4, p. 539.
- VALVERDE, Orlando e VERGOLINO DIAS, Catarina
Revisão da divisão municipal do Estado do Amazonas, art., n.º 2, p. 259.

PUBLICAÇÕES DO CNG

	Cr\$
Curso de Informações Geográficas -- 1964	1 300
Curso de Informações Geográficas -- 1965	1 400
Curso de Férias para Professôres de Geografia do Ensino Médio -- 1962	600
Curso de Férias para Professôres de Geografia do Ensino Médio -- 1963	1 200
Curso de Férias para Professôres de Geografia do Ensino Médio -- 1964	1 600
Curso de Férias para Professôres de Geografia do Ensino Médio -- 1965	2 500
Exercícios e Práticas de Geomorfologia -- 1964	800
Paisagens do Brasil -- 2. ^a ed. -- 1962	800
O Rio de Janeiro e sua Região -- 1964	1 500
Tipos e Aspectos do Brasil -- 3. ^a ed.	4 000
 Biblioteca Geográfica Brasileira:	
Recursos Minerais do Brasil -- vol. I -- Sílvia Froes de Abreu	4 000
O Homem e a Serra -- 2. ^a ed. -- Alberto Lamago	1 000
O Homem e a Guanabara -- 2. ^a ed. -- Alberto Lamago	1 500
Leituras Geográficas -- Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro	600
 Periódicos:	
Revista Brasileira de Geografia (trimestral)	
Assinatura anual	2 400
Cada volume	600
Boletim Geográfico (bimestral)	
Assinatura anual	2 200
Cada volume	400
 Mapas:	
Brasil Político -- escala 1:5 000 000 -- 1964	1 000
Brasil Físico -- escala 1:5 000 000	1 000
Brasília (D.F.) -- escala 1:100 000 -- 1963	500
Vários estados e territórios -- várias escalas	500
Fólias da Carta do Brasil -- escalas 1:1 000 000 -- 1:500 000 -- 1:250 000	1 000

A aquisição das publicações do Conselho Nacional de Geografia pode ser feita diretamente à Av. Beira Mar, 436, 3.^o andar, Estado da Guanabara ou pelo Reembolso Postal (pedidos à Secretaria-Geral -- Av. Franklin Roosevelt, 146) e o pagamento de assinaturas por cheque ou vale postal, em nome do Conselho Nacional de Geografia.

Os servidores dos órgãos do sistema estatístico-geográfico brasileiro, as entidades oficiais de ensino, os professores de Geografia e os estudantes de nível médio e superior, comprovada essa condição, fazem jus ao desconto de 30% (trinta por cento) sobre os preços indicados.